

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE NOVEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.825

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1839
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 098ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 22/11/2007.....2
Ata da 036ª Sessão Solene da
16ª realizada em 22/11/2007 às
19h.....14

Publicações Diversas

Audiência Pública.....19
Aviso de Resultado.....29
Extrato.....29
Portarias.....29
Projetos de Lei.....31

PLENÁRIO

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Décio Góes - Dirceu Dresch - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Sargento Amauri Soares.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Elogia os colegas deputados e fala da instalação da frente parlamentar para discutir os transgênicos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discorre sobre 1ª Mostra de Tecnologias Adaptadas à Agricultura Familiar na Cadeia do Leite, realizada em Formosa do Sul; reporta-se à implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Informa que o governador está sancionando a lei que adapta a legislação catarinense à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do vereador Ângelo Borges, de Irineópolis.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença de alunos e professores da Escola de Ensino Fundamental Professora Augusta Dutra de Souza, de Brusque.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Anuncia obras do governo do estado na região da Amauc.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o governo do estado por realizar uma administração planejada e critica aqueles que não querem enxergar as obras implementadas.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Externa sua crença na matriz energética brasileira e no crescimento seguro do país.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Repudia a entrada da Venezuela no Mercosul.

DEPUTADO PROFESSOR - Questiona a Lei n. 11.284, que cria o Plano de Outorga de Florestas e aborda a Adin a que o PPS deu entrada para suspender a concessão de áreas superiores a 2.500 hectares.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Ressalta que discorda da posição do deputado Nilson Gonçalves referente à Venezuela e ao governo de Hugo Chávez e que a refutará da tribuna.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comemora aprovação do projeto que eleva a comarca de Tubarão a entrância especial.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Discorre sobre os objetivos da Frente Parlamentar Pró-Copa 2014 em Florianópolis, da qual é presidente.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Opina que a área da prevenção de doenças endêmicas é importante como diferencial para escolha de Florianópolis como uma das sedes da Copa de 2014.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Coloca sua satisfação em ser o relator da Frente Parlamentar Pró-Copa 2014 em Florianópolis.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Procede a um balanço de sua viagem ao exterior na comitiva do governador Luiz Henrique.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Chama a atenção dos parlamentares para matéria publicada no jornal *A Notícia* sobre o acoadadamente na aprovação de projeto de lei eivado de inconstitucionalidade; rebate as críticas do deputado Joares Ponticelli ao governo do estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discorda da postura do deputado Nilson Gonçalves relativa à Venezuela e a Hugo Chávez; reporta-se ao não-pagamento das bolsas de estudo do art. 170; afirma que o governo estadual não leva a sério o PPA e que é preciso discuti-lo com a sociedade.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refuta as informações do deputado Manoel Mota concernentes ao repasse dos recursos relativos ao art. 170 da Constituição.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Informa que os secretários da Educação e da Fazenda compareceram à comissão de Finanças e firmaram compromisso quanto ao pagamento das parcelas referentes ao art. 170, mas não estão cumprindo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Anuncia resultado de eleição na Aprasc; comenta formatura no Centro de Ensino da Polícia Militar, envolvendo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros; contesta pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves sobre Hugo Chávez e a entrada da Venezuela no Mercosul.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o governo do estado no que se refere ao repasse dos recursos do art. 170 e várias obras no sul catarinense.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Aborda projetos de lei de sua autoria aprovados pela Alesc.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Registra a presença do sr. Toninho, presidente do Sindicato de Meleiro e também candidato a prefeito da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a deputada Odete de Jesus, que na forma do Regimento tem a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital. Quero agradecer a imprensa falada, escrita e televisada que nos dá todas as condições de ir aos lares da população catarinense, que assim pode acompanhar a nossa atuação parlamentar nesta Casa Legislativa.

Sr. presidente, realizamos ontem, às 17h, a instalação do fórum permanente para discutirmos os transgênicos. Foi uma vitória para este Poder! Lá estiveram representantes de algumas bancadas, como o líder do PSDB, deputado Marcos Vieira; o deputado Serafim Venzon; o líder do PDT, o brilhante deputado Sargento Amauri Soares; o deputado Dirceu Dresch, do PT, que ao mesmo tempo estava em reunião com o Conselho dos Nutricionistas do Estado, mas terminada a reunião também se fez presente.

Eu, como líder, também faço parte do Fórum sobre Segurança Alimentar e Nutricional, instalado há algumas semanas. Também quero estar envolvida nesse fórum, deputado Dirceu Dresch, e v.exa. como deputado de primeiro mandato tem sido muito atuante nesta Casa e tem exercido o seu papel, assim como os demais deputados, um papel fundamental, muito dinâmico e muito atuante, v.exa. está sempre envolvido nas questões ligadas à população necessitada.

Então, como disse, quero estar envolvida nesse fórum sobre alimentação, do qual v.exa. é presidente.

Também tivemos a honra da presença do líder do PPS, deputado Professor Grando, que com todo o potencial de conhecimento tem, pois já atuou na Fatma com muita responsabilidade, é um deputado forte, que vem trazer subsídios para os nossos debates.

Espero que não esquecido nenhum dos deputados. O deputado Sargento Amauri Soares também vem atuando com bastante disposição nesta Casa legislativa.

Deputado Joares Ponticelli, esses deputados novos, de primeiro mandato, estão vindo - é verdade ou não é? - com uma força total. Já falei do deputado Professor Grando, um ex-prefeito com larga experiência, vem aqui até para nos dar uma aula de administração pública. O deputado Décio Góes, com muita sabedoria, também foi um excelente prefeito.

Outro deputado que eu não posso deixar de citar é o deputado Jandir Bellini, que tem uma experiência espetacular. Conheço o deputado desde quando atuou como prefeito. Portanto, nós já conhecemos o seu potencial e sabemos da sua honestidade e da sua capacidade como administrador.

V.Exas., com certeza, como ex-prefeitos, vieram, deputado Décio Góes, para nos ensinar, é claro, sob o comando do presidente Julio Garcia, que é um deputado de larga experiência e de muitos mandatos.

Eu já estou fazendo uma panorâmica, porque o meu relatório de final de ano vai ser longo, deputado Joares Ponticelli. Então, eu já tenho, na medida do possível, que ir falando o que tenho que falar.

V.Exa., deputado Julio Garcia, tem nos honrado muito, tem dado abertura para os debates, para as nossas audiências públicas. Daqui a pouco vou fazer uma solicitação a v.exa. sobre o nosso fórum, na certeza de que v.exa. sempre está pronto para nos atender.

Outro deputado de primeiro mandato é o jovem deputado Cesar Souza Júnior, que vem com tudo. Muitas vezes nós tiramos dos posicionamentos dos senhores neste Parlamento algo bom. Sou assim, absorvo aquilo que é benéfico, não é, Jamile, nossa grande amiga? A rainha deste Parlamento é a Jamile Machado, eu tenho que falar, senhores!

Então, procuro absorver, deputado Décio Góes, aquilo que é bom, e o que não edifica, o que não constrói e não vai ajudar-me, deixo de lado.

Esqueci de falar do deputado Joares Ponticelli, que é sem comentários! É uma pessoa sempre alegre e faz o seu papel como um verdadeiro líder nato. Acho que quando ele estava no ventre da sua mãe Deus disse que ele iria ser um líder, porque desenvolve um papel fundamental nesta Casa.

O dr. Antônio Aguiar também é da minha região - não posso deixar de falar dos meus colegas, que sempre tem-nos ajudado e vou deixar para falar isso em outra oportunidade, porque o nosso coração ainda está... Ainda vou falar dos meus colegas em outra oportunidade.

Mas quero dizer aos senhores que a nossa intenção foi a de resgatar o fórum permanente que outros colegas deputados - em outra oportunidade citarei os nomes - instalaram. Eu apenas estou regatando esse trabalho, porque um planta e o outro colhe, nós sabemos.

Mas eu não posso deixar de agradecer à brilhante jornalista do *Diário Catarinense*, Estela Benetti, uma mulher que tem brilhado com sua página e deu um destaque importante aqui na página 21 sobre os transgênicos.

Então, senhores, desculpem alongar-me, mas tenho que falar de pessoas que brilham, dos meus colegas que brilham neste Parlamento.

Sr. presidente, eu voltarei e agradeço aos deputados que compõem o nosso fórum, inclusive o sr. Jacomelli, do Conselho Técnico de Segurança, do qual voltarei a falar, assim como dos demais colegas...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, nossa deputada Odete de Jesus, todos os nossos catarinenses e pessoas que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Estive num evento no dia 16, semana passada, a 1ª Mostra de Tecnologias Adaptadas à Agricultura Familiar na Cadeia do Leite, na comunidade de Linha Conte, no município de Formosa do Sul. Nesse dia houve também a abertura da 2ª Expofor, Exposição do Município de Formosa do Sul, um grande evento para aquele município.

Quero destacar aqui a importância da forma como foi feita a mostra das tecnologias adaptadas para as pequenas propriedades. O que me chamou muita atenção foi que os agricultores, com suas experiências práticas nas propriedades, faziam as exposições e as conversas. Certamente estiveram presentes mais ou menos mil agricultores e agricultoras trocando experiências das suas propriedades, na produção de pastos, na produção de tecnologias baratas, tecnologias produzidas sem depender de fora, de grandes multinacionais.

Acho que essa é a grande perspectiva do nosso estado, e eu reclamava, ontem, na tribuna, que o estado precisa investir nessas alternativas. Eu gostaria de ver, no futuro, Santa Catarina produzindo menos fumo e tendo outras alternativas, como essa na área do leite, com as vacas indo lá nos morros buscar o pasto e trazendo o leite para a propriedade do agricultor. Essa é uma coisa muito interessante e bonita que a natureza produz.

E há tantas outras alternativas. Nós ainda importamos grande parte dos nossos hortifrutigranjeiros. Então, o que eu reclamava, ontem, e vou reafirmar hoje aqui, é que o estado precisa investir no potencial da agricultura familiar que nós temos aqui em Santa Catarina.

Infelizmente, temos um conjunto de denúncias em nosso país sobre as nossas entidades, organizações, ONGs que estão contribuindo com as políticas públicas, com o estado, acompanhando e trabalhando essas alternativas. Há ONGs no estado que estão há 30 anos acompanhando essas experiências e produzindo alternativas que, muitas vezes, as políticas públicas não conseguem dar conta.

É claro que temos problemas - e temos que reconhecer isso - em ONGs, em entidades no nosso país. Agora, não podemos, como diz o ditado, jogar a água suja e a criança fora. Nós temos que respeitar essas experiências porque elas têm contribuído muito com o nosso país. Muitas vezes o estado não enxerga as grandes alternativas.

O estado está-se destacando na questão da agroecologia, na produção de produtos orgânicos. Essa é uma das grandes alternativas de Santa Catarina, e precisamos investir nela! Já temos muitas experiências sendo realizadas e, inclusive, a própria Epagri está fazendo pesquisas em Ituporanga, em Chapecó e em outros municípios. E também as entidades e a sociedade estão-se organizando e acumulando experiências para, de fato, produzir um produto de qualidade.

Em contrapartida, existe essa visão que se está construindo da questão da transgenia. Eu entendo, srs. deputados e sras. deputadas, que o nosso país tem condições de produzir alimentos orgânicos, alimentos tradicionais, sem precisar da transgenia no meio rural.

Então, por isso quero ressaltar aqui que a Central das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar, coordenada pelo companheiro Reinaldo, está construindo uma bela experiência em nosso estado, como a 1ª Mostra de Tecnologias Adaptadas à Agricultura Familiar na Cadeia de Leite, que foi realizada em Formosa do Sul, na última sexta-feira.

Outro tema que quero abordar, hoje, na tribuna desta Casa, e que foi muito discutido neste último ano, é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Dias atrás, no Congresso Nacional, foi realizada uma audiência pública em que o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, divulgou os números desse primeiro período de implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, com a arrecadação da contribuição dessas micro e pequenas empresas, já nesses primeiros meses, de R\$ 4,7 bilhões. E o que de fato surpreende-nos é a adesão do grande número de micro e pequenas empresas à Lei Geral e ao Supersimples. Foram 3.100 milhões novas microempresas que aderiram ao Supersimples.

Mas ainda temos um grande caminho pela frente. O que se constata é que em alguns estados, como, por exemplo, a Paraíba, aumentou-se em 1% a contribuição e a tributação da micro e pequena empresa. Por que aconteceu? Somente os estados do Sergipe e do Paraná fizeram alterações nas suas leis de ICMS, beneficiando também as micro e pequenas empresas. Outros estados, como Amazonas, Alagoas, Bahia e Distrito Federal, fizeram uma adaptação parcial à Lei Geral.

Qual é o nosso grande desafio, inclusive o nosso estado? E esperamos que o governador - e está para vencer o prazo da lei que foi aprovada nesta Casa, por exemplo, da volta do crédito de ICMS e também da criação do Comitê Gestor - não veto os artigos dessa lei que prorroga a dívida das micro e pequenas empresas para 120 meses e que traz de volta uma conquista que elas tinham em Santa Catarina, ou seja, a geração do crédito de ICMS e também a criação do Comitê Gestor. E é importantíssimo, deputado Renato Hinnig, o nosso estado ter um Comitê Gestor que coordene e construa esse conjunto de políticas junto com a secretaria da Fazenda do estado e com o nosso Comitê Gestor Nacional.

Então, de fato há uma expectativa dos micro e pequenos empresários. Recebemos muitas ligações deles para saber como está a situação da lei aqui aprovada nesta Casa.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Ouço o nobre deputado Renato Hinnig, que também faz parte da nossa subcomissão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Dirceu Dresch, quero informar-lhe que conseguimos aperfeiçoar o projeto de lei que tramitou por esta Casa, incluindo ali emendas importantes que mostram que esta Casa Legislativa, bem como o governo do estado, está sensível ao pleito das micro e pequenas empresas estaduais, já que o nosso estado foi pioneiro no tratamento diferenciado a esse segmento.

Trago a informação de que na data de hoje o governador do estado está sancionando a lei com as emendas aprovadas, apenas com um pequeno problema na questão do Conselho, porque, por equívoco, acabamos incluindo a participação de parlamentares, o que, na verdade, é inconstitucional. Mas a idéia permanece e temos que incluir em outra oportunidade para criação desse mecanismo.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço o seu aparte, nobre deputado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. DEPUTADO Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de registrar a presença do vereador Ângelo Borges, do município de Irineópolis, que se encontra em nosso meio. Quero dizer que esta Casa Legislativa está de portas abertas para recebê-lo, bem como à representação do município de Irineópolis.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de registrar a presença dessas crianças e adolescentes que estão nos visitando da Escola de Ensino Fundamental Professora Augusta Dutra de Souza. Estão presentes aqui 37 alunos e cinco professores da cidade de Brusque, que estão dando a honra da sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Inscrito para falar o sr. deputado Moacir Sopelsa, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, também gostaria de cumprimentar o nosso vereador de Araranguá, sr. Ronaldo Pereira da Silva. É um prazer tê-lo aqui junto com seu amigo, um dos nossos agricultores de Araranguá!

Da mesma forma, também quero cumprimentar os professores e alunos aqui presentes.

Sr. presidente e srs. deputados, eu me dirijo à tribuna, hoje, para falar de algumas ações do governo do estado na microrregião da Amauc.

Na última estada do governador na região de Concórdia, inauguramos o acesso asfáltico a Arvoredo. Portanto, é mais um município que tem o seu acesso asfaltado, dando a oportunidade do seu desenvolvimento e progresso. Como diz o nosso governador Luiz Henrique da Silveira, não existe desenvolvimento se não tivermos estradas, deputado Antônio Aguiar. E o governador vem cumprindo esse seu compromisso de fazer chegar o asfalto, deputado Nilson Gonçalves, a todos os municípios do estado de Santa Catarina.

Arvoredo será valorizado com a instalação de novas indústrias e com o crescimento da nossa agricultura, uma vez que aquela cidade tem semelhança com os municípios do oeste de Santa Catarina, sendo um grande produtor de alimentos, através da suinocultura e da avicultura.

Da mesma forma, participamos de um dos projetos da prefeitura de Presidente Castelo Branco, um dos menores municípios do estado de Santa Catarina, que tem uma proposta inédita. O governo do estado contribuiu com R\$ 300 mil e o prefeito, deputado Professor Grando - e v.exa. conhece Presidente Castelo Branco -, perfurou um poço profundo que poderá extrair até 70 mil litros de água por hora. Assim o prefeito Ademir Domingos Miotto, num convênio com o governo do estado, está fazendo com que chegue água potável, oriunda desse poço, a todas as comunidades do interior. Portanto, todos os agricultores vão ser beneficiados com água encanada de qualidade, água mineral, em todas as propriedades agrícolas.

Presidente Castelo Branco é um dos menores municípios, que tem a menor receita do estado. E essa foi uma decisão do prefeito, com a participação efetiva do governo do estado, ajudando a resolver um problema que há no interior, às vezes: o consumo de água sem a qualidade necessária.

O governador também entregou recursos ao prefeito de Alto Bela Vista, um dos municípios que ainda tinham 16 quilômetros de estrada de chão. Vejam que seis quilômetros de asfalto foram concluídos no governo passado de Luiz Henrique. Agora dez quilômetros foram licitados, sendo que em dez meses deverão estar prontos. Portanto, esse é mais um município da região da Amauc que terá o seu acesso asfaltado.

A cidade de Alto Bela Vista é conhecida - e o deputado Onofre Santo Agostini conhece - como a Capital do Coalho do Brasil, já que a maior produção de coalho está lá. E aquele município também está sendo contemplado com o asfalto, deputado Manoel Mota. Portanto, o governador está cumprindo com a sua missão de fazer chegar o asfalto a todos os municípios.

Da mesma forma, acontece com o município de Paial. Eram três municípios, dos 16 da região da Amauc, que não tinham ainda os seus acessos asfaltados. Paial, que tem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina, fica a 40 quilômetros de Chapecó e a 70 quilômetros de Concórdia. Portanto, ainda são percorridos 40 quilômetros de estrada de chão para se chegar lá. A ponte que liga Paial a Chapecó, sobre o rio Irani, está pronta e o governador deverá inaugurá-la ainda este ano. Depois partirá para a licitação para fazer chegar o asfalto também a Paial. Até o término do mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, eu não tenho dúvida de que nós, na região da Amauc, teremos a felicidade de ter todos os nossos municípios com os acessos asfaltados - e assim também acontecerá com todos demais municípios.

Eu fico feliz porque a agricultura e o interior do estado ganham muito com isso. Nós sempre lutamos para que o agricultor pudesse ter dignidade de morar na sua propriedade, mas para isso ele precisa ter lucro. E para que o seu filho também tenha interesse e prazer de morar no interior, primeiro precisamos dar-lhe as mesmas condições que têm aquelas pessoas que moram nas cidades. Nós precisamos levar até lá não só a energia elétrica e a comunicação, mas também as vias de acesso asfaltadas. E esse programa deixamos felizes porque se trata de uma decisão do governador Luiz Henrique, que agora está sendo cumprida.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Moacir Sopesla e dizer da sua luta pela região e das conquistas que tem levado para lá.

O governo tem que fazer um trabalho com planejamento, e é isso que o governador Luiz Henrique está fazendo. Quer dizer, está priorizando a pavimentação asfáltica aos municípios que ainda não foram beneficiados e que foram esquecidos pelos outros governos.

Infelizmente, há um parlamentar aqui na Assembléia Legislativa que precisa fazer exame de vista, porque não enxerga direito. Então, todas essas obras são fruto da nossa imaginação? Será que seremos obrigados a tirar algumas fotos e mostrá-las aqui para, quem sabe, com uma visão mais de perto, s.exa. acordar?!

A sociedade reconhece tudo o que está sendo feito e por isso o sucesso deste governo em Santa Catarina, que está trabalhando, buscando alternativas e, independentemente de cores partidárias, levando uma solução para os municípios que ainda não tinham o acesso asfáltico.

Por isso temos que cumprimentar o governador Luiz Henrique da Silveira, a sua equipe e o secretário Mauro Mariani. Inclusive, queremos parabenizar v.exa. pelo trabalho que está sendo realizado, buscando essas alternativas. Deputado, é assim que se trabalha e buscam-se resultados para a população!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. V.Exa. é uma pessoa que, aqui na Assembléia Legislativa, sempre está atento a todas as ações desenvolvidas.

Mas, é verdade, também temos que parabenizar a equipe da secretaria de Infra-Estrutura, o Deinfra, na pessoa do deputado Mauro Mariani, que foi nosso colega na legislatura passada e hoje é deputado federal, pelo grande trabalho que faz à frente daquela pasta.

É assim que nós queremos que ocorram os investimentos. Ouvi há pouco o deputado Dirceu Dresch falar das questões da agricultura, da pequena agricultura catarinense. Nós ainda somos um exemplo para o país. Na maioria dos estados há latifúndios, grandes propriedades, e nós ainda temos perto de 200 mil pequenas propriedades na agricultura de Santa Catarina. Mas elas precisam ter o investimento dos governos estadual e federal nas áreas da saúde, da educação e da infra-estrutura.

Isso nos dá ânimo e coragem, pois dessa forma vamos construir um estado cada vez melhor, para que as pessoas possam viver com dignidade nas suas propriedades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou voltar ao assunto anterior, com relação ao aparte do deputado Renato Hinnig, que parece que não está no plenário no momento. Gostaria de dizer que, de fato, foi importante a sua informação de que o governador está sancionando a lei. E há a abertura lá na lei de que precisamos de um decreto do governador regulamentando-a.

Então, esperamos que, o mais rápido possível, também se tenha essa regulamentação - e talvez o deputado já a tenha - da regulamentação dessa lei aprovada aqui nesta Casa.

Mas a imprensa tem divulgado, nos últimos dias - eu quero aproveitar este horário do Partido dos Trabalhadores para falar um pouco sobre essas questões que o nosso governo está-se preocupando - sobre a possibilidade, e aí não temos muito claro qual é a expectativa de fato da grande mídia, da falta de gás.

O importante é que confiamos na equipe do presidente Lula sobre toda essa área energética, toda essa área de tecnologias alternativas, nesse momento que o nosso país vive. E o presidente tem ressaltado inúmeras vezes, em quase todos os seus discursos, de que o Brasil está entrando nesse novo momento tendo um crescimento econômico que deve chegar aos 5% este ano, ou em torno disso, mas com uma perspectiva muito importante, deputado Nilson Gonçalves: ele vem crescendo numa condição, não como muitos outros países crescem, muito segura. Então, ele está construindo um caminho muito interessante, ou seja, crescendo com distribuição de renda. E os dados estão aí comprovando que o país está crescendo e preparando-se para a área energética, não só para o gás.

Também houve a descoberta de uma bacia importante de petróleo, que pode, inclusive, tornar o país um exportador nessa área, investindo-se em alternativas. E o Brasil vem-se destacando na questão dos biocombustíveis, tem possibilidades importantes na área energética, e para isso o estado de Santa Catarina tem um potencial extraordinário. Mas precisamos também discutir aqui a condição da construção de barragens, por exemplo, cujo grande potencial não pode prejudicar a população que ali vive.

Por isso vamos realizar uma audiência pública com a comissão de Agricultura já no dia 6, no oeste, na bacia do rio Chapecó, para discutirmos justamente a questão dos agricultores atingidos e a produção de energia com condições de o Brasil crescer. Vamos discutir também o fortalecimento da relação entre os países do Mercosul, para justamente fazer o gasoduto ligando a Venezuela, a Bolívia até a Argentina, passando pelo Brasil.

Então, devemos construir uma política com segurança, com investimento nos nossos portos, nos nossos aeroportos, para não acontecer mais, como temos hoje, essa situação de apagão aéreo. Não é por acaso que isso acontece! Temos que dizer que triplicou o acesso da população brasileira ao transporte aéreo e a estrutura desses aeroportos não estava preparada nem as empresas brasileiras de transportes aéreos e nem os próprios aeroportos para isso. Os nossos portos não estavam preparados, como é o caso de Itajaí, de São Francisco do Sul e outros em termos de estrutura. As nossas BR's não estavam preparadas.

Nós precisamos ressaltar, principalmente eu, que sou do oeste e faço toda a semana trajetos na BR-282 e em outras BR's do nosso estado, que em nenhum momento do Brasil investiu-se tanto na recuperação das nossas rodovias, investiu-se tanto na recuperação da BR-282 e falou-se tanto sobre a sua importância para o nosso estado.

Então, o Brasil está caminhando para um novo rumo, e aqui precisa ser destacada a participação e o anúncio do governo Lula, semana passada, em Blumenau, no Encontro Brasil-Alemanha, sobre o investimento em ciência e tecnologia: R\$ 49 bilhões em quatro anos. Por que esse investimento? Se o Brasil de fato quiser crescer, ele terá de investir em muitas áreas, e uma das áreas em que o Brasil tem uma deficiência extraordinária é a da ciência e tecnologia. Porque não houve mais investimento nessa área. O Brasil deveria importar técnicos capacitados de outros países para atender as nossas empresas que precisavam e exigem uma tecnologia maior, técnicos formados e capacitados.

Assim sendo, investir em mais de 300 Cefets no Brasil, nas cidades pólos, é, com certeza, um grande investimento.

O meu colega de bancada, deputado Pedro Baldissera, ressaltava ontem, nesta Casa, a questão da nossa universidade na mesorregião do Mercosul. Com certeza, investir em educação de qualidade, investir em ensino superior público no Brasil, depois de 20 anos em que não se investiu mais em universidades públicas, é uma questão estratégica para o nosso desenvolvimento no futuro.

Então, é isso que nós estamos construindo no Brasil. É claro que ainda há muitas deficiências, reconhecemos isso. Agora, olhar para o futuro é fundamental, por isso que nós entendemos que o investimento, principalmente, em infra-estrutura, como também em ciência e tecnologia, na educação, na distribuição de renda é importante, porque não é possível que um país do tamanho do Brasil não invista na educação, na saúde e agora na segurança alimentar; não é possível que um país como o nosso, que diminuiu bastante a fome da população de baixa renda, não tenha na sua Constituição o direito à alimentação, que é um direito básico do ser humano.

Neste sentido, nós entendemos que é fundamental o Brasil continuar crescendo, sim, mas tendo claros os grandes desafios que terá pela frente. Para isso, defendo um crescimento lento, com a segurança de não fazermos aventuras, como já aconteceu em épocas passadas, com planos e mais planos econômicos que depois estouravam, em que a população, principalmente a classe dos trabalhadores, pagava um alto custo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, eu ouvi atentamente o deputado Dirceu Dresch fazer uma explanação sobre o governo Lula e o seu entusiasmo em relação à possibilidade futura de um Brasil melhor. E eu tive, em vários momentos, vontade de levantar e fazer um aparte ao deputado, mas preferi ouvi-lo atentamente até o final da sua fala.

Eu sinto, neste governo Lula e também nos inúmeros correligionários do Lula, do PT, às vezes me passam essa impressão, de que existe uma ingenuidade meio generalizada com relação a determinadas coisas. Passam-me a impressão de que existe uma lucidez muito grande com relação, eu explico, deputado Dirceu Dresch, ao investimento em tecnologia, em ciência, enfim, em pesquisas. Isso é de uma lucidez muito grande para quem pretende um país melhor.

Esse tipo de comportamento que o governo pretende adotar com relação, principalmente, à pesquisa é típico de quem realmente pensa grande e está pensando num país melhor no futuro. Mas quando escuto membros desse mesmo governo falando em fazer parceria com a Venezuela, com a Bolívia, para puxar de lá para cá um cano de gás, passando por esses países todos e indo parar na Argentina, para que possamos ter gás aqui, investindo bilhões nisso e deixando esse Idi Amin Dada branco chamado Hugo Chávez com a mão na torneira, lá na Venezuela, controlando o gás que vai ser liberado para cá, e no caminho outro comparsa dele, o Evo Morales, na Bolívia, também controlando a torneira, não consigo fazer com que isso entre na minha cabeça.

Esse Hugo Chávez já deu mostras mais do que cristalinas de que é um sujeito insano. Esse homem não bate bem, não é possível! Ele me lembra muito, quem é um pouco mais velho sabe do que estou falando, o famoso Idi Amin Dada, de Uganda. O seu comportamento era típico. Muitos não sabem de quem estou falando, mas pessoas com mais idade sabem. O comportamento de Hugo Chávez é típico do Idi Amin Dada. Acho que eles devem ter um parentesco de longe, porque é muito parecido o comportamento dos dois. Ele é um ditador e o nosso país não precisa aliar-se com ditadores. Não temos necessidade de nos aliar com ditadura nem da Venezuela nem da Bolívia ou seja lá de onde for. Acho que não precisamos abraçar-nos com esse tipo de gente que só faz mal para o país.

Sou presidente da Comissão do Mercosul nesta Casa e vou encaminhar ao Congresso Nacional uma nota de repúdio da minha comissão - quero ver se o faço em plenário também -, para ver se conseguimos tentar vetar a entrada da Venezuela no Mercosul. Mas poderão dizer que temos uma parceria comercial excelente. Pode ser muito bom por um lado, mas vai ser pernicioso por outro, vai bagunçar tudo. Politicamente, vai ser como andarmos de ré, se fizermos isso. Vamos dar alguns passos para trás com a entrada da Venezuela no Mercosul; vamos ter problemas com o Mercado Comum Europeu; vamos ter problemas com outros mercados, por conta da insanidade desse cidadão, não da Venezuela.

Na verdade, mais de 50% da população venezuelana não quer aquele déspota no poder, não quer aquele indivíduo no poder, mas ele manipula, ele comprou aquele Congresso Nacional a peso de ouro, é bancado a ouro, a peso de ouro. A boca calada daquela gente é bancada a peso de ouro. Então, tudo o que ele precisa controlar é a peso de ouro. O petróleo está custando quase US\$ 100 o barril. O homem está ganhando muito dinheiro e está comprando muita gente.

E nós termos um Hugo Chávez, um ditador, como aliado nosso? E ainda fazendo parceria? O deputado Dirceu Dresch disse que essa parceria é necessária para o desenvolvimento do nosso país porque vamos canalizar o gás da Venezuela, que vem pela Bolívia, pelo Brasil e vai parar na Argentina. Com o meu dinheiro?! Com o dinheiro do contribuinte brasileiro?! Com o nosso dinheiro?! Investir o nosso dinheiro nessa aventura?! Jogar o nosso dinheiro numa verdadeira aventura com esse Hugo Chávez, que diz uma coisa hoje e amanhã desdiz? Fala uma coisa hoje e amanhã diz outra totalmente contrária? Desafia todo mundo, é meio maluco, já falou asneira do Congresso Nacional brasileiro, pois fala o que lhe dá na telha. É uma coisa impressionante para uma pessoa que se diz governante de um país como a Venezuela!

Eu só torço para que haja bom senso no Congresso Nacional e nós não tenhamos que ver incluída no Mercosul não a Venezuela, que é uma boa nação, mas um país que atualmente é dirigido por um sujeito totalmente insano e ditador. Nós vimos na televisão, ontem, uma deputada, uma daquelas mais chegadinhas a Hugo Chávez, entrar num programa de televisão e bater no apresentador porque ele falou o que ela não gostou. É mais ou menos por aí. Depois é aplaudida. Nossa, o Hugo Chávez deve tê-la chamado a sua casa e oferecido um jantar porque ela teve exatamente o padrão de comportamento dele. É um negócio impressionante.

Eu fico vendo, às vezes, amigos, companheiros nossos do PT elogiando a possibilidade de nós termos uma parceria com a Venezuela. E às vezes chego a pensar que isso deve ser uma grande ingenuidade. Não é possível! Se tivermos um mínimo, um mínimo só de discernimento devemos querer ver esse Hugo Chávez bem longe do nosso país, porque amamos a nossa pátria e porque queremos um mundo melhor.

Quando vejo o presidente Lula dizer que vai investir em pesquisa e tudo o mais, vejo aquela parte lúcida, aquela parte do sangue bom do presidente, que está fazendo tanta coisa boa. Os senhores, que são parceiros do presidente Lula - e estou vendo dois deputados querendo apartear-me certamente para me contestar -, deveriam falar para ele esquecer esse Hugo Chávez, pelo amor de Deus! e vamos cuidar do nosso país. Parem com essa amizade maluca com esse homem e vamos cuidar do nosso país. Essa é que é a verdade.

Eu lamento. Pretendia conceder apartes a v.exas. com muito prazer, mas o meu tempo esgotou.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

Com a palavra, em nome do partido, o líder de toda a bancada, deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, deputadas, povo de Santa Catarina, o nosso presidente nacional, Roberto Freire, o nosso presidente estadual, Fernando Agustini, conhecido como Coruja, estão numa luta muito importante junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade de uma lei da qual o povo brasileiro está tomando conhecimento agora, que é Lei n. 11.284, que é a lei da outorga das florestas brasileiras.

Pois bem! O governo federal vetou um dos artigos da lei que dizia que a outorga da exploração da floresta nacional acima de 2.500 hectares tem que ter a licença do Congresso. A lei foi aprovada dessa maneira e o governo vetou esse item, essa parte da lei, alegando que isso iria aumentar a burocracia, só que está abrindo mão da soberania nacional. Por quê? Porque no art. 49 da Constituição Federal consta que a alienação de terras públicas acima de 2.500 hectares, compradas por qualquer grupo, principalmente estrangeiros, tem que ter licença do Congresso. E o que é a floresta acima de 2.500 hectares? É apenas um acessório dessas terras, portanto estaria ferindo a soberania nacional, além de entregar a nossa maior riqueza a exploração de empresas, de grupos estrangeiros, concedendo essa outorga por um simples ato presidencial.

O Congresso tornaria mais transparente essa discussão, essa outorga e todo o povo saberia e lá poderia constar.

Então, realmente é um ato que, além de ferir a soberania nacional, coloca em risco o processo democrático neste país, como que dizendo que o Congresso, o Poder Legislativo só aumenta a burocracia. A justificativa para o veto foi o aumento da burocracia. Isso não é justificativa!

Portanto, nós, que lutamos pelo meio ambiente, gostaríamos de deixar clara a nossa revolta, o nosso protesto contra tal veto que, entendemos, torna, aí sim, a lei aprovada pelo Congresso distorcida, fazendo-a não ser executada como deveria ser, um grande acordo, com a possibilidade de que essa riqueza possa voltar ao povo, tirando, inclusive, a soberania nacional.

Então, nós queremos deixar registrado o nosso manifesto em Santa Catarina, como de resto em todo o país, bastante claro, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

Segundo Freire, 'o governo acha que o Congresso é um estorvo'. Prova disso, diz ele, é o argumento que o presidente Lula usou para vetar o trecho da lei, o de que o crivo do Parlamento iria gerar muita burocracia. 'No Congresso essas concessões passarão a ser transparentes, dando a toda população acesso a informações sobre elas', ponderou.

O texto que está em vigor libera a concessão a qualquer extensão de floresta, independentemente tamanho, o que fere a Constituição. O art. 49 da Carta Magna determina que 'é competência do Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares.'

As florestas, insiste o PPS na Adin, constituem acessório das terras e estão, portanto, sujeitas ao preceito constitucional. 'O texto em vigor certamente acarretará graves repercussões e poderá enfraquecer a soberania do nosso país.'[...] [sic]

Portanto fica claro o protesto neste horário do PPS, fica clara a nossa posição nacional contra esse veto na lei de outorga de floresta nacional, porque fere a nossa soberania.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria somente de dizer que acompanhei o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves no horário do PSDB, e ressaltar que discordo das posições daquele deputado com relação à Venezuela e especificamente ao governo Hugo Chávez. No pronunciamento que farei mais tarde terei oportunidade de apresentar argumentos e fazer o debate aqui neste Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Odete de Jesus, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alecs Digital.

Na última terça-feira, sr. presidente e srs. deputados, quando da apreciação do Projeto de Lei Complementar n. 0038/2007, do Tribunal de Justiça, tivemos a oportunidade de reparar um equívoco que havia naquele projeto com relação à elevação de entrância de algumas comarcas em Santa Catarina.

Eu, que ainda não tive a oportunidade de fazer, quero, neste momento, agradecer aos 23 pares, aos 23 colegas que atenderam a um pleito, deputado Julio Garcia, a uma emenda subscrita por este deputado, por v.exa. e pelo deputado Genésio Goulart, e conseguimos, dessa forma, elevar a comarca de Tubarão à condição de entrância especial.

Confesso, deputado Cesar Souza Junior, que quando não conseguimos aprovar a emenda na comissão de Constituição e Justiça já não tinha mais muitas esperanças de poder, em plenário, corrigir aquele equívoco que havia no projeto. Afinal de contas, deputado Décio Góes, a comarca de Tubarão é uma das mais antigas de Santa Catarina, é uma comarca centenária, de onde se originaram diversos desembargadores. Temos hoje no Pleno do Tribunal de Justiça quase uma dezena de magistrados originários da nossa comarca, e se não tivéssemos aprovado aquela emenda, deputado Décio Góes, nós iríamos referendar uma injustiça que se cometeria contra a comarca de Tubarão.

Entendo que, corrigindo aquele equívoco, aprovamos uma matéria que vai permitir ao Tribunal de Justiça, a partir da implementação dessa nova estruturação, agilizar ainda mais o acesso à Justiça aos cidadãos que a procuram. Afinal de contas, esta Casa tem dado a sua contribuição, deputado Jandir Bellini. Neste ano elevamos em 20% o número de integrantes do Tribunal de Justiça: de 40 elevamos para 50 desembargadores. Portanto, esta Casa deu uma grande demonstração do quanto está comprometida com a distribuição e a sensibilidade de justiça a todos os catarinenses.

No momento seguinte, aprovamos esta matéria de uma nova organização judiciária, elevando de entrância várias comarcas, muitas que eram apenas entrâncias iniciais foram elevadas a intermediárias; outras, intermediárias, à entrância final e sete comarcas, a saber: Criciúma, Lages, Chapecó, Blumenau, Itajaí, Joinville e Tubarão, elevadas à condição de entrância especial.

Com isso, deputado Professor Grando, estamos satisfeitos na região de Tubarão, porque agora teremos a oportunidade de ter o juiz iniciando e, se quiser, concluindo a sua carreira na nossa comarca. Saimos, portanto, da condição - eu dizia a alguns juizes ontem, deputado Antônio Aguiar - de comarca de juiz caixeiro viajante, ou seja, aquela comarca em que o juiz passa, fica um determinado período, e para poder ascender ao topo da carreira tem que se transferir, já próximo do fim da carreira, da aposentadoria, para outra comarca de entrância especial para poder concluir a sua carreira profissional.

E nós temos, no município de Tubarão, um conjunto de juizes altamente comprometidos com as questões da comunidade, deputado Antônio Aguiar. Foi-se, está muito longe, o tempo do juiz colocado numa redoma de vidro, que não se aproximava do cidadão, que não se envolvia com as questões da comunidade. Os nossos juizes e promotores da comarca de Tubarão têm uma participação muito ativa nas coisas do dia da comunidade. Nos clubes de serviço, no Rotary, no Lions, na Maçonaria, na igreja, nos conselhos comunitários, enfim, em todas as estruturas comunitárias e sociais os nossos juizes têm uma participação muito efetiva.

É evidente, pois, que se nós não tivéssemos conseguido a elevação à condição de entrância especial, deputado Cesar Souza Junior, esses juizes não iriam ter esse envolvimento, porque saberiam já de antemão que ficariam durante um determinado período apenas e não fixariam raízes na comunidade, não investiriam, não participariam da vida comunitária, porque saberiam que não conseguiriam ficar ali até o término das suas carreiras.

Agora, não! Agora recebemos a manifestação de alguns juizes que passaram por lá, que criaram vínculo com a nossa comunidade e que com essa nova condição pretendem voltar para concluir a sua carreira na nossa cidade e também para residir em definitivo na cidade ou na região de Tubarão.

Mas não só isso se obtém como vantagem a partir da aprovação daquela emenda, deputado Bellini, mas também a condição privilegiada que Tubarão reconquistou, que tinha até 1997, de estar entre as grandes cidades, entre os grandes centros, na distribuição de justiça deste estado. Estamos novamente equiparados aos grandes centros, deputado Décio Góes, e penso que a conquista se estende por todo o sul, porque agora temos a comarca de Criciúma e a de Tubarão elevadas a essa condição, portanto os juizes, na busca da ascensão profissional, podem, inclusive, optar por uma comarca ou por outra.

Recebi, inclusive, a manifestação de um promotor da comarca de Criciúma dizendo-se satisfeito com a inclusão da emenda, porque isso eleva a condição do grande sul do estado como um todo. Uma região que há tanto tempo ficou esquecida, basta ver a situação da BR-101, que durante oito anos prometeram-nos, enrolaram-nos, duplicaram o trecho norte e nós perdemos pelo menos uns dez anos no trem da história, no desenvolvimento. Só agora, graças ao governo Lula, as coisas estão acontecendo em bom ritmo, e eu penso que nós estamos criando as condições para recuperar parte desse tempo perdido.

Mas, como dizia, deputado Jandir Bellini, e v.exa. também deve estar comemorando a elevação da comarca de Itajaí a essa condição, não só pela permissão dessa fixação de raízes dos juizes, dos promotores nas nossas comunidades, mas uma comarca de entrância especial é dotada de mais recursos, de mais orçamentos, tem mais facilidade para criar novas varas, e lá na comarca de Tubarão nós precisamos da criação de pelo menos duas novas varas, uma na área de direito de família e outra da fazenda.

Recentemente, tivemos a implantação da segunda vara criminal e precisamos agora buscar conquistar essas duas novas varas, para que a nossa comarca possa, cada vez mais, dar as respostas que a comunidade espera. Porque uma comarca na condição de entrância especial tem maiores condições de trabalho, de dar respostas, e nós estamos, na comunidade de Tubarão, extremamente satisfeitos.

Deputados Marcos Vieira e Nilson Gonçalves, a imprensa de Tubarão só falou nesse assunto no dia de ontem. As nossas três rádios, os dois jornais diários e os jornais semanários não falaram em outro assunto na cidade de Tubarão ontem, deputado Julio Garcia, a não ser nesta conquista que obtivemos.

Portanto, eu quero mais uma vez agradecer aos 23 deputados que votarem conosco, agradecer aos dez deputados que não votaram, mas que também não criaram nenhuma confusão, nenhum questionamento. Aqueles dez que por diversas razões não puderam votar, deputado Antônio Aguiar, não vieram aqui contestar, portanto também foi uma forma de ajudar.

Nós estamos muito satisfeitos e tenho certeza de que esta Casa, com a aprovação daquela emenda, deputado Nilson Gonçalves, fez justiça à comarca de Tubarão e a nossa gente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Junior, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nesta quinta-feira o que me traz à tribuna é um comunicado importante sobre a Frente Parlamentar Pró-Copa do Mundo 2014, em Florianópolis, Santa Catarina.

Essa frente foi criada com a assinatura de 22 dos srs. parlamentares e creio que aqueles que não assinaram foi porque não estavam presentes no momento em que passamos o documento, mas ainda podem apor a sua assinatura.

Já temos a primeira reunião agendada juntamente com aquele que será o nosso relator, o deputado Renato Hinnig, que participará ativamente dos trabalhos, assim como todos os demais parlamentares, deputado Joares Ponticelli, que nos informa que quer participar também. Isso é fundamental! Mas, já no dia 3, deputados Joares Ponticelli e Antônio Aguiar, teremos a primeira reunião para organizar um cronograma de trabalho.

É importante que tenhamos a noção do por que a Assembléia Legislativa entrar também nesse debate da Copa do Mundo e em suas ações. Alguns chegaram a perguntar se não seria uma ação oportunista da Assembléia Legislativa entrar no debate de Copa. Respondi que não! Acho que a participação da Assembléia Legislativa nos procedimentos necessários à realização da Copa do Mundo em Florianópolis, à conquista da vaga em ser uma das sedes é fundamental.

Muitas vezes critica-se este Poder por não realizar coisas de impacto social, e quando o fazemos, deputado Joares Ponticelli, também somos criticados por fazê-lo. Mas creio que podemos avançar em trazer aqui, principalmente, as autoridades responsáveis pelos projetos necessários à Copa do Mundo, trazer a Federação Catarinense de Futebol, a Prefeitura Municipal, a secretaria de Turismo e Esporte, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, as entidades do *trade* turístico da região da Grande Florianópolis e de Santa Catarina, para que possamos ver como estamos e o que precisamos fazer para conquistar uma das vagas da sede da Copa do Mundo.

Lembro que no ano de 2001, deputado Professor Grando, estive na cidade de Leipzig, na Alemanha, a convite de uma fundação, para participar de um seminário. E quando cheguei à cidade de Leipzig, que fica na ex-Alemanha Oriental e tem cerca de 400 mil habitantes, já no ano de 2001 a grande empolgação e motivação da cidade, das suas obras públicas, do engajamento dos seus

cidadãos, era a perspectiva de ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2006. E tratavam aquilo com a maior seriedade, com a maior empolgação. Tivemos contatos com autoridades locais, com o próprio prefeito municipal e aquilo engajava a sociedade num projeto de modernização da cidade como um grande objetivo a ser cumprido. E creio que para Santa Catarina e para Florianópolis a Copa do Mundo poderá representar um momento de grande união da sociedade, já que essa Copa não é projeto de um governo, não é projeto de um parlamentar, não é projeto pessoal de ninguém. Será em 2014 que Santa Catarina terá condições de ser levada ao mundo como uma das sedes, e partir daí ser mais conhecida e ter mais turistas e projeção.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Além da importância que v.exa. ressaltou, as pessoas, as personalidades e instituições a serem convidadas, eu gostaria de acrescentar um dos setores mais importantes e decisivos para Florianópolis ser uma das sedes da disputa da Copa do Mundo. Trata-se do setor de prevenção. Não virão turistas estrangeiros, não virá a população e o povo que quer participar da Copa do Mundo se aqui houver dengue, cólera, hepatite, ou seja, doenças transmissíveis e endêmicas.

Nós podemos fazer desde já, e isso exige certo tempo de trabalho com afinco, a prevenção para que não tenhamos doenças endêmicas, para que o povo possa vir com toda tranquilidade assistir à Copa do Mundo. E para isso tem que haver saneamento. Portanto, devemos convidar também esses setores da saúde, porque esse talvez seja um fator decisivo nessa escolha.

Realmente precisamos tornar o Brasil um país desenvolvido e acabar com essas mazelas. Isso é uma questão de saúde pública, e a maior riqueza que o ser humano pode ter é a sua saúde.

Nesse sentido, esse é o momento de aproveitarmos para trabalhar socialmente, porque a questão de sermos sede da Copa na disputa de uma das fases é tão importante que vamos fazer uma força-tarefa, um mutirão, em que todos os grandes problemas têm que ser solucionados. E isso vai desde o governo do estado, ao município, passando por todas as forças vivas.

É neste sentido que, talvez, esse seja o grande diferencial que Florianópolis poderá oferecer. Ainda está em tempo!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Professor Grandó. V.Exa. certamente contribuirá, e muito, com a sua experiência de ex-prefeito da capital do estado.

Gostaria de dizer que é fundamental trazeremos também para o debate, além das autoridades de saúde - e vamos incluir no cronograma de debates que implementaremos -, de maneira muito especial, a sociedade civil, porque a cidade tem que querer e demonstrar que quer a Copa, porque vamos ter aqui uma população que quer trazer para cá esse evento tão importante e fundamental.

Também devemos trazer para o debate o Ministério Público, para que se defina que obras e ações serão necessárias. E é preciso que haja uma prévia consulta aos órgãos ambientais e ao Ministério Público Estadual e Federal para que façamos um projeto que seja sustentável. Se daqui a pouco surgir uma ação popular, uma ação civil pública, poderá prejudicar o andamento das obras.

Então, é possível, sim, fazer algo que represente um projeto de todos, comum, e que todos nós andemos no mesmo caminho.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Cesar Souza Júnior, gostaria de registrar o meu orgulho de ter sido escolhido relator desse fórum parlamentar.

Realmente, precisamos fazer toda essa mobilização, envolver a cidade e o estado como um todo nessa discussão, incluindo todos os poderes constituídos, inclusive o Poder Judiciário, porque certamente vamos precisar também da atuação dele no sentido de dar assistência jurídica aos estrangeiros que aqui estarão. Torcemos para que não seja necessário, mas, de repente, que o Poder Judiciário também se incorpore nessa tarefa para que tenhamos tudo bem arrumado e consigamos realizar um grande evento.

Por mais que tentemos imaginar o que poderá acontecer em função disso, nós não conseguimos, porque são tantos os benefícios, que a nossa vã filosofia não consegue alcançar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado, eu só gostaria de dizer que é importante termos um representante, pelo menos, de cada bancada no Comitê Executivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência registra, com satisfação, a visita da Escola Professor Francisco João do Valle, do município de Nova Trento, assim como também da comitiva do município de Forquilha, composta pelo vereador Dereal Deguiho da Rosa, do pastor Marinho da Silva, do gerente Regional da Cidasc, Wilmar Warmling, e do escritor Valentim Viliman.

Sejam todos muito bem-vindos à Assembleia Legislativa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra, na primeira parte do horário, o deputado Antônio Aguiar, e posteriormente completará o horário o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o presidente, deputado Julio Garcia, os srs. deputados, as deputadas Odete de Jesus e Ada De Luca e os catarinenses, mas hoje, especialmente, a nossa saudação será ao governador. Por que a nossa saudação especial ao governador Luiz Henrique da Silveira? Pela sua cultura, por ser um homem público dos mais inteligentes, que faz com que Santa Catarina seja, sim, destaque no Brasil e, principalmente, no exterior.

Vimos aqui hoje, catarinenses, também para prestar contas da nossa viagem ao exterior que fez com que, sem dúvida nenhuma, o nome de Santa Catarina fosse elevado aos mais altos graus de competência nos dias que lá permanecemos.

A nossa comitiva foi capitaneada pelo nosso secretário de Assuntos Internacionais, sr. Vinicius Lummertz, que soube organizá-la de maneira ímpar, e quero parabenizá-lo pela sua competência. E foi composta das seguintes personalidades:

secretário Ivo Carminati, que, como se fala no jogo de futebol - e ontem nós ganhamos do Uruguai por 2 x 1 -, é um craque e realmente uma pessoa que deve fazer parte do escalão mais alto do governo Luiz Henrique da Silveira; secretário Alexandre Fernandes, que na sua maneira peculiar é o nosso secretário de Assuntos Estratégicos, papel que exerce com competência e discrição.

Na área parlamentar tivemos a presença do deputado Darci de Matos, que juntamente com a sua filha tão bem representou o Brasil e Santa Catarina. Teve um destaque especial na viagem também o nosso deputado Kennedy Nunes, que, pela sua inteligência e maneira peculiar de se relacionar, fez com que a viagem se tornasse agradável. Tivemos também a presença do deputado Jailson Lima, do PT, que foi lá como um fiscalizador, mas que hoje não está aqui presente.

Gostaria de dizer aos catarinenses que nós, do Parlamento, também fizemos a nossa parte e representamos Santa Catarina à altura.

Esteve junto conosco também o sr. Jaci Pamplona, empresário de Rio do Sul. Quero mandar um forte abraço a esse empresário alegre, disposto, cheio de coragem, que realmente fez a diferença na Rússia, onde fez bons negócios para Santa Catarina e o Brasil.

Nós tivemos a presença especial do presidente da SCGás, ex-deputado Ivan Ranzolin. O nosso grande abraço ao companheiro e amigo pela determinação com que trabalhou junto aos governos para trazer a tecnologia da extração do gás do carvão natural. Ivan Ranzolin, o nosso grande abraço!

Gostaríamos de parabenizar o dr. Valdir, presidente da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, de Joinville.

Estivemos na Rússia, onde desenvolvemos várias ações. A principal delas foi a realização de várias reuniões com órgãos do governo da Rússia, inclusive com o vice-prefeito de Moscou, diretores, ministros e assim por diante, fazendo com que a reivindicação para a regularização da venda da carne suína do estado de Santa Catarina para a Rússia normalizasse-se o mais rápido.

Mas não foi só essa a principal ação feita na Rússia. Estivemos, sim, com grandes expoentes do Balé Bolshoi. Vasiliev entregou nas mãos do governador pinturas importantes que farão parte da comemoração. E com justiça faço aqui a minha homenagem ao Balé Bolshoi de Joinville, que vai realizar a sua primeira formatura, fazendo com que, hoje, Santa Catarina comece a usufruir da exportação das apresentações do Balé Bolshoi na América Latina.

Parabéns pelo investimento do governador Luiz Henrique da Silveira que, repito aqui, consegue transformar a cultura num grande negócio: o negócio do turismo, dos grandes eventos, fazendo com que a América Latina, para ver o Balé Bolshoi, tenha, sim, que se deslocar ao município de Joinville. E isso certamente trará divisas, desenvolvimento e crescimento ao nosso estado. Tivemos a presença também, lá na Rússia, do prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, sendo que lá também houve tratativas para trazer mais cultura a Blumenau. João Paulo Kleinübing fez tratativas para que o Conservatório Tchaikovsky se instale na cidade de Blumenau.

Então, em Santa Catarina já temos duas cidades expoentes que vão fazer com que a cultura seja referência em nível de Brasil e de América Latina.

No Japão, tivemos encontros na área cultural. Mas a principal ação, inclusive dos parlamentares, foi a grande visita ao banco J-BIC, e a partir do ano que vem, sem dúvida nenhuma, vamos ter um financiamento de R\$ 400 milhões, que serão investidos naquilo que de temos de mais necessário: o saneamento básico. Portanto, recursos vultosos a serem investidos na rede de esgoto do estado de Santa Catarina, o que é uma prioridade.

E temos certeza de que o governador Luiz Henrique da Silveira, pela sua inteligência, pela sua competência e pela sua dedicação, vai fazer, sim, o estado de Santa Catarina, logo, logo, tornar-se um dos estados que terão a maior percentagem de cobertura de rede de esgoto do Brasil.

Nós queremos salientar, no Japão, a ação da Mitsui, uma empresa que faz parte da SCGás. E o presidente Ivan Ranzolin teve lá uma atuação de destaque junto a essa empresa, uma vez que ela tem ações da SCGás.

Estivemos também nos Estados Unidos e participamos do Congresso States of States - Congresso dos Estados Americanos -, onde o único estado que esteve presente foi Santa Catarina, junto com todos os outros estados americanos. E lá discutiu-se o quê? Estratégias dos estados na ação pública nas áreas da saúde, da educação, da agricultura e, inclusive, junto às universidades, pois são elas que dão a opinião final e fazem com que os projetos, nos Estados Unidos, sejam levados ao fim a que se destinam.

Dentro do Instituto Milkin, o governador Luiz Henrique da Silveira mostrou a sua sabedoria e fez com que Santa Catarina mostrasse a sua potencialidade nas áreas da educação, da agricultura e da cultura, apresentando para os Estados Unidos a nossa maneira de administrar Santa Catarina.

Mas a importância maior foi na área da energia. Os americanos produzem 73% da sua energia através do petróleo, isto é, energia suja. No Brasil, temos 75% de energia hídrica, energia limpa. Portanto, não agredindo a natureza, estamos, sim, fazendo a nossa parte.

Mas não quero alongar-me e vou passar a palavra ao nobre deputado Manoel Mota, que está ansioso para representar o nosso sul catarinense.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para concluir o horário do PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero chamar a atenção dos parlamentares para cuidarmos das leis que aprovamos nesta Casa e depois não sermos criticados pela própria imprensa pela inconstitucionalidade. Quer dizer, de maneira atropelada foi votada a lei para ajeitar a questão das auto-escolas, e agora está aqui no editorial do jornal *A Notícia* a seguinte matéria:

(Passa a ler.)

"A Assembléia Legislativa acaba de aprovar lei que concede privilégios a 35 donos de centros de formação de condutores (CFCs) que funcionavam irregularmente e foram reabertos por liminares da Justiça. A nova lei, que precisa ser sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira e foi proposta pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), autoriza a reabertura das auto-escolas fechadas por liminar da Justiça por não atenderem ao que determina a lei estadual 13.721/96, que estabeleça a obrigatoriedade de licitação pública para o funcionamento de CFCs.

[...]

No caso de auto-escolas, novamente o que busca é o tipo jeitinho. Para driblar a lei, cria-se outra, ilegal e juridicamente nula. Mesmo assim, a Assembléia catarinense submeteu-se a aprovar a proposta, operando na contramão do interesse público.[...]"[sic]

Quer dizer, fazem tudo a toque de caixa e depois o Parlamento acaba sofrendo pela lei, pelas inconstitucionalidades, pelo jeitinho para ajeitar, às vezes desrespeitando outros poderes. E isso acaba trazendo todos esses problemas aqui para a Assembléia Legislativa. Está dito aqui na imprensa que é para nós, quando fizermos uma lei, olharmos primeiro, para depois não tomarmos esse tipo de medida.

Eu quero dizer ao deputado Joares Ponticelli, que foi nas rádios criticar o repasse do art. 170, que o seu governo cumpriu muito pouco ou quase nada, e que o governo de Luiz Henrique, através do secretário da Educação, fez um acordo com as universidades e as fundações e vem cumprindo-o religiosamente. Este é um governo de bem, um governo que tem compromisso. E o compromisso é tanto que foi negociado em oito parcelas. E de oito parcelas, já foram pagas cinco. E lá para a nossa Unisul foram pagos, na última parcela, setecentos e poucos mil reais. Está aqui a comprovação, deputado!

Então, v.exa. está desinformado, não acompanha os fatos, a sua equipe está falhando. Eu vou mostrar que já foram pagas cinco parcelas, e no fim do mês será paga outra. Portanto, vai ficar apenas uma ou, no máximo, duas para o ano que vem.

Portanto, o governo está cumprindo religiosamente os seus compromissos e eu quero aqui parabenizar o secretário da Educação, um homem sério, dedicado, que, exercendo o seu poder de secretário, vem buscando alternativas e cumprindo todos os compromissos com o estado de Santa Catarina.

O deputado está meio nervoso, mas ele pode ficar calmo porque depois verá tudo!

Há também o Samu de Araranguá. O eminente deputado tem que se preocupar com a região de Tubarão, porque o seu governo não fez nenhuma obra lá. V.Exa. tem que ir para Araranguá, tem que se mudar para lá. O Samu está pronto, estão fazendo a seleção dos nomes para assumirem lá. Em dezembro, o Samu estará funcionando. V.Exa. está desinformado, precisa informar-se mais.

A partir de dezembro, já estará funcionando, inclusive já estão fazendo a seleção dos nomes e os melhores nomes passarão a assumir aquela região que é importante e fundamental. E foi escolhida a Polícia Rodoviária Federal, porque ela é que vai atender toda aquela região.

Com relação à questão do Hospital Regional de Araranguá, v.exa. disse ontem que eu queria colocar naquele hospital um político. Eu quero colocar um técnico, eu quero saúde de qualidade. V.Exa. tem que se preocupar com Tubarão, com a região do Vale de Araranguá pode deixar que eu me preocupo, e muito, pois quero que a saúde tenha qualidade técnica. E nós estamos cobrando do governo do estado de Santa Catarina, porque não está indo bem, e quando não está bem, temos que cobrar, sim! Não vim aqui só para dizer sim, senhor! Não! Eu vou cobrar enquanto não se fizer um trabalho em defesa da saúde da população do Vale do Araranguá.

E eu, evidentemente, vou buscar a minha...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se podemos votar em bloco as matérias, uma vez que se trata só de redação final.

(Os líderes acquiescem.)

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0280/2007, 0291/2007, 0325/2007, 0342/2007, 0420/2007, 0421/2007, 0457/2007, 0267/2007, 0351/2007, 0414/2007, 0461/2007, 0464/2007.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as matérias em bloco.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0704/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0705/2007 e 0706/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0707/2007, de autoria do deputado do Narcizo Parisotto; e 0708/2007 e 0709/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao procurador-geral do Ministério Público de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo Dia Nacional do Ministério Público.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Mário Hoeller de Souza, aos presidentes dos Grupos RBS, Koerich e Lafi Cosméticos e aos diretores das Lojas Havan e JK Pneus, cumprimentando-os pelo recebimento da premiação FCDL - Mérito Lojista 2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, cumprimentando-o pela sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Conselhos Comunitários de Segurança, Aconsej, de Joinville, cumprimentando-o pelo brilhante desempenho naquela instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador João Henrique Blasi, cumprimentando-o por sua nomeação para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos policiais militares Carlos Henrique de Lima e Dany Pereira dos Santos, cumprimentando-os pela brilhante atuação no desempenho do dever.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Paulo Lopes, cumprimentando-o pela inauguração de 46 unidades habitacionais.

A Presidência defere de plano

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando medidas para inclusão do médico veterinário nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - Nasf.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando providências para inclusão de fiscais médicos veterinários no processo de inspeção da cadeia produtiva do leite e seus derivados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, há momentos aqui que não dá para se estabelecer o debate porque os apartes ficam difíceis. Mas eu queria dizer que, com relação ao que falou o deputado Nilson Gonçalves sobre a questão da Venezuela, os convênios, os contratos do Brasil com esses países que ele criticou tanto foram feitos no governo passado, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e hoje o presidente Lula continua administrando, gerenciando e negociando esses contratos. Aliás, o problema do presidente Hugo Chávez é com a Venezuela, mas ele tem procurado resolver os problemas da sua gente. E o Brasil tem aumentado significativamente sua relação comercial com a América Latina por conta da política externa brasileira, o que é muito bom para a economia do nosso país.

Quanto ao debate do art. 170, deputado Manoel Mota, de se estudar este ano e pagar só no ano que vem, depois do Carnaval, financiado pelo Sistema Fundacional Catarinense, eu não acho correto. Eu entendo que quando se faz um acordo para se pagar oito parcelas este ano, elas têm de ser pagas durante este ano e não deixar para pagar duas, três parcelas só no ano que vem.

Mas ontem a bancada do Partido dos Trabalhadores deu uma entrevista coletiva para a imprensa sobre o projeto que tramita nesta Casa, o PPA - Plano Plurianual - 2008/2010. Eu considero uma peça extremamente importante, pois vai disciplinar e gerenciar os recursos, os programas de governo, enfim, ele prevê tudo o que o governo vai fazer durante os quatro anos de mandato. E a idéia era tentar abrir esse debate com a sociedade, dar conhecimento para o povo catarinense sobre esse projeto que está tramitando nesta Casa, que é o principal projeto dos próximos quatro anos, mas estranhamente não saiu nada na imprensa. Eu acho que não querem que o povo catarinense participe desse debate. Mas é importante que esse debate seja feito, para que a população catarinense tenha noção do que está sendo discutido no PPA.

Por exemplo, na sua primeira versão, a bancada do Partido dos Trabalhadores acusou uma diferença de R\$ 9 bilhões, o que obrigou o governo a apresentar um substitutivo novo. Mas ele continua com um erro. Por exemplo, no PPA o valor estimado para o Orçamento de 2008 é de R\$ 16,7 bilhões, e a Lei Orgânica Anual, que é outra lei, prevê um Orçamento de R\$ 10,6 bilhões. Então, há um erro de R\$ 6 bilhões.

Assim não dá! Parece que é uma peça de ficção, porque não estão levando a sério! Eu acho que as leis orçamentárias não podem continuar a ser encaradas pelo governo dessa forma. O que se observa é que o projeto tem até uma boa análise conjuntural. O anexo, que faz a avaliação conjuntural, fez uma boa análise, fez um bom diagnóstico sobre as necessidades do desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, mas as dotações orçamentárias não correspondem àquilo que é dito no documento como prioritário para resolver as questões.

O governo diz que é participativo, mas nem respeitou as prioridades elencadas no Orçamento Regionalizado! São obras importantes como, por exemplo, o asfaltamento de Santa Rosa até a Escola Técnica Federal, reivindicado há muito tempo, que consta no Orçamento Regionalizado, que foi aprovado no Conselho Regional de Araranguá, mas que não consta aqui, bem como outras obras importantes em Criciúma, Laguna, Tubarão, as quais tive o cuidado de olhar. Então, é necessário ser corrigida, sanada essa questão.

O governo fala sobre desenvolvimento sustentável, mas não aloca recursos significativos para o meio ambiente nem aponta as ações que vão enfrentar, os problemas cruciais, como a proteção da água, a questão dos dejetos, o plano de recursos hídricos, o plano de gerenciamento costeiro, a questão do saneamento, o controle de florestas, o reflorestamento para Santa Catarina.

O governo fala sobre os problemas sérios da pobreza, da marginalização, da violência, do êxodo, dos altos custos da saúde, da falta de qualificação de mão-de-obra, mas destina recursos ridículos para a assistência social. Além disso, são 93,88% de recursos destinados de outras fontes e apenas 6,12% de recursos do Tesouro do Estado! Eu não sei o que a secretária vai fazer nos próximos quatro anos. Não há definição de quais os programas para combater a marginalização, a violência, o êxodo, enfim, os problemas apontados.

O governo fala sobre uma série de questões, como a insegurança nas estradas, mas não aponta campanhas de conscientização, não aponta reforço na sinalização, no policiamento, não adota um plano diretor rodoviário, não fala sobre metas, prazos. Então, fica extremamente genérico.

O governo fala do modelo agrícola catarinense, que precisa de um redesenho urgente para se ajustar aos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental, mas também não diz como vai fazer isso. Ele detecta que precisa de um novo modelo agrícola, mas não diz o que vai fazer e nem tem recursos para isso.

Então, nós precisamos debater melhor o Plano Plurianual, fazendo com que o governo se comprometa mais claramente com o que vai fazer com o estado. Aliás, do ponto de vista financeiro, a preocupação é imensa, pois todos os dias está estampada nos jornais a situação financeira do estado. A receita cresce, o estado reclama que não tem dinheiro, mas radicaliza nas concessões e nos benefícios fiscais, acentuando a guerra fiscal. Santa Catarina é a pioneira na guerra fiscal brasileira, pois tem quase 28% de benefício fiscal. Grande parte é desvinculação de receita, com Fundo Social, subvenções que não sabemos como são aplicadas, quais são os critérios.

Precisamos deixar claro que o governo está deixando de arrecadar com essas concessões e os maiores investimentos previstos para a realização de estradas são feitos com financiamentos. Então, está perdendo a oportunidade, neste momento de crescimento econômico, de ajustar a situação financeira do estado, concedendo um monte de benefícios, pegando financiamento para fazer as obras, comprometendo ainda mais o futuro econômico das finanças públicas do estado.

Então, há uma preocupação muito grande porque o governo está perdendo a oportunidade de ajustar as finanças públicas. E na hora em que o povo fala sobre políticas públicas, em que o povo fala que precisa de investimentos, em que o servidor fala que tem de haver reajuste, em que se fala que é preciso resgatar as dívidas, os precatórios, não há dinheiro. Não pode haver dinheiro mesmo porque perde essa oportunidade e num momento de crescimento concede benefícios, pega financiamento, aumenta a máquina pública e não tem dinheiro para os investimentos necessários para o estado!

Assim sendo, precisamos discutir mais publicamente o PPA e fazer o governo do estado assumir compromissos mais concretos com o estado de Santa Catarina!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, com relação à polêmica do art. 170, deputado Sargento Amauri Soares, o deputado Décio Góes fez uma observação interessante, pois, pela manifestação do deputado Manoel Mota, o art. 170 está parecendo promoção das Casas Bahia: ganhe bolsa neste ano e receba só no ano que vem, depois do Carnaval, depois do Natal, do Réveillon, da Sexta-Feira da Paixão, porque eles fizeram um acordo de oito parcelas para pagar durante este ano, mas pagarão só no ano que vem.

Vou reafirmar, em alto e bom som, deputado Manoel Mota: acabei de falar com o vice-reitor da Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul, que me relatou que três parcelas foram pagas e está confirmando a quarta parcela para saber se entrou ou não. Não é verdade que foi paga a quinta parcela. E v.exa. não me forneceu os documentos. Eu pedi para me dar a cópia! V.Exa. veio aqui, ontem, mostrou os papéis, mas quando chegamos perto, v.exa. não os entregou! Quando se mostra um documento aqui na tribuna tem que disponibilizá-lo! Agora v.exa. mostrou o empenho, mas lá não diz se é a terceira, a quarta ou a quinta, não há discriminação!

A Unisul recebeu três parcelas e estão confirmando agora para saber se entrou o dinheiro da quarta parcela. Mas mesmo que tenha entrado o dinheiro da quarta parcela, faltam mais quatro, deputado Décio Góes! E hoje é dia 22 de novembro, faltam 40 dias apenas para terminar o ano e essas parcelas ainda não foram pagas. Será que a cada dez dias o governo irá pagar uma das parcelas que faltam? Se durante o ano todo não pagou as oito, será que agora, em 40 dias, irá pagar as quatro que faltam? Ou isso irá continuar como as promoções das Casas Bahia: ganhe a bolsa neste ano e receba, talvez, no Carnaval.

Acontece que os alunos têm que renovar a matrícula agora. Eles vêm aqui, contestam a informação dizendo que há um papel, mas não mostram, não nos dão acesso a ele, e os estudantes e a universidade estão dizendo que não receberam!

Ontem à noite, deputado Décio Góes - e eu quero aqui registrar com muita alegria, deputado Manoel Mota -, obtivemos no Centro Acadêmico de Direito da Unisul, de Tubarão, mais uma estrondosa vitória. O nosso colega do curso de Direito e companheiro, Kleber, meu amigo, recebeu o nosso apoio e ganhou a eleição no Centro Acadêmico de Direito da Unisul, de Tubarão, ontem, contra o candidato do PMDB, com 64% dos votos. O seu candidato do PMDB fez 30%, o nosso fez 64% no Centro Acadêmico de Direito, que é o principal centro dos estudantes da Unisul. Ganhamos a eleição, ontem à noite, com 64% dos votos, deputado Manoel Mota.

São aqueles estudantes que foram esperar por v.exa. na audiência pública da semana passada e o senhor não compareceu, dizendo que foi ao enterro da mãe do deputado Clésio Salvaro. Só que o enterro foi às 17h e a audiência pública às 20h, dava tempo. Os estudantes estavam lá esperando por v.exa. Lá estavam apenas eu e o deputado Pedro Uczai, e olha que eu não sou da comissão de Educação! Não sou! Fui a convite do deputado Pedro Uczai, e lá ele me disse que quem requerer uma audiência para Tubarão fora o deputado Manoel Mota, que não compareceu.

Os estudantes estavam lá esperando para perguntar quando vão terminar de pagar as parcelas do art. 170. Quando vão terminar de pagar? Tanto que ontem à noite, o candidato do PMDB perdeu a eleição do Centro Acadêmico de Direito por isso também. E aí vem aqui falar com a verdade? Não está em dia, e a matrícula nas universidades está começando.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Apenas para lembrar, deputado Joares Ponticelli, há cerca de 40, 60 dias, a comissão de Finanças e Tributação convocou o secretário Paulo Bauer para vir à Assembléia Legislativa, e até então haviam sido pagas três parcelas. Naquela semana iria ser paga a quarta e sucessivamente iria ser colocado em dia até o final do ano. Isso em depoimentos gravados juntamente com o secretário da Fazenda, Sérgio Alves. Os dois vieram aqui, na presença dos estudantes, na presença de todos os deputados da comissão, e o compromisso aqui assumido não foi cumprido. Então não é possível acreditar em mais nada, em mais ninguém.

Como é que se faz? Vão quebrar o sistema fundacional catarinense, que é um sistema modelo, exemplo para o país? Então é extremamente preocupante a falta de palavra deste governo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Décio Góes, e outra coisa: o deputado Manoel Mota dizer que o nosso governo não pagou? Quem não pagou foi o governo do PMDB, do dr. Paulo Afonso, aquele que o deputado brigou aqui para defender. Aquele sim não pagou nada do art. 170! Santa Catarina não tem memória curta, não! O art. 170 foi restabelecido a partir do governo Amin, que pagou em dia, rigorosamente em dia, todas as parcelas assumidas, todas, quando o Paulo Bauer era vice-governador! Naquele tempo, sim, foram pagas todas as parcelas do art. 170 em dia! Quem prometeu dobrar o valor do art. 170 foi o Luiz Henrique, na primeira campanha, em 2002, e agora não paga em dia nem aquilo que foi conquistado em 1999!

Eles vêm aqui, mostram de longe um papel dizendo que está em dia, e os reitores e os estudantes dizem que não está. Não podem faltar com a verdade assim! Não podem faltar! Será que vamos ter que fazer acareação aqui o tempo todo? Trazer os estudantes, trazer os reitores para mostrar? Meu Deus, será que pensam que enganam quem? Sustentar uma mentira, por quê? Então reconheçam, sejam humildes, digam: "Não, nós assumimos, mas não temos condições de honrar"!

Ele próprio disse aqui: "Não, vão ficar, no máximo, uma ou duas parcelas"! Bom, se ficar meia parcela já não cumpriu o acordo! Aí não sabe se vão ficar uma ou duas? Pelo menos na promoção das Casas Bahia - compra agora e paga depois do Carnaval - eles sabem que é depois do Carnaval que têm que pagar! Mas com a bolsa de estudo eles não sabem, ganham agora e vão receber não sabem quando! Firmaram um acordo reconhecendo que estava atrasado, não pagaram em dia, não estão honrando, e vem aqui falar com a verdade, como se não tivéssemos pessoas lá na ponta reclamando!

Deputado Décio Góes, eu penso que temos que trazer de novo os Diretórios Centrais de Estudantes e as universidades para cá na semana que vem, para fazermos uma acareação, porque, a não ser que eles estejam depositando essas cinco parcelas em universidades da Etiópia, do Congo, de outros países ou de outros estados, talvez do Acre ou do Amazonas, na conta das universidades aqui de Santa Catarina não é verdade que pagaram a quinta prestação! E se tivéssemos pago a quinta, deputado Sargento Amauri Soares, ficaríamos três ainda!

Por isso quero propor um debate muito sério sobre isso, deputado Décio Góes. Na semana que vem, vamos mobilizar os estudantes, trazê-los para cá, porque a angústia é grande, uma vez que o processo da renovação das matrículas nas universidades começou. Vou continuar cobrando esse assunto o tempo todo, porque participei, em 1999, do resgate deste compromisso do art. n. 170 da Constituição. Fizemos a nossa parte! O governador Luiz Henrique da Silveira prometeu dobrar, não dobrou, não está cumprindo e não está nem pagando aquilo que era pago, assim como está enrolando também o art. n. 171 da Constituição, que já virou art. 171 do Código Penal, que é estelionato eleitoral. Mais um! Mais um praticado por este governo que fala, fala, e não dá respostas concretas, verdadeiras para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Antes, porém, queremos saudar a Escola de Ensino Fundamental Professora Adelina Zirke, do município de Brusque, representada aqui pela sra. Neusa Sapeli Teixeira.

Sejam bem-vindos a este Parlamento! O deputado Dagomar Carneiro os recebe de braços abertos. Sintam-se à vontade em nossa Casa!

Também registramos a presença da Escola de Ensino Fundamental Ponta Russa, de Brusque, em nome do seu responsável, professor Marcelo Amorim.

Saudamos essas escolas em nome do deputado Dagomar Carneiro e desejamos uma feliz estada na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, quero ainda retomar o tema de ontem, mas antes quero falar do processo de eleição da Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros - a nossa Aprasc -, que aconteceu nos últimos três dias, terminando ontem à noite o processo eleitoral para a escolha da nova diretoria por um período de mais dois anos, ou seja, até novembro de 2009.

A chapa inscrita, da qual este parlamentar humildemente faz parte na coordenação de imprensa, foi chapa única, como tem sido em todos esses seis anos de existência da Aprasc; chapa única, pois não tivemos ainda nenhuma chapa inscrita para concorrer com o grupo que tem tocado a associação desde a sua fundação. Isso não significa que nós não temos oposição! Temos, sim! Ela existe, está viva, está trabalhando, mas não inscreveu chapa para concorrer à eleição da Aprasc.

Foram mais de 3.500 votantes, deputado Décio Góes, em todo o estado de Santa Catarina. Mais de 3.500 votantes, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que não têm tradição de participação, que não têm o hábito de andar com urnas pelos quartéis e nós estamos fazendo isso. Nesse sentido, agradecemos ao comando-geral e aos comandos das mais diversas esferas, por aceitarem essa possibilidade da realização das eleições, inclusive no âmbito dos quartéis, das instituições militares.

Dentre esses mais de 3.500 votos, nas 293 cidades de Santa Catarina, porque temos praças em todas elas, mais de 97% dos votantes disseram "sim" à chapa única formada pela atual diretoria, que tem como presidente o nosso grande companheiro e camarada Manoel João da Costa, ex-cabo e agora sargento J. Costa, mais conhecido assim por todos.

Quero dizer que apesar dos percalços e da oposição, que trabalha buscando deslegitimar a Aprasc, ela continua firme e forte e vai continuar existindo. Só no processo eleitoral foram filiados mais de 100 novos aprasqueanos.

Outro assunto também importante é que hoje teremos formatura no Centro de Ensino da Polícia Militar, envolvendo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Teremos a promoção de 84 novos sargentos da Polícia Militar e 50 novos sargentos do Corpo de Bombeiros. Eram cabos e serão, depois de seis meses de curso, promovidos a sargentos. Nas promoções normais, não tão normais, serão promovidos 15 primeiros-sargentos a subtenentes e 13 segundos-sargentos a primeiro-sargento, sendo um deles por ato de bravura; 40 cabos a terceiros-sargentos, e 78 soldados a cabos, sendo três deles por ato de bravura.

Teremos ainda a promoção pós-morte, do nosso saudoso companheiro Ivanio Marcos Sehnem, do município de Bom Jesus do Oeste, que foi um dos que faleceu naquela ocorrência mês passado, quando também faleceram outros quatro praças e 27 civis.

Infelizmente não temos a relação dos promovidos no Corpo de Bombeiros, a relação demorou, eu não sei se a promoção dos demais bombeiros vai ser hoje ou noutra data, mas essa é a relação dos promovidos da Polícia Militar.

É preciso registrar que vai haver essa formatura e, como falei ontem, nenhum praça vai falar nessa cerimônia militar de hoje à tarde, nem este parlamentar, que é um dos paraninfos.

Apesar de todas essas conquistas, pois todas essas promoções são fruto da luta dos praças e da Aprasc nos últimos quatro, cinco anos, e o companheiro Torquato sabe disso - e aproveitou para registrar a sua presença, ele que é da cidade de Itaiópolis e liderança dos praças e daquela comunidade -, nós continuaremos sem o direito de falar, inclusive de elogiar as autoridades que possibilitaram esse avanço.

Ainda, na questão *interna corporis*, continuamos esperando que alguém, em sã consciência, em nome da nossa instituição, Polícia Militar, e na defesa da maioria dos praças, possa cancelar o cancelamento do Edital 001; possa dar última forma na última forma do Edital 001 do Curso de Formação de Oficiais, permitindo que possam inscrever-se os que têm nível médio e não só os que têm o curso de Direito, como querem, o que vai excluir mais de 90% dos praças de concorrer. E depois vão dizer que é porque não tentaram!

Essa mudança foi feita de uma hora para outra e a maioria da instituição, inclusive no alto comando, na cúpula, é contra essa mudança casuística que foi feita.

Queria falar, por último, sobre o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves e dizer que estou em profundo desacordo com praticamente tudo o que ele falou a respeito do governo da Venezuela, o governo do coronel de homens livres, Hugo Rafael Chávez Frias. Quero dizer que não há qualquer semelhança entre o governo Hugo Chávez e o governo de Idi Amin Dada, que o deputado falou pela segunda vez aqui. Idi Amin Dada era o oposto de Hugo Chávez: não só diferente, mas oposto. Idi Amin Dada massacrava o seu povo para atender aos interesses dos monopólios dos países imperialistas brancos europeus e dos Estados Unidos, rapinando as pedras preciosas do seu país e do seu povo para fornecer para essa elite, a chamada elite branca dos países imperialistas. Hugo Chávez faz o contrário, ele usa as riquezas naturais da Venezuela, o petróleo, o gás natural, para garantir condições de acesso ao seu povo, acesso à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho. Então, é o oposto, não dá para permitir essa comparação.

O deputado Nilson Gonçalves falou da aventura do governo Lula. Ou seja, tudo o que eu gosto e elogio no governo Lula e que merece o nosso elogio, o deputado Nilson Gonçalves, por vezes outros, de outros partidos, vêm aqui e acusam. E tudo o que achamos ruim no governo Lula como, por exemplo, o pedágio e transgênicos, eles calam e no Congresso Nacional votam a favor. Ou seja, a questão não é de partido, é de projeto de esquerda ou de direita, popular ou voltado aos interesses da elite.

Parabenizo o governo Lula por sua posição com relação ao governo Hugo Chávez, ao governo da Venezuela, e o Congresso Nacional vai fazer um grande serviço à América Latina e ao Brasil se autorizar a presença da Venezuela no Mercosul. É importante, do ponto de vista econômico, comercial e estratégico, para o futuro do nosso país e também do ponto de vista humanitário porque é um país irmão, um país vizinho.

O que está em jogo na Venezuela não é a democracia, até porque ela está melhor lá do que em muitos outros lugares, está melhor hoje do que estava ontem. O que está em jogo na Venezuela é um projeto novo garantindo direito ao povo, cumprindo aquilo que prometeram nas campanhas eleitorais Hugo Chávez e Evo Morales; o escândalo é que eles estão cumprindo o que disseram que iam fazer, quando deveria ser o oposto, o escândalo por aqueles que não cumprem. O que está em discussão é um projeto novo de sociedade e esse ódio expressado é ódio de classe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente líder do sul de Santa Catarina, o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, visitantes que nos honram na manhã de hoje com sua presença no nosso Parlamento, lideranças de Imbituba e de Passos de Torres, é uma alegria tê-los aqui!

Quero aqui poder resgatar a verdade. O deputado Joares Ponticelli, que eu tenho apelidado constantemente aqui de caratoca, aquele peixinho que belisca, corre e foge, vem aqui e prega uma peça, inventa, falta com a verdade. Eu sou um homem que poderia, neste instante, perder a elegância e chamá-lo de mentiroso, mas vou optar por chamá-lo como aquele que falta com a verdade.

A reunião da comissão de Educação, em Tubarão, era um pedido dele e do próprio deputado Pedro Uczai. Houve a presença apenas de um deles, então não deu quórum e não se pôde deliberar. Ele disse aqui que foi um pedido do deputado Manoel Mota. Então, ele mentiu descaradamente, e vou pegar o requerimento para mostrar aqui que ele faltou com a verdade, mentiu e vem inventando coisas a cada instante para enganar a população de Santa Catarina! Precisamos resgatar a verdade para que fique clara à sociedade.

Por exemplo, foi nas rádios de Sombrio e Araranguá questionar o governador de Santa Catarina, sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira. O governo dele esteve na rádio de Araranguá - e temos a gravação - para pedir desculpas à população por não ter realizado obras naquela região.

Então, é preciso ter muita coragem para pensar que as pessoas têm memória curta e esquecem os fatos. E o que aconteceu nas urnas? A derrota!

Com relação a sua região de Tubarão, é preciso que ele comece a levar as obras que foram realizadas no governo dele. Ele foi líder e eram jogadas aqui moedas para o pessoal do governo, porque prometiam e não cumpriam. Em nenhum momento nós recebemos moedas aqui, mas os deputados da época recebiam moedas! Por quê? Porque tinham prometido e não cumpriram! E qual foi a resposta nas urnas? A derrota, porque não cumpriram! Eles enganam, mentem para a sociedade e aí pagam o preço, porque a socie-

dade não brinca! Ela analisa os fatos com profundidade. Por isso, eles foram derrotados no segundo turno da eleição passada e no primeiro e segundo turnos dessa eleição - e na próxima também serão derrotados -, porque a sociedade não aceita essa forma de enganar ou de criticar para poder usufruir o poder político.

Acho que ele está totalmente equivocado. Na terça-feira, vou trazer as parcelas pagas do art. 170, de um governo que vem cumprindo o acordo feito com as universidades!

Há dificuldades? É evidente que há, não adianta negar, porque se elas não existissem, já teríamos até cumprido o compromisso com a Polícia Militar. Dificuldades existem, mas o governo, dentro da sua limitação, vem cumprindo os seus compromissos. E o secretário da Educação, Paulo Bauer, vem cumprindo religiosamente a sua missão, porque é um homem sério, de palavra, dedicado. Daí eu sou obrigado a dizer o seguinte: eu me orgulho por defender a sua forma de agir em defesa da educação no estado de Santa Catarina, cumprindo os seus compromissos.

Ele disse aqui ontem que eu queria colocar um político no hospital. Precisamos falar a verdade aqui porque senão ficará ruim! Ele não está aqui, mas sei que está assistindo-me no gabinete. É preciso falar a verdade porque senão não iremos contribuir com nada! Acontece sempre o contrário: a verdade vem à tona e daí a mentira vai por terra e o deputado fica desmoralizado.

Então, não adianta. Eu quero saúde de qualidade! Eu quero hospitais para atender à população! Não quero político, não! Eu quero técnicos competentes, capazes de atender à população do extremo sul de Santa Catarina, onde foi construído o Hospital Regional de Araranguá. E os 15 prefeitos de todos os partidos querem o mesmo, ou seja, um hospital atendendo à população da região.

Em dezembro, teremos o Samu; já estão fazendo a seleção dos melhores nomes técnicos para atender com qualidade a toda aquela região que sofre com muitos problemas de acidentes. Trata-se da BR-101 e, portanto, não preciso dizer mais nada!

O equipamento do Corpo de Bombeiros de Sombrio já foi comprado. Era para estar pronta a obra desde o final do ano do passado, mas só agora foi concluída e eles já estão trabalhando. É uma inverdade dizer que não estão trabalhando! Vai ser inaugurado no dia 11 de dezembro, mas já estão trabalhando, e o governo já entregou todo o equipamento. Parabéns ao Corpo de Bombeiros, que já recebeu os equipamentos e já está trabalhando!

Ele está desesperado porque só prometiam, mentiam, enganavam a população e não faziam nada. Escolhemos o dia 11, que é o número do deputado Joares Ponticelli, para entregar a ordem de serviço da serra do Faxinal. Ele pode ir lá acompanhar as máquinas trabalhando. Ele tem que ir lá para aplaudir o governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, pois será entregue a ordem de serviço para as máquinas começarem a trabalhar. Trata-se de uma obra que diminuirá em 200 quilômetros o trecho Canela/Gramado/Caxias do Sul. Essa obra é muito importante para Santa Catarina!

É preciso que sejam resgatadas essas coisas. Não será necessário comprar uma lupa para enxergar mais, porque cego é aquele que tem visão, mas não quer é enxergar. Esse, para mim, é o cego! E aí cabe muito bem ao deputado Joares Ponticelli!

O eminente líder da bancada do seu partido, deputado Kennedy Nunes, veio a esta tribuna dizer que a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Segurança Pública estavam juntando pneus nas borracharias para fazer o trabalho no feriado. Não se pode faltar com a verdade! Com fardamento operacional, calça e camisa, foram gastos R\$ 17.816 mil; foram comprados cinco mil pneus para as viaturas. Então, não precisamos de pneus, como foi dito. E ele faz isso para quê? Para tentar denegrir o governo e a Segurança Pública. Ele ataca a cidade dele, Joinville, um município querido, que tem um povo trabalhador e empresários que orgulham este estado. Mas o deputado Kennedy Nunes sempre vem aqui tentar, de alguma forma, denegrir Joinville.

Primeiro veio o deputado Joares Ponticelli com o Balé Bolshoi, e agora o deputado Kennedy Nunes que em todos os seus pronunciamentos diz alguma coisa contra Joinville, que é a sua cidade. Ele não está fazendo isso contra o governo, mas contra Joinville. E a população não brinca em serviço!

Foram comprados mil coletes básicos, à prova de bala, no valor de R\$ 700 mil; foram gastos R\$ 1,4 milhão com munição.

Então, o governo do estado está cumprindo os compromissos em todos os setores das suas secretarias, seja da Educação, da Saúde, da Segurança, etc. Portanto, temos um governo comprometido com a sociedade, dando tudo de si para o bem comum!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e povo catarinense, gostaria de me pronunciar, no dia de hoje, fazendo primeiramente um agradecimento público a esta Casa, já que alguns projetos de lei de nossa iniciativa foram aprovados por todos os 40 srs. deputados.

Então, quero dizer que esses projetos aprovados por todos os deputados fazem parte deste Poder. São projetos simples, mas muito importantes para as questões da educação, da economia e da preservação. Um deles dispõe sobre uma política estadual de reciclagem de materiais.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Desejamos registrar a presença, na sessão de hoje, do sr. Toninho, presidente do Sindicato de Meleiro e também candidato a prefeito daquela cidade. Trata-se de uma grande liderança que também veio nos prestigiar na manhã de hoje. Portanto, queremos deixar registrada a sua visita nos anais da Casa.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Seja bem-vindo a esta Casa!

Como eu dizia, um dos projetos dispõe sobre a política estadual de reciclagem de materiais. O que significa isso? Que nas repartições públicas, nas escolas e na iniciativa privada vamos incentivar a comercialização e a industrialização de materiais recicláveis, tais como: papel usado, aparas de papel e papelão; sucatas de metais ferrosos e não ferrosos; plásticos, garrafas plásticas e vidros; entulhos da construção civil; resíduos sólidos e líquidos urbanos e industriais passíveis de reciclagem; e produtos resultantes do reaproveitamento da industrialização e condicionamento dos materiais já referidos.

E, principalmente, prevê uma questão muito inteligente. Por exemplo, nós sabemos que uma grande empresa mundial que recicla está para se instalar em Rio do Sul ou num município do interior do estado, ou qualquer empresa de reciclagem poderá instalar-se, não importando o seu tamanho. Mas que essa empresa, pelo serviço que presta, tenha - e é de direito -, como têm todas as atividades, a questão do ICMS. Portanto, que possa receber incentivo de ICMS. E isso será muito importante porque abrirá esse aspecto e gerará emprego e riqueza para Santa Catarina.

Então, é com muito orgulho que digo que esse projeto da nossa iniciativa foi aprovado, que todos os srs. deputados ajudaram que fosse aprovado e que se abriu essa perspectiva.

Outra questão: esse projeto combate o aquecimento global porque o ser humano, ao mesmo tempo em que é o problema, passa a ser a solução desse que é um dos mais graves problemas. Então, é nesse sentido que se procura legislar.

Outro projeto que foi aprovado, e também gostaria de agradecer a todos os srs. deputados, dispõe sobre a implantação de sistemas de natureza, através da criação de "telhados verdes" em espaços urbanos de Santa Catarina. É o que se chama comumente hoje de ilhas de calor e que já surgem muito em muitas cidades, devido à grande quantidade de prédios, à questão do concreto e do asfalto. E para minimizar essas ilhas de calor, elaboramos esse projeto de forma científica, de forma sustentável, de maneira ecologicamente correta, tentando minimizar, inclusive, a poluição atmosférica.

Estive em Tóquio e pude constatar que 70% da parte superior dos prédios já desenvolveram todo um trabalho, um tipo de vegetação, e lá existem jardins ou áreas verdes. Pode-se sobrevoar Tóquio que se verá essa diferença que ajuda, inclusive, a combater a poluição atmosférica da forma mais barata possível. Os prédios têm isso como incentivo no seu IPTU.

Outros objetivos: criar corredores verdes; reduzir o consumo de energia elétrica, através do aproveitamento da energia solar; atuar como isolantes térmicos; e promover o desenvolvimento sustentável.

Então, esse projeto de telhados verde tem uma justificativa que é muito importante e que eu gostaria de colocar aqui.

(Passa a ler.)

"[...] Muito embora as áreas verdes nos grandes municípios catarinenses somem percentual acima de 12m², índice de área verde ideal para cada ser humano, sabe-se que por mais que se tenha uma área verde dentro de um município, sua concentração dentro de determinadas regiões só é benéfica para quem mora próximo. Os 'telhados verdes' são amplamente utilizados em países escandinavos e na Alemanha. No México, a implantação de jardins nos telhados das edificações de grandes cidades desperta enorme interesse e aceitação. Servem, sobretudo, para aliviar as chamadas ilhas de calor e contribuem para minimizar os efeitos da poluição atmosférica em regiões com pouca vegetação. Os 'telhados verdes' contribuem para reduzir os efeitos do calor ou do frio intenso, atuando como isolantes térmicos. Seus efeitos benéficos são verificados também pela economia da energia elétrica, por conta da redução do uso de ar-condicionado.[...]"[sic]

Assim sendo, os pares desta Casa estão de parabéns por aprovar essa iniciativa simples. E quem descer a Porto Alegre e for ao Parque da Redenção, verá que naquela região já existe um modelo de casa ecologicamente correto, onde tudo isso está sendo observado, com os tipos de prédios, chamados inteligentes, adaptando a parte da automação que é necessária no mundo desenvolvido. E podemos ajudar a melhorar, cada um fazendo a sua parte, o mundo em que nós vivemos.

O terceiro pleito, feito através de uma indicação, foi também muito importante. Pedimos à Celesc que a conta da luz das pessoas pobres pudessem ser pagas com materiais recicláveis.

Então, essas famílias, que muitas vezes têm crianças e pessoas idosas em casa, têm a sua energia elétrica cortada porque, como são trabalhadores independentes, às vezes os seus salários atrasam. Ai têm que ir lá pedir para religarem a luz. Quer dizer, é um processo que, às vezes, acaba saindo mais caro, porque justamente são regiões de acesso difícil.

Isso ajudaria que fossem feitas boas instalações elétricas, envolvendo as associações de bairros, que promoveriam campanhas para a coleta de materiais recicláveis. A Celesc está presente em todas as cidades de Santa Catarina. Portanto, poderia organizar um centro de coleta de materiais recicláveis, e essas pessoas, através da ajuda da própria associação ou elas mesmas, pagariam as suas contas de luz com materiais recicláveis, tais como: plástico, vidro, metais, papéis.

Como é importante oferecer alternativas. E ao mesmo tempo, essa pessoa, que está desempregada, pode ter uma atividade e ela mesma, com dignidade, poderá pagar a sua conta de luz.

É claro que, com o tempo, vamos verificar a questão da água, porque a Constituição Estadual proíbe qualquer questão que possamos dizer sobre a água. Isso é interessante.

Mas, com relação a essa indicação, o presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, está de parabéns, assim como o governo do estado. Diz que está estudando, viabilizando essa idéia. E já estava dentro dos planos da própria Celesc também desenvolver essa alternativa, uma vez que isso já foi aplicado, e está em vigor, como lei no estado do Ceará.

Então, é um movimento mundial que surge e todos temos que lutar por tudo o que for relacionado ao meio ambiente, e de comum acordo. É aquilo que se chama na globalização, hoje, replicar: se dá certo num lugar e é bom, tem que dar certo e ser bom também em outro lugar. E foi o que nós fizemos.

Para finalizar, sr. presidente, eu gostaria de chamar a atenção também de algo que considero importante e está relacionado com o tipo de desenvolvimento sustentável. Nós temos uma malha ferroviária de 29 quilômetros, que é menor do que

a da Argentina. A Argentina tem mais quilômetros de estradas de ferro do que o Brasil. Agora, vejam as dimensões da Argentina e as do Brasil e as riquezas e as diferenças regionais dos dois países.

Nós temos 42 mil quilômetros de vias navegáveis, muitas delas nós já esquecemos e não temos uma política estadual relacionada ao rio Itajaí, ao rio Araranguá, ao rio Tubarão; em Joinville, ao rio Cachoeira, na baía da Babitonga. Tudo isso faz com que tenhamos, é claro, a via navegável, a estrada mais ambientalmente correta, em que o navio possa deslocar-se e levar as nossas riquezas e a população. Daí a necessidade de termos o transporte marítimo na nossa ilha, porque ele poderá preservar mais o meio ambiente. Também sob...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência agradece

a presença dos alunos da entidade Pastor Van Albert, de Blumenau, juntamente com a sua professora Terezinha Angélica Alves. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

Nós gostaríamos de saudar o deputado Herneus de Nadal, que, temos certeza, desempenhará a sua nova missão de líder do governo nesta Casa com a competência que lhe é peculiar.

Parabéns ao novo líder do governo, deputado Herneus de Nadal.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para às 19h, do dia de hoje, destinada a homenagear o ex-governador Colombo Machado Salles e para o lançamento do livro do jornalista Moacir Pereira: *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*. Está encerrada a sessão.

ATA DA 036ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

HOMENAGEM AO EX-GOVERNADOR COLOMBO MACHADO SALLES E LANÇAMENTO DO LIVRO *COLOMBO SALLES: O JOGO DA VERDADE*, DO JORNALISTA MOACIR PEREIRA
SUMÁRIO

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Registra a importância do livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*, como resgate da importância do ex-governador para o estado de Santa Catarina.

DEPUTADA ANGELA AMIN - Aborda sua relação de amizade com Colombo Salles.

SR. LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Refere-se à importância de Colombo Salles para Santa Catarina.

JORNALISTA MOACIR PEREIRA - Reporta-se ao livro, de sua autoria, *Colombo Salles: O Jogo da Verdade* e agradece a todos que colaboraram para a sua realização.

EX-GOVERNADOR COLOMBO MACHADO SALLES - Agradece pelas homenagens recebidas.

GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Tece considerações a respeito de Colombo Salles.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido a sra. deputada Ada De Luca, os deputados Cesar Souza Júnior, Marcos Vieira e Onofre Santo Agostini para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compô-la:

Excelentíssimo sr. Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo dr. Colombo Machado Salles, ex-governador do estado de Santa Catarina e nosso homenageado;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Dário Elias Berger, prefeito municipal de Florianópolis;

(Palmas)

Excelentíssima sra. Angela Amin, deputada federal;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Sr. engenheiro agrônomo Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - Crea/SC;

(Palmas)

Sr. jornalista Moacir Pereira, autor do livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*.

(Palmas)

É com muita honra que convidamos também para compor a mesa o ex-governador do estado de Santa Catarina, Casildo Maldaner.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação deste Parlamento, pela Associação Catarinense de Imprensa, pela Academia Catarinense de Letras, pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em homenagem ao sr. Colombo Machado Salles, ex-governador do estado de Santa Catarina, e para o lançamento do livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*, de autoria do jornalista Moacir Pereira.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Eu gostaria também de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor Lauro Junkes, presidente da Academia Catarinense de Letras;

Senhor jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Casa do Jornalista;

Senhor Augusto César Zeferino, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, representando neste ato o presidente sr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa;

Excelentíssimo sr. João Henrique Blasi, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Marcos Vieira, deputado estadual;

Excelentíssima sra. Ada De Luca, deputada estadual;

Excelentíssimo sr. Cesar Souza Júnior, deputado estadual;

Excelentíssimo sr. Onofre Santo Agostini, deputado estadual;

Excelentíssimo sr. Georgino Melo e Silva, procurador federal;

Senhor padre Pedro José Koehler, representando neste ato o arcebispo metropolitano dom Murilo Krieger;

Excelentíssimo sr. Salomão Ribas Júnior, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Gilson dos Santos, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Sérgio Rodrigues Alves, secretário estadual da Fazenda;

Excelentíssimo sr. Altair Guidi, secretário do Planejamento do governo do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Antônio Marcos Gavazzoni, secretário de estado da Administração;

Excelentíssimo sr. Renato de Viana, presidente do BRDE;

Excelentíssimo sr. Silvestre Heert, diretor-geral, neste ato representando o excelentíssimo sr. Paulo Bauer, secretário de estado da Educação;

Excelentíssima sra. Elizabete Nunes Anderle, presidente da Fundação Catarinense de Cultura;

Excelentíssima professora Sandra Makowiecky, pró-reitora de ensino, representando neste ato o magnífico reitor da Udesc, sr. Anselmo Fábio de Moraes;

Excelentíssimo sr. Ari José Vechi, diretor-geral da secretaria de estado da Coordenação e Articulação;

Excelentíssimo sr. Rodolfo Pinto da Luz, secretário municipal da secretaria da Educação do município de Florianópolis;

Excelentíssimo sr. Mário Roberto Cavallazzi, secretário de Turismo, do município de Florianópolis;

Excelentíssimo professor Moacyr Mota da Silva, representando neste ato a coordenadoria de pós-graduação em Direito da Univali;

Excelentíssimo sr. engenheiro Lício Mauro da Silveira, presidente do Instituto de Capacitação Governador Celso Ramos;

Excelentíssimo sr. Carlos Alberto Schneider, superintendente-geral da Fundação Certi;

Excelentíssimo sr. Hoyedo de Gouvêa Lins, secretário-geral da Academia Catarinense de Filosofia;

Excelentíssimo sr. Luciano Flávio Andriani, diretor-administrativo da Tractebel Energia;

Excelentíssimo sr. Mário César Moraes, representando neste ato o dr. Antônio Carlos Konder Reis, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Senhor Glauco Olinger, ouvidor da Epagri;

Senhor Heraldo Ribeiro Silva do Valle, presidente da Associação dos Amigos da Marinha - Soamar;

Senhor Marco Aurélio Garcia, representando o deputado estadual Silvio Dreveck.

Senhores e senhoras, sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Gostaria também de agradecer a presença do sr. Edison Andriano, ex-deputado federal e futuro deputado estadual, e do sr. ex-governador Esperidião Amin Helou Filho.

A seguir teremos a apresentação de um vídeo produzido pela nossa TVAL sobre a trajetória do nosso homenageado desta noite. (Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento, fará uso da palavra o deputado Cesar Souza Júnior, em nome das bancadas com assento neste Poder.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sra. deputada Ana Paula Lima, segunda vice-presidente da Assembleia Legislativa, representando neste ato o presidente Julio Garcia, que se encontra em viagem ao sul do estado, onde receberá título de cidadão honorário, que pede que justifiquemos a sua ausência;

Excelentíssimo sr. Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Colombo Machado Salles, ex-governador do estado de Santa Catarina e homenageado desta noite;

Excelentíssimo sr. Dário Berger, prefeito municipal de Florianópolis;

Excelentíssima sra. Angela Amin, deputada federal;

Excelentíssimo Sr. José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. engenheiro agrônomo Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea/SC;

Excelentíssimo sr. Casildo Maldaner, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Senhor jornalista Moacir Pereira, autor do livro *Colombo Salles: o Jogo da Verdade*;

Excelentíssimo sr. ex-governador Esperidião Amin Helou Filho.

Cumprimento também as demais autoridades aqui presentes, desembargadores, demais colegas deputados, senhoras, senhores, secretários de estado, prefeitos, vereadores e todos que nos honram com esta visita a Assembleia Legislativa, e também os companheiros e amigos de imprensa presentes nesta noite.

(Passa a ler.)

"Hoje é o dia de celebrar mais que o resgate, a perpetuação da história de Santa Catarina. Durante anos imperou a idéia do homem escravo de suas circunstâncias, da história como mera reprodução das batalhas do capital. Mas há algo que precisa ser dito: a história é feita, sobretudo, por homens. Ao relativizarmos a responsabilidade pessoal do líder, deixamos a moral deteriorar-se.

E estamos hoje diante de uma obra literária do grande jornalista e escritor Moacir Pereira, que resgata a ação de um homem de grande valor que soube transformar as circunstâncias em realizações, que soube transformar as dificuldades de um ambiente político tumultuado em exemplos para a posteridade.

E exemplo vivo é exemplo lembrado. Principalmente quando a têmpera moral de alguns homens públicos parece não estar à altura de suas responsabilidades. Quando a politicagem substitui a gestão, quando a crença na democracia cai, é que precisamos nos inspirar no exemplo de homens como Colombo Salles.

A noção histórica de seus atos, sua responsabilidade para com o futuro são lembrados nesta obra. A colocação de Santa Catarina na ponta da modernidade foi um marco. Os investimentos em infra-estrutura que até hoje servem de esteio ao crescimento catarinense mostram que sim, é possível pensar além da próxima eleição, é possível pensar no futuro de Santa Catarina e do Brasil.

Senhor Moacir Pereira, as conseqüências deste trabalho irão além do conhecimento histórico, é um documento de inspiração para o espírito público dos mais jovens, dentre os quais me incluo. É um documento do fortalecimento do amor por este estado, de reconhecimento a um homem que soube gerir a coisa pública com grandeza e visão do futuro.

Parabéns, e que este exemplo seja duplamente inspirador a outros escritores, para que resgatemos mais trajetórias catarinenses ilustres de mais catarinenses que servirão a este estado e a outros homens públicos, que tenham na honradez e competência do sr. Colombo Salles inspiração para gestões futuras, para gestões que vão se suceder em Santa Catarina."

Muito obrigado a todos, parabéns, jornalista Moacir Pereira, parabéns, dr. Colombo Salles. E com certeza esta obra será o resgate e a inspiração de todos nós.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Convido neste momento a sr. deputada federal Angela Amin, para fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL ANGELA AMIN - Gostaria de cumprimentar a presidente da mesa, deputada Ana Paula Lima, segunda-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Doutor Luiz Henrique da Silveira, governador do estado;

Nosso homenageado da noite, ex-governador Colombo Machado Salles;

Dário Elias Berger, prefeito municipal de Florianópolis;

Conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Engenheiro agrônomo, Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia;

Ex-governadores Casildo Maldaner e Esperidião Amin;

Jornalista Moacir Pereira, autor do livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*;

Demais autoridades, senhoras e senhores.

Gostaria de me dirigir ao homenageado da noite com o carinho com que ele sempre nos tratou, tanto a minha pessoa, como a toda nossa família. Eu me sinto, dr. Colombo, um pouco sua filha pelo carinho com que o sr. nos trata.

Eu lembro ainda do senhor, quando nós o recebíamos em Blumenau, com o uniforme de gala do Colégio Sagrada Família, na entrada do Grande Hotel Blumenau, perfilados. Quando, na época, um governador do estado visitava aquela cidade, ainda era uma grande solenidade, uma grande festa. Lembro muito bem da sua chegada na entrada daquele hotel. Isso nos traz uma lembrança muito positiva de valores que nós precisamos reconstruir.

Lembro-me também, no final do ano de 1972, quando um grupo de alunas do Colégio Sagrada Família se dirigiu a Florianópolis, para buscar o apoio do governo do estado para a sua formatura. Sem marcar audiência, sem nenhum protocolo fomos recebidas, naquela oportunidade, pelo governador do estado de Santa Catarina, dr. Colombo Machado Salles.

São lembranças que mostram quem é Colombo Machado Salles, da velha Laguna de Santo Antônio, de quem o padre Antônio Vieira disse: "Por isso nos deu Deus tão pouca terra para nascimento e tantas para viver, Portugal ou Laguna, para construir e para servir o mundo".

Por isso, dr. Colombo, o sr. deixou num legado de amigos, nos seus familiares, na d. Dayse, no Bertholdo, no Marcelo, na Maria José, nos seus netos, sem dúvida, uma grande marca de família e uma grande marca de trabalho, de planejamento, de lealdade e, principalmente, de justiça e de honestidade ao estado de Santa Catarina.

Muito obrigada por ter podido conviver com v.exa. em nossa terra!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Convido para fazer uso da palavra, em nome do Partido Progressista, o engenheiro Lício Mauro da Silveira, ex-deputado e presidente do Instituto Catarinense de Formação Política Celso Ramos.

O SR. LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima, representando neste ato o nosso presidente Julio Garcia;

Excelentíssimo sr. governador dr. Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. prefeito municipal Dário Elias Berger;

Excelentíssimo sr. homenageado, com quem tenho a honra de compartilhar uma grande amizade, Colombo Machado Salles, ex-governador do estado;

Excelentíssima sra. Angela Amin, deputada federal;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Casildo Maldaner, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Esperidião Amin Helou Filho, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. jornalista Moacir Pereira, autor do livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*;

Ilustríssimo engenheiro agrônomo Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Esse ilustre cidadão lagunense, lá, bem nos idos da sua infância, era "um menino com poder de visão que transformaria sonhos em ação, dificuldades em oportunidades, medo em coragem, ódio em amor, derrotas em vitórias, expectativas em realizações.

Cresce com a idéia de um novo amanhã, sonhando com aquilo que ainda não existia. Não queria ser um mero expectador da própria vida.

Partiu para o estudo das ciências exatas e formou-se em Engenharia Civil, caminho buscado para realizar os seus ideais profissionais.

Como pelo princípio universal da transformação é necessário mudança de atitudes, ousar, experimentar e mudar o modo de pensar, Colombo - se assim me permite chamar - ingressa no serviço público para pôr em prática os seus conhecimentos. A sua eficiência levou-o à chefia do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. O reconhecimento de sua capacidade levou-o a ser professor nas universidades de Brasília, Goiás e Santa Catarina, onde teve a oportunidade de transmitir aos universitários a aliança da teoria com a prática. Assim foi Colombo professor, que sentiu a realidade de transformar jovens em profissionais preparados para o mercado de trabalho.

Mas as suas qualidades e virtudes demonstradas no seu poder de transformação e a experiência profissional já reconhecida em nosso país, não deveriam ser privilégio somente de alguns. Uma população expressiva de um estado teria também esse privilégio - Santa Catarina."

Aí é que o senhor entra como governador eleito em 1970, assumindo em 1971. E no seu vídeo, naquela sua entrevista, o senhor relatou muitas coisas que eu aqui falaria.

Mas eu quero dizer ao senhor que é importante salientar a sua visão, como já falei, no sentido de desenvolver o nosso estado econômica e socialmente. Assim, o senhor atuou com muita força no setor de infraestrutura, de telecomunicações, de energia elétrica, levando o bem-estar à maior parte do estado de Santa Catarina.

Permita-me, dr. Colombo, eu ainda era um pouco jovem, perto dos 30 anos, quando tive a oportunidade de recebê-lo junto com o seu vice-governador, com o dr. Osvaldo Douat e com o dr. Milasch, quando nos visitou no Centro de Formação e Aperfeiçoamento, trazendo o ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Naquele momento, transformouse, modificou-se, transferiu-se a sede da Eletrosul do Rio de Janeiro para Santa Catarina. E naquele momento tivemos uma experiência bastante grande, que o senhor acompanhou, quando tivemos a oportunidade, naquele Centro de Formação e Aperfeiçoamento, de fazer o primeiro curso no Brasil de Formação de Linha Viva em Linhas Energizadas. Aquela semente que o senhor plantou com a sua visão, fez com que esses cursos fossem trasladados para todo o estado de Santa Catarina.

Dr. Colombo, eu gostaria que o senhor recebesse, não só em nome da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, mas de todo o povo catarinense, o nosso muito obrigado pelo seu legado de trabalho, pela sua honradez. Temos orgulho em vê-lo, neste momento, receber esta homenagem digna e justa.

Deus esteja com o senhor e esteja com todos nós!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. Lício Silveira.

Gostaria que os srs. deputados Cesar Souza Júnior e Marcos Vieira, por gentileza, se dirigissem à mesa para fazer a entrega de placa, em nome deste Parlamento, ao dr. Colombo Machado Salles, ex-governador do estado, exemplo de homem público.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Também gostaria, por gentileza, que a sra. deputada Ada De Luca, e a sra. deputada federal Angela Amin fizessem a entrega de flores para a sra. Dayse Werner Salles, esposa do homenageado.

(Procede-se à entrega das flores.)

(Palmas)

Neste momento, fará uso da palavra o sr. jornalista Moacir Pereira, em referência ao livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*.

O SR. JORNALISTA MOACIR PEREIRA - Excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão solene em nome do presidente Julio Garcia, gostaria de solicitar que v.exa. transmitisse ao nobre presidente, que se encontra em Orleans recebendo o Título de Cidadão Honorário, pelo que me foi informado, o meu abraço de agradecimento pela decisão de acolher o projeto de realizar esta memorável sessão solene em homenagem ao nosso querido ex-governador, Colombo Salles.

E veja v.exa. o que faz um homem de bem na história de Santa Catarina: esta mesa de honra, presidida por uma deputada dedicada e combativa do Partido dos Trabalhadores, conta com a presença de sua excelência, o governador, de um partido político adversário do dr. Colombo Salles. Estão aqui presentes também os seus correligionários, seus antigos colaboradores, seus companheiros de profissão, ex-governadores, seus familiares e, eu ousar dizer, as principais instituições culturais, acadêmicas, profissionais do estado de Santa Catarina. E eu avanço: sinto aqui pulsar o coração da família catarinense. Estou seguro em dizer que vieram todos aqui para dar o seu aval, o seu abraço de agradecimento e manifestar, de forma eloquente, a todo o nosso povo que se orgulha de ter homens públicos notáveis, como v.exa., que esse é o padrão da dignidade da classe política que deveremos ter por todo sempre no território barriga-verde.

Excelentíssimo sr. governador, Luiz Henrique da Silveira; excelentíssimo sr. prefeito, Dário Berger, em nome dos quais peço permissão para cumprimentar todas as demais autoridades que honram esta mesa da sessão solene; autoridades civis, militares e eclesíásticas aqui presentes ou representadas.

Quero cumprimentar os srs. deputados estaduais, que hoje em número expressivo comparecem a essa solenidade; os srs. magistrados, desembargadores e juizes; as lideranças institucionais; os secretários de estado, as senhoras, os senhores, os companheiros de imprensa, a querida d. Dayse Werner Salles e todos os seus familiares, o eminente ex-governador Colombo Machado Salles.

Vivemos hoje aqui, senhoras e senhores, neste plenário, um dos símbolos da democracia e a maior expressão da representação do povo catarinense, um momento realmente especial e, estou certo, inesquecível. A merecida homenagem que se presta ao engenheiro Colombo Machado Salles representa, em primeiro lugar, o reconhecimento mais eloquente à biografia de um homem público honrado, generoso, ético e digno, exemplo maiúsculo para várias gerações de catarinenses, cada vez mais desiludidas com fatos lamentáveis que se registram na capital da República. E cumpre também outro objetivo: a recuperação da memória política de Santa Catarina, que aos poucos vai sendo reconstituída pelas pesquisas acadêmicas, pelos trabalhos jornalísticos, pelo esforço dos historiadores.

Fico honrado mais uma vez, sra. deputada Ana Paula Lima, em poder ocupar a tribuna do Parlamento estadual, eu, que há mais de 35 anos, tenho o privilégio de cobrir as atividades da Assembléia Legislativa, que me permitem a atuação profissional e a sobrevivência minha e da minha família. E por isso privilégio sempre este Parlamento para esses lançamentos de obras que tenho o privilégio de realizar.

Agora com essa oportunidade de lançar uma obra que trata do governo inovador e dessa figura humana extraordinária, simples, carismática do dr. Colombo Salles, limito a saudação aos indispensáveis agradecimentos, com todo o entusiasmo, à Assembléia Legislativa, ao presidente Julio Garcia, à Mesa Diretora e a todos os srs. 40 deputados estaduais, que, prontamente, acolheram a realização do projeto desta sessão tão logo o presidente Julio Garcia soube do lançamento deste livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*.

Minha gratidão especial, em nome dos que estão participando deste evento, aos dedicados funcionários da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, a partir, sra. deputada; da Assessoria Cultural, liderada pela dedicada e insuperável d. Rosana e pelos companheiros da diretoria de Comunicação; à Editora Insular, na pessoa do seu diretor e meu querido amigo Nelson Rolin de Moura, pelo trabalho penoso e longo de elaboração do processo de edição; a todos aqueles que, direta ou indiretamente, viabilizaram o projeto; ao apoio institucional da Associação Catarinense de Imprensa; à Academia Catarinense de Letras; ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; e ao Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, que participou ativamente dessa iniciativa.

Devo agradecer o apoio do secretário de Comunicação, sr. governador, Derly Anunciação, que tem participado efetivamente desses projetos editoriais aqui na nossa capital. E devo mencionar também, por dever de justiça, no caso específico desse trabalho, a empresa Tractebel Energia, através de seu diretor aqui presente, dr. Luciano Andriani, uma vez que devo também dar este testemunho de cidadão e profissional: essa empresa Tractebel tem revelado, senhoras e senhores, uma sensibilidade comunitária, social e cultural que deve merecer o registro, marcando presença em múltiplos eventos culturais e sociais aqui do nosso estado.

Agora mesmo acabei de visitar a exposição do centenário do nosso extraordinário Martinho de Haro, que merece a visita de todos os catarinenses e de todos que nos visitam. Trata-se de uma das glórias da arte catarinense no século passado. E lá identifiquei, sr. governador, além da participação das entidades culturais do governo de Santa Catarina, entre as empresas privadas, apenas a Tractebel do grupo Suez.

Que essas iniciativas, dr. Luciano - o senhor que tem a responsabilidade pelo *marketing* e por essa integração da empresa -, permaneçam com outros eventos culturais, comunitários e sociais no estado de Santa Catarina. Eu me indigno, como cidadão e como jornalista, com empresas poderosas financeiramente, do grupo bancário, do grupo financeiro, até mesmo do setor comercial e industrial, que vêm aqui apenas para sugar o sangue do povo catarinense e não têm qualquer contrapartida social, comunitária ou mesmo de caráter artístico e cultural. Nós precisamos também chamar a atenção dessa realidade para que a nossa população tenha algum tipo de resposta, de contribuição e de retribuição a esse esforço de trabalho que aqui se vem realizando.

Ao meu querido amigo professor Alcides Abreu, uma inteligência rara e uma das estrelas mais brilhantes a compor a constelação de talentos catarinenses, meus agradecimentos pelo prefácio, aceito prontamente após o convite.

Ao querido amigo, conselheiro José Carlos Pacheco, que comigo dividiu projetos na antiga Federação Catarinense de Desportos Universitários, os meus sinceros agradecimentos - e também no início da década de 70 iniciou a sua trajetória brilhante junto com o dr. Colombo Salles e é outro expoente admirável da vida pública estadual -, pelo depoimento que enriquece a capa do livro.

A todos os veículos de comunicação, aos meus diletos companheiros de imprensa, especialmente aqueles que aqui hoje se fazem presentes para homenagear o nosso grande governador, agradeço pela divulgação do evento.

E, de forma carinhosa e especial, o meu muito obrigado àqueles que hoje participam prestigiando esta solenidade. Rogo a Deus para que permita que permaneça eternamente na minha mente e no meu coração o semblante de cada um dos senhores e das senhoras que aqui hoje participam dessa homenagem ao dr. Colombo Salles. Porque aqui vieram para abraçar um homem público que foi um grande progressista que conduziu, de forma serena, o estado de Santa Catarina num dos mais delicados e conturbados momentos da vida nacional - e está no livro, a partir da pesquisa. Aqui não temos, felizmente, fatos a lamentar durante aquele período, só informações positivas, só o estado no sentido do progresso, só bons exemplos de honradez, de ética e de transparência, com exemplo do nosso governador.

Laços de desinteressada e fraterna amizade ligam-me há mais de 40 anos ao ex-governador Colombo Salles. Muita gente me pergunta por que o dr. Colombo? E às vezes não sei responder. Eu tenho uma estima e uma admiração por este homem, não devo nada a ele e ele nada me deve, a não ser sentimentos nobres de respeito e admiração profundos. Por quê? Porque acho que, como jornalista, tenho acesso, o direito a testemunho de fatos que marcam a história do nosso estado. Em nome do povo, nós temos esse acesso, e não é em nome do nosso nome pessoal. E por termos essa possibilidade de acesso a documentos, a informações, a fatos relevantes que marcam a história, creio que temos o dever de, como nesse caso, resgatar isso num livro para permanecer como exemplo para as novas gerações.

E no caso do dr. Colombo Salles, o exemplo realmente é magnífico para todas as gerações de Santa Catarina. Começou lá distante, com o dr. Colombo diretor do DNPVN, na rua Almirante Lamego; depois no comando do Plameg, para substituir o saudoso e inesquecível Annes Gualberto, outra figura extraordinária que promoveu o desenvolvimento do nosso estado no governo Ivo Silveira; e finalmente no governo do estado.

Acompanhei muito de perto toda a sua pregação renovadora. Cobri fatos relevantes, quando era um dos colaboradores do antigo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, que tinha duas páginas do tamanho *stand* sobre Santa Catarina e divulgava tudo sobre o nosso estado. Cobri fatos relevantes de seu produtivo período de governo, com profundas mudanças na economia e na vida dos catarinenses, com reflexos até hoje aqui já mencionados pelo vídeo apresentado pela TVAL.

Constatai depois a paixão com que se dedicou ao magistério superior e aos projetos técnicos de interesse de nossa gente. E venho testemunhando sobre tudo isso, ao longo dos últimos anos, como o dr. Colombo é carinhosamente cumprimentado por autoridades, por gente simples do povo e, sobretudo, muito respeitado por lideranças políticas e empresariais de todos os partidos, numa rara e elogiável unanimidade.

É assim, pois, senhoras e senhores, com o orgulho de cidadão, de seu amigo e de jornalista que ofereço modestamente esse novo trabalho à crítica da sociedade catarinense. Trata-se, na realidade, de uma grande reportagem que lembra decisões que influenciaram a vida de todos e faz até algumas revelações de fatos inéditos, como a ameaça de renúncia, porque o ministro Reis Veloso não queria autorizar os recursos indispensáveis para a construção dessa ponte que foi a salvação do transporte coletivo de Florianópolis. E um fato fortuito acabou levando o dr. Colombo, naquele mesmo dia, por estar impedido de realizar a obra principal em Santa Catarina, a entregar o cargo ao presidente Médici. E aí se encontrou fortuitamente com o ministro Delfim Neto que, diante dessa sua determinação e corajosa decisão, determinou a liberação dos recursos para, afinal, termos a tão conhecida e utilizada Ponte Colombo Salles.

Um segundo episódio que foi contado pelo dr. Colombo e depois resgatado - e está aqui o dr. Ênio Luz -, que também merece a leitura, é o da sua dupla filiação partidária. Não fora o dr. Ênio Luz e o dr. Geraldo Salles, o dr. Colombo não teria sido governador de Santa Catarina. Esse é um fato também desconhecido da população catarinense.

Senhoras e senhores, encerro. Só quem edita um livro tem consciência do valor dessa obra. E quem o assina, vive momentos de grande emoção, como estou vivendo hoje à noite, com a família catarinense presente; com a minha família presente; com os meus queridos amigos presentes; com os meus leitores, ouvintes e telespectadores que me impulsionam, que me dão animação, que me dão energia positiva, aqui todos presentes. Os queridos amigos do dr. Colombo estão todos aqui para abraçá-lo.

Quero, pois, agradecer, finalmente, o apoio indispensável de todos os meus familiares, da esposa Adir aqui presente mais uma vez, dos filhos, dos netos, da nora, dos genros e das netas, todos prejudicados pelas ausências nos dias dedicados à redação do trabalho.

Meus amigos, todos que me conhecem sabem que procuro sempre preservar os valores que me foram deixados pelos meus saudosos pais. Eu amo a minha família, amo os meus queridos e leais amigos, sou apaixonado por essa encantadora ilha e por essa maravilhosa gente que faz o estado de Santa Catarina.

Este livro foi feito por todos vocês e para todos os homens de bem deste querido Brasil, que um dia haverá de ser a nação de nossos sonhos! Este Brasil dos nossos sonhos será construído com cidadãos do padrão, do perfil e da honorabilidade de um Colombo Machado Salles!

Parabéns, dr. Colombo, e muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada ao jornalista Moacir Pereira por dedicar ao povo catarinense essa excelente obra do resgate da nossa história.

Neste momento fará uso da palavra o dr. Colombo Machado Salles, ex-governador do estado de Santa Catarina e homenageado desta noite.

O SR. COLOMBO MACHADO SALLES - Eu não um sou homem de fazer discursos. Peço, antecipadamente, as minhas desculpas pela minha incapacidade de transmitir aquilo que, neste momento, inunda o meu coração de sentimento. Sei que todo e qualquer pronunciamento deve preceder de citação de autoridades. Então, se me permitem, vou cumprir o protocolo.

Em primeiro lugar, quero dizer que é um privilégio ter como presidente desta sessão a excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima.

Sr. segundo vice-presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, representando neste ato a Assembléia Legislativa.

Eu deveria, no meu modesto modo de ver, citar, inicialmente, o nosso estimado e douto governador, dr. Luiz Henrique da Silveira, a quem estimo como amigo.

Excelentíssimo sr. Dário Elias Berger, prefeito municipal de Florianópolis;

Excelentíssima sra. e querida amiga d. Angela Amin;

Douto amigo e conselheiro, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, José Carlos Pacheco;

Senhor engenheiro agrônomo Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Casildo Maldaner, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Esperidião Amin Helou Filho, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Jornalista Moacir Pereira, autor do livro que leva o meu nome, intitulado *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*, coisa que eu realmente procurei proceder na minha vida; eu sempre procurei trilhar o caminho da verdade.

Eu não sei fazer discurso, não sou homem empolgado em discursos; vou ler o que eu escrevi na solidão do meu isolamento, no gabinete da minha casa. Peço a todos paciência para me escutar. Eu sei que ao final vão bater palmas. Então, já fico satisfeito.

É uma vantagem quando nós podemos assumir corajosamente um microfone e no final todo mundo bate palmas. Não sei se é pelo que dissemos ou simplesmente porque acabamos de falar.

Vamos voltar à austeridade do momento.

(Passa a ler.)

"Por oportuno, quero deixar registrado o meu sincero agradecimento à cortesia daqueles que me honram, neste momento solene do meu simples viver, com a dignidade de sua presença.

Ao iniciar meu emocionado pronunciamento gostaria de expressar minha gratidão à iniciativa do excelentíssimo sr. presidente da Assembléia do Estado de Santa Catarina, deputado Julio Garcia, pela honrosa promoção desta sessão solene, e nos mesmos termos sentimentais extensivos à Associação Catarinense de Imprensa, à Academia Catarinense de Letras, ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e, sobretudo, ao conceituado jornalista Moacir Pereira, bom amigo e companheiro de jornadas outras, autor da minha modesta biografia que, neste momento, enseja o conagração deste fraternal encontro de pessoas, que comigo caminharam na hoje longa trajetória do surpreendente viver.

Concomitantemente, não poderia omitir a cortesia que a mim me parece ditada por elevados sentimentos de sincera e já antiga amizade, convivência, companheirismo e permanente permuta de conhecimentos, oportunos e adequados, ao autor do prefácio, dr. professor Alcides Abreu, que suponho compor o autêntico viver de um indivíduo que teve por meta selecionar as diretrizes dos caminhos que conduzem à espontaneidade dos livres e respeitosos atos e atitudes que caracterizaram o meu desempenho nas responsabilidades componentes das variáveis da equação da minha vida.

Não posso, neste momento, deixar de reiterar o carinho e a gratidão pelo companheirismo na minha existência da eterna namorada, hoje mãe dos meus filhos e avó dos meus netos, que, mesmo decorridos quase 60 anos, permanece afagadora dos meus sentimentos mais nobres: a minha querida mulher Dayse.

Senhoras e senhores, eu sou um simples cidadão que veio do mar. Na pequenina cidade em que nasci aberta ao oceano e aos ventos marítimos, respirei, ainda na infância, o bafejo úmido da maresia. Do lazer da juventude à profissionalização tecnológica, cedo, muito cedo, me incorporei ao suave marulho, tanto como iniciante de prospecções oceanográficas até o exercício de cátedra disciplinadora de estudos, pesquisas e projetos referentes à dinâmica maritimista.

Infelizmente, o mar soa masculino em português, porque ele é todo feminino em todas as outras línguas e afagador no seu conviver.

Nos anos 50, ao iniciar a minha vida profissional, por íngremes caminhos e ambientes agressivos, procurei edificar a longa escada das múltiplas e surpreendentes facetas do meu viver.

Vezes inúmeras, contemplei o horizonte azul, como que definindo o limite do infinito, vagando no suave ritmo do balançar do barco das ilusões.

Naveguei, sem rumo definido, em permanente bordejão do infindável estirância dos sonhos.

Dialoguei silenciosamente, com o não respondido questionamento conformado na expectativa de que a existência consiste, geralmente, no fato de me encontrar sempre na situação circunstancial e estar presente, existir, e, sobretudo, poder compreender o existente, isso não sendo um objeto, entre outros, um ser existente entre outros, mas por existir estando presente, o que significa um destaque humano.

Divaguei pela paisagem, sem limites e sem condicionamentos apropriados ou desejados, livre de compromentimentos, mesmo que nesse mosaico em aparente mimetismo surja o homem escravo da condição social, submisso de paixões incontroladas e, sobretudo, deformadas pelo exagero de suas ambições.

Absorvido na excitação do pensamento deixei-me, muitas vezes, envolver-me pela paisagem circunvoluzante, como se fora um caleidoscópio formado com diminutas peças, compondo matizes de variedades infinitas de aspectos ou facetas projetadas, colorindo o imaginismo aparentemente inverossímil, porém confortante pela revelação transbordante dos sentimentos afagadores surgentes de forma caríavel.

O conjunto desses fatores enseja a análise do comportamento da sociedade humana contemporânea, desenhando no espelho da imaginação contemplativa a carência de suplementação de alma, necessária e indispensável à compensação da grande oscilação de razão da humanidade, mascarando a transitoriedade dos momentos atuais.

O tempo é uma noção fragmentária da eternidade.

Deus fez o tempo:

- o homem fazendo história enseja a circunstância.

Quando me detenho sobre o tempo, constato a história relacionando a marcação do tempo:

- a circunstância das descontinuidades;
- a circunstância das transitoriedades;

- a circunstância das desigualdades e as circunstâncias da exponenciação do conhecimento.

- o que enseja a seguinte conclusão: é humana a equação das circunstâncias."

Minhas senhoras, meus senhores, esse meu pensar modesto e simples é, sem dúvida, a expressão mais simples da simplicidade do meu viver, do meu ser, do meu ego. Mas é, sem dúvida, a expressão mais legítima do sentimento puro do meu coração que neste instante agradecido ajoelha-se perante v.exas., numa demonstração de humildade e de gratidão pela presença que me honram nesta tarde.

Tenho dito!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, ex-governador dr. Colombo Machado Salles.

Imaginem os senhores se não fosse, como relatou ele, um bom orador, um bom tribuno.

Neste momento, ouviremos, com muita honra, o excelentíssimo sr. Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Boa-noite a todos. Em nome de d. Dayse, quero por em relevo as pessoas mais importantes que estão aqui, pedindo uma salva de palmas para as mulheres presentes.

(Palmas)

Excelentíssima sra. presidente desta sessão solene, que está representando o presidente Julio Garcia e que recebe, neste momento, justo diploma de cidadão honorário do sul do estado, deputada Ana Paula Lima.

Excelentíssimo sr. prefeito municipal de Florianópolis, Dário Elias Berger;

Excelentíssimo sr. presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conselheiro José Carlos Pacheco;

Excelentíssima sra. deputada federal Angela Amin;

Excelentíssimos sr. deputado estadual Cesar Souza Júnior, que se pronunciou por todos os deputados nesta Casa, nesta homenagem;

Excelentíssima sra. deputada Ada De Luca;

Excelentíssimo sr. deputado Onofre Santo Agostini, a quem, homenageando esta Casa, acabo de convidar para assumir o cargo de secretário do Desenvolvimento Econômico e Sustentável;

Excelentíssimo sr. deputado Marcos Vieira;

Excelentíssimo sr. desembargador João Henrique Blasi, em nome de quem, como o mais jovem integrante do Tribunal de Justiça, quero saudar todos os srs. desembargadores aqui presentes.

Nobre homenageado ex-governador Colombo Machado Salles;

Srs. ex-governadores Esperidião Amin e Casildo Maldaner;

Sr. ex-deputado federal, que deverá assumir seu mandato na próxima semana, Edison Andriano de Oliveira;

Sr. presidente do Crea, engenheiro Raul Zuccato;

Sr. padre Pedro José Koehler, que representa aqui o arcebispo metropolitano dom Murilo Krieger;

Srs. membros da imprensa, que quero saudar na pessoa do presidente, sr. Ademir Arnon;

Sr. presidente da Academia Catarinense de Letras, professor Lauro Junkes;

Sr. ex-deputado Lício Mauro da Silveira, presidente do Instituto de Formação Política Celso Ramos;

Caro jornalista Moacir Pereira, autor do livro e responsável por esta solenidade.

O nobre autor desta biografia me honrou publicando o texto que escrevi, como faço há mais de 30 anos, no domingo, no jornal *A Notícia*, exatamente no domingo em que o ex-governador Colombo Machado Salles completava seus 80 anos de vida digna.

O texto é o seguinte:

(Passa a ler.)

"Vida longa, governador!

O saudoso Ulysses Guimarães costumava repetir: 'Todo político tem o seu Rubicão. Atravessa-o e se consagra ou estaca na margem e se liquida'.

Neste sábado Santa Catarina comemorou os 80 anos de idade do engenheiro Colombo Machado Salles, ex-governador do estado, que, se intitulando sempre 'um modesto técnico do serviço público', transformou-se num dos maiores símbolos da correção e lucidez político-administrativa em Santa Catarina.

Cercado de técnicos especialistas, elaborou o projeto que resultou na Ação Catarinense de Desenvolvimento.

Deputado estadual à época, liderei, aqui, nesta Casa, o MDB, que, com apenas 11 dos 40 deputados estaduais, fazia forte e articulada oposição ao seu governo.

Comprometidos com a causa do restabelecimento da democracia, acabávamos debitando ao governador nomeado a nossa bilis contra o regime autoritário."

Liderando aquela bancada, no entanto, soube sempre discernir tudo aquilo que era importante para o estado e para o país.

Lembro-me de um projeto de lei em que o ex-governador Colombo Salles propunha a descentralização da secretaria de Imprensa, criando assessorias de imprensa em cada uma das secretarias.

Quando o projeto chegou à comissão de Justiça e foi relatado favoravelmente, se não me engano pelo deputado Henrique Córdova, eu pedi imediatamente vista para dar um parecer contrário. No entanto, vendo o mérito do elaborado projeto, percebi que se tratava de algo que vinha na direção da democracia, descentralizando o sistema de comunicação social do governo, então dei parecer favorável e o projeto foi aprovado.

A paixão da luta política partidária não nos permitia ver os méritos de um governo que hoje reconhecemos ter sido correto técnica e politicamente. Num período marcado pela repressão, pela intolerância e pela censura, o governador Colombo Salles soube diferenciar-se governando com paciência, compreensão e diálogo.

Contando com forte apoio político e financeiro de Brasília fez um governo altamente realizador. A ponte, que merecidamente leva o seu nome, foi uma dessas muitas realizações. Marca indelével de sua gestão, ele já tinha as suas digitais muito antes de tomar posse.

No início deste ano o engenheiro de pontes, Colombo Machado Salles, foi obrigado a ter duas pontes implantadas em si mesmo. Felizmente o dr. Jatene é tão bom construtor de pontes quanto ele. Por isso, de ponte nova, que tenha vida longa, governador.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O dr. Colombo está me confidenciando aqui que tem duas pontes dessas que o governador falou também, só que duas pontes de safena!

Mas sr. ex-governador Colombo Machado Salles, quando o presidente desta Casa, que não pode estar neste momento, me delegou a missão de representá-lo e também fazer esta sessão solene para o Parlamento catarinense homenageá-lo, ele sentiu não estar presente, pois neste exato momento está sendo homenageado no município de Orleans.

Confesso também, dr. Colombo, que fiquei muito honrada com essa permissão do presidente Julio Garcia. E como dizia Machado de Assis: "Os fatos e as obras temos que declarar transcendentais, os homens temos que aclamar, pois eles são extraordinários."

Eu quero aqui agradecer a presença de todos que estiveram prestigiando esta sessão solene em homenagem ao ex-governador do estado de Santa Catarina, dr. Colombo Machado Salles.

Basta, senhoras e senhores, conhecer a história de Santa Catarina para ver nela a digital do ex-governador. Ao falar nele me vem à cabeça que, como engenheiro civil de profissão, antes mesmo de assumir, já tinha uma determinação: construir a segunda ligação entre a ilha de Santa Catarina e o continente, a ponte inaugurada em março de 1975 que recebeu o seu nome.

Faço esse destaque, dr. Colombo Machado Salles, por entender que no atual momento, com todo o respeito aos senhores, de estrangulamento viário em que se encontra a capital do estado de Santa Catarina, os catarinenses ficariam muito honrados e muito gratos, se o senhor os presentearse com uma alternativa - mais uma vez para contribuir com a nossa história - para melhorar o acesso entre a ilha e o continente.

Ao governador Colombo Salles creditam-se também avanços cruciais em termos de telecomunicação e projetos prósperos que até hoje dão frutos para o nosso estado.

Tive o prazer, dr. Colombo Salles, de passar muito tempo e conhecer muito bem a simplicidade, a humildade e o talento de meu filho Marcelo Salles, que trabalhou com seu esposo Décio Lima no porto de Itajaí. Um engenheiro consagrado e respeitado por todos os servidores daquele porto e pela cidade de Itajaí. A Maria José, funcionária desta Casa, com a qual temos a honra de estar sempre presente, e o Bertholdo, seu filho, tenho a certeza de que têm muito orgulho do pai.

Desculpem-me aqui os homens, mas quero fazer uma homenagem toda especial a sua eterna namorada, como o sr. falou, a sra. Dayse, pois sei, senhora, que não foram somente nas horas de alegria que esteve presente junto ao dr. Colombo Salles - sabemos muito bem nós políticos, que às vezes deixamos nossos filhos em casa, não estando presentes - mas em horas de tristezas, de aflições, de lágrimas, de angústias nas quais a senhora foi, e sempre será o seu mais forte escudo, a sua heroína.

O dr. Colombo se transformou num dos maiores símbolos de correção e lucidez político-administrativa de nosso estado.

Sr. jornalista Moacir Pereira, não posso mais falar do dr. Colombo Salles aqui porque tenho a certeza de que todos nós, seus amigos, nossos amigos que estão nos acompanhando pela TVAL terão que ler essa belíssima obra que marca a história de nosso estado.

Quero dizer também que a homenagem do Poder Legislativo, através do lançamento da obra *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*, muito nos honra, pois o ex-governador, com sua postura de nosso eterno professor, inspirou um jornalista que tem mais de 40 anos de atuação no estado de Santa Catarina, colunista do grupo RBS e atualmente presidente da Associação Catarinense de Imprensa, sr. prefeito Dário Berger.

Espero que o seu exemplo, dr. Colombo Salles, como o do jornalista Moacir Pereira, nos inspirem sempre!

Em nome do Parlamento catarinense, eu agradeço a presença de todos, autoridades, familiares, admiradores do nosso ilustre homenageado, dr. Colombo Machado Salles, e os convido para o coquetel, no *hall* deste Poder, onde o ex-governador e o jornalista Moacir Pereira estarão autografando o livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*.

Convido todos, para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro André Silveira.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira às 19h.

Muito obrigada pela presença de todos. Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO DA FAZENDA, SÉRGIO RODRIGUES ALVES, SOBRE O TEMA: AVALIAÇÃO E ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO QUADRIMESTRE DE 2007, REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 9H30MIN, NA SALA DE REUNIÕES Nº 1 DA ALESC

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Terminada a reunião ordinária da Comissão de Finanças, iniciamos a primeira parte desta audiência pública com a apresentação do senhor secretário de Estado da Fazenda sobre a avaliação e análise do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2007.

Com a palavra o senhor Sérgio Rodrigues Alves, secretário de Estado da Fazenda.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Obrigado, senhor presidente.

Quero cumprimentar o senhor presidente, deputado Jorginho Mello; os demais senhores deputados; a senhora deputada; seus assessores; a imprensa; a minha equipe, que veio nos prestigiar e está à disposição para nos ajudar em todos os esclarecimentos.

Cumprindo uma determinação constitucional, estamos aqui para fazer a apresentação do segundo quadrimestre de 2007. Eu estruturei, juntamente com a equipe, essa demonstração dos números do governo em cima de receitas, despesas, investimentos e alguns programas desenvolvidos pela Secretaria.

Numa rápida apresentação, até para não torná-la muito cansativa, procuraremos sintetizar alguns números, e, à medida que eles forem apresentados, os senhores se sintam à vontade para nos questionar.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Receita orçamentária arrecadada até o segundo quadrimestre (2004 a 2007). Eu iniciaria mostrando a parte da nossa receita orçamentária arrecadada, que vem sendo bastante satisfatória, como bem demonstra aí esse quadro. Se olharmos a avaliação percentual do segundo quadrimestre de 2007 em relação ao segundo quadrimestre do ano anterior no mesmo período, veremos uma evolução de 12,96% (5 bilhões 724 milhões de reais). Logo a seguir, temos o detalhe da composição desses valores.

Receita orçamentária arrecadada anual. Isso aqui é a receita orçamentária que estamos trabalhando para este ano - bastante expressiva. É até bastante arrojada a meta que fizemos aí no começo do ano, dentro de um planejamento estratégico desenvolvido com toda a nossa equipe. Estamos projetando um crescimento de 21,56%, num montante para o ano de 9 bilhões 536 milhões de reais. É um crescimento bastante significativo, considerando-se os anos anteriores.

Receita orçamentária arrecadada - receitas correntes e receita de capital. Aqui é aquele detalhamento que eu comentei no início com relação à nossa parte da receita orçamentária arrecadada. Então, nós temos a parte de receita corrente e a de receita de capital, sendo que 97% se concentram na parte da receita corrente e aproximadamente 3% na parte da receita de capital.

Receitas correntes: na parte tributária, que é a mais significativa, estamos com 3 bilhões 324 milhões de reais. Na parte de transferências intergovernamentais da União, que são aqueles repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), recebemos R\$ 246 milhões; da Cide, R\$ 38 milhões; do Fundeb, R\$ 543 milhões; da Lei Kandir, R\$ 29,2 milhões. Então, essa é a parte da transferência da União, em que também não tem havido grande evolução. E temos as demais receitas correntes.

Receitas de capital: são operações de crédito, transferências de convênios e demais receitas de capital

Gostaria de chamar a atenção dos senhores para essa transferência de convênios, cujos valores são extremamente baixos, numa redução significativa, considerando o histórico. Então, vejamos que se buscou muito pouco dinheiro em cima de convênios que poderiam ser buscados em nível federal. Nas demais receitas de capital, temos R\$ 105 milhões. As receitas correntes e de capital totalizam aqueles 5 bilhões 724 milhões de reais.

Evolução das receitas correntes do Estado. Aqui é uma simples demonstração gráfica, mas mostra bem o crescimento da nossa parte tributária e mostra, como comentei, que as transferências intergovernamentais da União têm praticamente se mantido estáveis, comparando-se aos anos anteriores de 2004, 2005, 2006. As demais receitas também têm evoluído um pouco.

Recursos do Tesouro. Com relação ao desempenho nos bimestres, vamos ver que, dentro daquela meta que havíamos projetado, a gente vem cumprindo. Só no primeiro bimestre (janeiro e fevereiro), por razões diversas (começo de ano), não atingimos a meta, mas por muito pouco; nos demais bimestres nós cumprimos a nossa meta.

Recursos de outras fontes. Aqui entram autarquias, fundações, fundos especiais. Se somarmos esses R\$ 874 bilhões com os R\$ 4 bilhões 849 milhões, nós chegamos naqueles 5 bilhões 724 milhões de reais. Só uma explicação: esses recursos de outras fontes estão um pouco abaixo das nossas metas; esperávamos um pouquinho mais de algumas autarquias e empresas do governo.

Essa parte da receita mostra bem que nós tivemos um crescimento muito significativo, falando quantitativamente, com relação às nossas receitas, e isso é fruto de um trabalho, do desempenho da própria economia do Estado. Os senhores têm acompanhado na imprensa, nos jornais, na televisão o crescimento natural da economia, mas também há todo um trabalho qualitativo interno da nossa equipe com relação à parte de fiscalização, monitoramento, desempenho dos diversos segmentos.

Em outras oportunidades, comentei que criamos 21 grupos de inteligência fiscal, o que tem dado um excelente resultado.

Despesas realizadas (2004-2007). Essa parte requer toda a nossa engenharia financeira para que consigamos saldar sempre os nossos compromissos com os recursos que temos.

Se os senhores observarem, o total das nossas despesas realizadas é 5 bilhões 408 milhões de reais. Se me permitem retornar à parte de receita, que totaliza 5 bilhões 724 milhões de reais, então, estamos trabalhando com um superávit contábil.

Nessa parte das despesas correntes e de capital, os seis tópicos principais são: pessoal e encargos, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras (que são aqueles investimentos em imóveis, e praticamente não tivemos nenhum) e amortização da dívida.

Despesas realizadas ajustadas (2004 a 2007). Neste quadro eu especifico melhor algumas coisas, principalmente na parte de pessoal e encargos, que é o mais significativo na composição de despesa. Observem os senhores que na parte de pessoal e encargos com os inativos, nós estamos com 3 bilhões 218 milhões de reais, ou seja, 14,8% de crescimento. Se compararmos com 2006, houve redução. Em 2005 e 2006, elas se equivaleram. Agora, em 2004, fruto de todo um trabalho da Secretaria de Administração no governo, houve redução nessa parte de pessoal e encargos.

Temos ainda em outras despesas correntes a exclusão de inativos. Então, essa é a composição básica da parte de pessoal.

Evolução das despesas correntes no Estado. Esta é uma visão gráfica com relação a essa evolução. Vejamos os senhores que na parte de pessoal há um crescimento constante. A nossa folha cresce anualmente por volta de 7%, crescimento vegetativo, um percentual bastante significativo, em média. Na parte de juros e encargos da dívida, apesar de ela se manter constante, se nós observamos na tabela seguinte, considerando esses 232 milhões somados com 397, vamos chegar a valores bastante significativos no pagamento de encargos e dívidas. Vale lembrar que tudo o que está sendo apresentado aqui está honrando rigorosamente em dia esses compromissos de dívida e encargos.

Evolução das despesas de capital do Estado. Aqui os senhores observam que na parte de investimento nós tivemos, no segundo quadrimestre, ou este ano, vamos dizer assim, uma redução bastante significativa com relação às despesas de investimentos. Naturalmente, isso é fruto de toda uma engenharia financeira que fizemos este ano, principalmente no primeiro semestre, quando seguramos os investimentos em razão de compromissos que já existiam no governo. Há, ainda, a parte de inversões financeiras, que também não é nada significativa, e a amortização da dívida: R\$ 232 milhões.

Despesas com Pessoal (LRF) por Poder e órgão. Esse quadro é bastante interessante e oportuno porque mostra o nosso compromisso na parte de pessoal com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Recentemente, no dia 11 de outubro, recebemos uma correspondência do Tribunal de Contas do Estado alertando que já atingimos 90% do nosso limite de despesas com relação à parte de pessoal, dentro dos critérios do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Numa explicação mais detalhada com relação a isso, é o seguinte: quando você atinge o seu limite prudencial... Você gasta com pessoal 46,55% da receita corrente líquida; nós estamos um pouco abaixo disso, atingimos 90%. Se os senhores observarem, este número em vermelho aqui mostra que nós ultrapassamos 1,82%, por isso até esse comunicado do Tribunal de Contas.

Vejamos que o limite de alerta é 44,10%, e estamos em 45,92%. O limite prudencial é 46,55%, então, não o atingimos, mas recebemos um alerta por parte do Tribunal. Quando você atinge esse limite prudencial, tem um período para fazer correções e, naturalmente, ficar abaixo dele. O problema é se você não faz isso e atinge o limite legal, que é de 49%, aí fica vedado a receber transferências voluntárias e tudo o mais nesse sentido.

Então, estamos bem longe ainda desses 49%, mas alerta que é uma preocupação nossa e de toda a nossa equipe que estamos perto do limite prudencial. Essa é a razão. Até porque nesses entendimentos e negociações sindicais a gente tem criado muita resistência, uma vez que não estamos totalmente enquadrados dentro de um limite de responsabilidade fiscal.

Aqui, graficamente, é uma demonstração daquilo que comentei: o limite de alerta é 44,10%; o limite prudencial é 46,55% e o limite legal é 49%, e estamos em 45,92%. No ano anterior, no mesmo período, estávamos em 43,32%. Sei que os senhores podem estar se questionando: mas o que acontece? É que esse crescimento da folha, apesar de este ano a gente não ter dado nada, foi em razão de triênios, transferências, promoções e acordos já firmados em períodos anteriores.

Evolução dos gastos com pessoal do Executivo - gastos com pessoal versus receita corrente líquida. Observem os senhores que o nosso acréscimo na parte de pessoal (21,53%) foi muito superior ao nosso acréscimo na parte da receita corrente líquida (8,87%).

Evolução da dívida pública. Esse quadro seguinte é da parte da nossa dívida pública. Hoje estamos com uma dívida de 10 bilhões 366 milhões de reais, o que é bastante significativo, porque estamos abaixo do nosso limite de dívida consolidada.

Hoje o Estado pode ficar com 200% da receita corrente líquida. Isso seria dizer que poderíamos estar com uma dívida de praticamente R\$ 14 bilhões, quase R\$ 15 bilhões, e estamos em R\$ 10 bilhões, portanto, bem abaixo da nossa possibilidade de aumentar a nossa dívida. O problema é que também não se pode aumentar, porque na parte do limite de pagamento já estamos dentro do limite estabelecido, que é 13,5%.

Desembolso com a dívida pública. Isso nos preocupa e assusta, porque já desembolsamos R\$ 635 milhões, e a previsão este ano é [desembolsar] por volta de R\$ 960 milhões. Então, é bastante significativo esse desembolso com a dívida. E se compararmos isso com os investimentos, aí então fica mais evidente que estamos pagando muito com dívida e investindo pouco. Portanto, comparando-se com os quadrimestres anteriores, apesar de ser menor, é complicado!

Investimentos do Estado. Os investimentos relacionados a despesas empenhadas e liquidadas é um quadro bastante interessante. As despesas que estão empenhadas perfazem R\$ 475 milhões, nós já liquidamos R\$ 272 milhões, então, graficamente, isso demonstra uma redução bastante significativa.

Este quadro, que comentei anteriormente, diz respeito à despesa com a dívida versus investimentos. Já pagamos R\$ 630 milhões na parte de dívida; na parte de investimento, foram R\$ 272 milhões. Então, o nosso investimento está muito baixo.

Aqui não é um problema só do Estado de Santa Catarina é um problema de todos os Estados, e isso vem bem ao encontro do discurso que o governador vem fazendo de um novo pacto federativo. Tenho conversado constantemente com vários secretários da Fazenda de outros Estados e percebo que também há angústia de todos, porque está se pagando demais com dívidas e sobrando quase nada para investimentos. As demandas dos Estados são cada vez maiores, e a parte do governo está sempre garantida.

Receitas arrecadadas e despesas realizadas. Vejam os senhores que a receita orçamentária é de R\$ 5,7 bilhões, mas já liquidamos R\$ 5,4 bilhões e temos R\$ 6,1 bilhões de despesas empenhadas, que são os compromissos do governo. Então a receita está maior do que a despesa liquidada e menor do que as despesas empenhadas.

Superávit ou déficit da execução orçamentária. Graficamente, conforme comentei, o superávit liquidado, fazendo os diferenciais, é de R\$ 315 milhões. Com relação aos valores empenhados, estamos com um déficit ainda de R\$ 402 milhões, que vão sendo liquidados no decorrer dos próximos meses.

Receita corrente líquida. Também aqui graficamente temos a receita corrente líquida do segundo quadrimestre comparada com os anos anteriores.

Receita líquida disponível. Serve de base para o repasse mensal aos Poderes e à Udesc.

Repasse aos Poderes. Agora vou apresentar como está o repasse em valores percentuais à Assembléia, ao Tribunal de Contas, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e à Udesc. E aqui vemos também os valores de repasse do Fundo Social aos Poderes e a parte de repasse total aos Poderes em milhões de reais (até o mês de agosto).

Então, para a Assembléia, repassamos R\$ 165 milhões; para o Tribunal de Contas, R\$ 59 milhões; para o Tribunal de Justiça, R\$ 319 milhões; para o Ministério Público, R\$ 135 milhões; para a Udesc, R\$ 90 milhões.

Com relação à aplicação na saúde, do nosso dever constitucional de 12% nós temos investido, dentro do nosso cálculo, 14,09%. Na parte da educação, dos 25% obrigatórios temos aplicado 26,5%. Então isso vem em sintonia com que vem sendo feito nos anos anteriores. Uma parte que me preocupa um pouco é o crescimento nessa área da saúde, mas, por razões óbvias, que todos os senhores já conhecem, é uma necessidade, então vem acontecendo esse crescimento.

Restos a pagar. Nessa parte de restos a pagar, é todo aquele trabalho de saldar os nossos compromissos. Vejam os senhores que de 2004, considerando que nós tínhamos R\$ 150 milhões, houve todo um trabalho de redução. A evolução dos restos a pagar mostra que estamos bem dentro daquilo que tínhamos projetado: de restos a pagar processados, temos apenas R\$ 22 milhões, e de restos a pagar, também temos R\$ 22 milhões.

Resultado primário (LRF). A Lei de Responsabilidade Fiscal nos obriga a ter os nossos resultados primários positivos, e estamos aí com 102,42%, logo, de acordo com que é determinado.

Programa de reestruturação e ajuste fiscal. Dentro do nosso programa de reestruturação e ajuste fiscal também temos cumprido todas as nossas metas e obrigações. Já temos as nossas metas para 2007, e seguramente vamos também cumprir a relação da dívida financeira com a receita líquida realizada. A meta de 2006 era R\$ 1,67 milhão, realizamos R\$ 1,62 milhão, portanto, estamos abaixo do que era a nossa meta. Pelos quadros anteriores, os senhores podem observar que também vão ficar abaixo desses R\$ 1,51 milhão para 2007. O resultado primário, como vimos anteriormente, também já está acima da meta de 2007, e todos os demais que estamos cumprindo.

Operações de crédito. As operações de crédito, como nós não temos absorvido maiores empréstimos, também não têm valores significativos.

Balanço do pró-emprego. Aqui eu fiz um balanço do nosso programa Pró-Emprego, que vem ao encontro da competitividade do Estado de Santa Catarina com relação aos demais Estados.

Então, em seis meses o Pró-Emprego já protocolou 245 empresas, solicitando esse regime. Destas, 58 já foram analisadas, ainda restam 187. E das 57 autorizadas, 32 são do setor de comércio, 14 do setor de indústrias, 7 do setor de geração de energia (nessa parte de PCH); 2 são do setor de serviços; uma é do setor de transporte; e uma é do setor de comércio com central distribuidora. E já somam um volume de investimentos na ordem de R\$ 544 milhões e já geraram 2.726 empregos. Então, é um programa do governo bastante vitorioso e importante para o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Protocolos de Intenções Celebrados (2007).

Esses são alguns protocolos já celebrados nessa área de compensados e MDF. Na região de Otacílio Costa, que tem baixo IDH, há a instalação de uma fábrica de MDF com investimento de R\$ 70 milhões e geração de 200 postos de trabalho diretos e 1.000 indiretos; também nessa área de compensados tem a Guararapes, em Caçador, com investimento de R\$ 60 milhões e geração também de 200 postos de trabalho diretos e 1.000 indiretos; a Albany Internacional Tecidos Técnicos, na região de Indaial, tem prevista a ampliação de 35% da unidade fabril, com um investimento de R\$ 55 milhões e a geração de 140 postos de trabalho; a Confecções Damyler também, com

instalação de unidade fabril em Criciúma, num investimento de R\$ 20 milhões e geração de 1.000 empregos diretos; a Votorantin Cimentos Brasil - hoje o País passa por uma situação de falta de cimento e de vergalhões para essa área de construção - tem a instalação de uma unidade fabril em Vidal Ramos, com investimento de R\$ 300 milhões e geração de 100 postos de trabalho diretos e 500 indiretos; e a Berneck Aglomerados, instalando uma unidade em Curitiba, com investimento de US\$ 300 milhões e geração de 350 empregos diretos.

Projeto de Educação Fiscal.

Outro projeto que eu gostaria de comentar com os senhores é que dentro de toda uma programação na nossa Secretaria, agora chegou o momento de colocarmos para a sociedade o nosso Projeto de Educação Fiscal. Esse é um projeto que vem sendo elaborado pela equipe da Secretaria e agora começou a sua veiculação nos meios de comunicação e com muita intensidade em vários segmentos da nossa sociedade. A programação da campanha publicitária envolve TV, rádios, jornais, entidades associativas, escolas e o *endomarketing* - hoje nós temos por volta de 123 mil colaboradores, então é um *endomarketing* bastante forte. Também existe uma intenção de se criar monografias escolares, com sorteios de brindes para aquelas que se destacarem, a exemplo do que já aconteceu no passado, em governos anteriores; peças de teatro educativas; apoio às entidades assistenciais e também estão solicitando para as entidades esportivas; e visitas educativas à Secretaria da Fazenda.

Nós temos um vídeo que, se os senhores me permitem, gostaria de apresentar.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Esse é o vídeo que estamos levando para as entidades associativas e representativas, para as escolas e que apresentamos em todas as oportunidades em que damos palestras, porque faz parte de um acultamento e de uma mudança de comportamento da nossa sociedade.

(Manifestação fora do microfone: "Já está rodando, não é, secretário?")

Já está rodando, começou ontem à noite.

Senhores e senhoras, de forma muito objetiva procurei apresentar os números. Eu estou à disposição, toda a minha equipe está à disposição, mas só gostaria de dizer que estamos bastante satisfeitos com o desempenho das finanças do governo e das nossas atividades internas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - A palavra está à disposição dos senhores deputados que desejarem fazer algum questionamento ao secretário da Fazenda.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Bom-dia, secretário e demais colegas parlamentares.

Senhor secretário, estava muito atenta à sua exposição, gostei muito dos gráficos, mas senti necessidade de um relatório mais explicativo. Como professora de Geografia, sempre trabalhei muito com gráficos e mapas, e o seu mapeamento foi espetacular, sua exposição muito ponderada, muito boa, mas ainda senti necessidade dos relatórios explicativos. Se V.Exa. pudesse mandar para o meu gabinete, eu gostaria.

Eu senti um pouco de angústia por parte de V.Exa. quanto às despesas, uma vez que salientou que quase ultrapassou os gastos com pessoal. Será, secretário, que não seria o excesso de funcionários nas Regionais? Deixo esse pontinho para depois V.Exa. me responder. Dar uma enxugadinha nos funcionários das Regionais, essa seria uma sugestão desta deputada.

V.Exa. também falou do desembolso, que está grande e nós sabemos. E vou dar um exemplo bem simples: a dona de casa, e eu sou dona de casa, para que possa ter sucesso dentro da sua casa, tem que fazer como V.Exa. falou, um planejamento estratégico. Estão existindo muitas despesas, há um déficit em relação às contas a saldar.

Também não foi salientado aqui sobre as entidades assistenciais, filantrópicas, pois existe uma dívida a saldar, mas não sei se isso já consta nesse planejamento. Inclusive nós tivemos uma audiência pública há umas duas semanas e as entidades estavam chorando "em prol" dessa verba que deveria ter vindo do governo, e já é uma dívida antiga. Depois V.Exa. me dá as respostas. Eu também pude observar aqui que V.Exa. salientou que há uma dívida a pagar de R\$ 2,142 milhões.

Eu ainda gostaria, se fosse possível, de um relatório do Pró-Emprego que está sendo desenvolvido pelo interior do Estado e que é muito importante, para saber quem está sendo atingido, o nome dos beneficiados, quantos são, quais os municípios e quais os valores que eles recebem.

Mas eu também quero parabenizá-los. Não podemos apenas falar negativamente, temos que cumprimentar o governo por iniciar essa campanha tão importante das notas fiscais, que já está sendo veiculada na mídia. Nós vamos fazer nossas compras nas lojas e, muitas vezes, temos que implorar que nos dêem a nota fiscal, quando é um direito nosso recebê-la; se estamos pagando, queremos o nosso recibo de pagamento! Gostei da propaganda, é bem criativa e vai ajudar muito na arrecadação, principalmente para a área da educação, para restaurar as escolas - e ontem tivemos a notícia muito triste de que na Escola Antonieta de Barros caiu um teto e por pouco não matou um aluno. Foi bom que o governo interditou a escola e agora ela será restaurada. Isso também vai ser muito importante para a área da saúde, pois nós temos o Hospital Celso Ramos...

Eu falo mesmo, pois estou aqui como fiscalizadora do dinheiro público e para atender pleitos, senhor presidente, deputado Jorginho, de pessoas que nos ligam pedindo, principalmente do Hospital Celso Ramos. E quando nós ligamos - que fique registrada a queixa desta deputada - para pedir informação, ainda nos tratam mal. Eu acho que temos que, urgentemente, ministrar um curso de humanização para aqueles funcionários, porque, repito, quando nós ligamos para pedir informação de alguns doentes, ainda nos tratam mal e nos "soltam os pés."

Então estou pedindo às pessoas da base do governo que estão aqui que nos ajudem a imediatamente realizar um curso de humanização para aqueles funcionários. A minha funcionária ligou para lá e depois ela me disse: "A senhora pede para a gente ligar e pedir informação, mas eles nos tratam mal, nos 'soltam os pés'." Acho que o funcionário público tem que atender bem a população, ele está ali... Ontem esta Casa prestou uma homenagem muito justa aos seus funcionários, pois estamos prestes a comemorar o Dia do Funcionário Público no final deste mês, mas alguns precisam de uma reciclagem.

Então, senhor secretário, fica aí a minha queixa. Mas eu não poderia deixar de parabenizá-lo por essa iniciativa tão brilhante do governo do Estado, pois com isso vamos arrecadar mais e poderemos ter mais escolas, o funcionário público será mais valorizado nos seus salários, não teremos mais greve com os professores, que serão mais bem remunerados, e assim por diante.

Vou encerrar para que os outros colegas também façam uso da palavra. Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Secretário Sérgio, se V.Exa. desejar, poderá responder especificamente sobre o assunto que tratamos na Comissão.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Só gostaria de dizer à deputada que os relatórios que solicitou serão encaminhados ao seu gabinete: o do Pró-Emprego e mais alguns explicativos com relação a algumas contas.

Só quero fazer um parêntese com relação às Regionais. Quando a senhora disse que talvez o problema do gasto com pessoal esteja nas Regionais, eu gostaria de dizer que não concordo muito, deputada, porque hoje as Regionais são basicamente compostas por comissionados, e eles representam um valor muito pequeno, não sei se chega a 1%, talvez até menos. Então, não seriam os servidores das Regionais o grande problema da nossa folha.

Só fazendo essa... Não quero polemizar, até porque isso é mais um detalhe, uma gestão da Secretaria da Administração, mas pelo que me consta...

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Então, secretário, foram aproveitados os funcionários de outros órgãos?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - De fato, não sei. Mas sei que não é significativa a parte de funcionários nas Regionais.

Com relação às verbas para entidades assistenciais, eu gostaria de dizer que é desejo nosso, de toda a equipe, direcionar o mais que se puder para a parte assistencial. Estamos procurando fazer isso, mas só que em alguns momentos o cobertor é um pouco curto e dificulta as ações, mas estamos muito atentos a essa questão, que acho que é carente, e como a senhora falou, sem dúvida que a parte da saúde requer uma atenção muito especial de nossa parte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Quería pedir uma gentileza aos funcionários da Comissão e aos demais da Casa, que estão nos honrando com a presença: que se possível viabilizassem espaço, cadeiras, a fim de que os deputados presentes possam se acomodar. Gostaria de não ser deselegante, mas algumas pessoas não têm a obrigatoriedade de estar aqui, por isso convido a que cedam seus lugares para que não tenhamos que pedir. Sei da atenção que o assunto requer, mas gostaria de contar com essa compreensão.

Com a palavra o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Senhor presidente, eu gostaria de aproveitar a presença do secretário Sérgio Alves para fazer alguns questionamentos. Mas, primeiramente, agradeço pela sua presença, secretário, que sempre que solicitado está aqui, embora hoje esteja por uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobre a campanha, eu acho importante que ela esteja na rua, mas penso que a veiculação impressa não se nota, pelo menos ela não me toca, então acho que nesse ponto está precisando melhorar. A de vídeo está melhor, ela passa a mensagem, secretário. É uma campanha institucional, é a verdadeira campanha que deve ser feita e não a de obras e ações, que às vezes nem são realizadas, mas que basta lançar e já se gasta uma fortuna divulgando; existe a intenção de fazer uma obra, já se gasta uma fortuna anunciando a obra e, às vezes, ela nem sai. E eu cito o exemplo do sistema de esgoto em Criciúma, no qual já se gastou uma fortuna em publicidade, da Casan, do governo do Estado - está lá a marca, a bandeirinha - e a licitação não deu certo, não foi renovada e não se ouve mais falar dela, mas a cidade está cheia de *outdoor*.

Eu acho que esse não é o sentido da publicidade oficial! A publicidade oficial tem o sentido da orientação, da educação, da mobilização da sociedade, para que ela saiba a necessidade do recolhimento de impostos, a necessidade de o contribuinte exigir a nota fiscal, porque o maior fiscal do governo é o contribuinte, já que tem interesse direto em melhorias para a sua vida. Então, parabéns pela campanha. Se puder desenvolver alguma coisa tipo... Na minha infância marcou muito aquela campanha Seu Talão Vale Um Milhão. Eu acho que é uma idéia que tem em São Paulo e outros Estados estão resgatando, e se puder desenvolver uma campanha nessa área, será mais eficiente, mais educativo ainda.

Secretário, eu gostaria de ter dados melhores. Em primeiro lugar, assim como a deputada Odete, eu também gostaria de receber as informações sobre a questão do Pró-Emprego. Em segundo lugar, eu gostaria de ter uma visão melhor da arrecadação do ICMS e quando acontece a partilha para os municípios (não sei se o senhor tem esse dado aí), porque eu precisava ver direitinho em relação aos fundos, à SC Parcerias, quanto está entrando tanto de arrecadação do ICMS quanto do atrasado dos Prodecs, que vêm sendo recolhidos, e em que momento se estarta essa partilha. Tem fundos, subvenções? Eu queria saber se é antes ou depois.

Eu queria deixar isso bem claro. O senhor tem esses dados aí?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Deputado, eu não tenho o dado disponível aqui, mas a informação que eu tenho do diretor Abel, da Contabilidade, é que essa partilha é feita automaticamente no banco, no segundo dia útil, nem passa pela Secretaria. Agora, eu posso levantar essas informações e lhe encaminhar.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Faça esse favor.

Outra questão: essa apresentação que o senhor fez está em algum *site* oficial do governo? Esses dados estão publicados? A prestação de contas dos fundos, enfim, de todos os dados?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Essa apresentação ficará disponível para os senhores e ela tem...

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Mas no *site* do governo não tem?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - No *site* não tem.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Era importante criar um canal de prestação de contas do governo, pois a gente tem dificuldade em pegar os dados do governo na Internet. Por isso eu queria sugerir que o governo criasse um programa de transparência para disponibilizar mais esses dados.

Outra questão me chama a atenção na prestação de contas. Eu estava achando que havia uma idéia de guardar recursos para o ano que vem, já que é um ano eleitoral, porque o investimento do governo está muito baixo. E pela prestação de contas, o superávit ainda é... Se considerar o valor empenhado, nós temos um déficit, inclusive. Então, me preocupa o desempenho financeiro do Estado, mesmo considerando um crescimento na receita em relação ao ano passado, mas a média está em 12%, 13%, que é o crescimento da economia, enfim, das questões de fiscalização. Mas me preocupa como está o gerenciamento das finanças no Estado, porque a gente vê (e aí não é da sua Secretaria) um conjunto de promessas pelo Estado, muitas coisas iniciadas que não se concluem. Então, acho que falta um pouco de objetividade do governo de ser mais sincero com a população, o que dá para fazer e o que não dá. Lá fora parece que está sobrando dinheiro; e chega aqui a realidade é outra, é difícil. Então, é um aspecto mais político da coisa, transcende a sua Secretaria, mas a gente nota uma dessintonia entre a realidade financeira e o que se passa para a sociedade, que o governo pode tudo, que vai fazer tudo e vai resolver todos os problemas.

O senhor mesmo falou, vejamos os senhores, que na parte de pessoal o crescimento é constante. Acho que tem a questão dos triênios, mas no ano passado a gente viu uma série de leis aqui sendo aprovadas, que concediam benefícios e depois não foram efetivadas.

Hoje os servidores têm reclamado o cumprimento de leis aprovadas, e se isso for cumprido imagina como vai ficar ainda a situação. Então o governo assume compromissos que não pode honrar, e ainda passa nesta Casa, compromete-nos junto com ele.

O fato de se pesa ou não esse conjunto de cargos comissionados nas secretarias regionais, para quem não tem recurso sempre pesa muito, se não tenho nada acrescento mais um peso, de qualquer forma sempre ajuda a desequilibrar as finanças. É um problema que o governo precisa ter atenção, mas não com sacrifício do servidor. Ao contrário, precisamos que eles sejam cada vez mais motivados, mais atuantes. Então, sinto que o governo precisa dar mais atenção a esse ponto.

Quanto à questão da dívida, vejo que é um problema realmente de todos os Estados brasileiros e também da União. Se pegarmos o Orçamento da União, 37% são para o serviço da dívida. Então, estamos herdando um histórico que coube à nossa geração resolver. E não vai ser sem um diálogo correto com a sociedade, de mostrar a situação real, saindo, prometendo por aí que vai fazer tudo e não debruçando para resolver essas questões de dívida, que vamos resolver. É um conjunto herdado de muito tempo que precisa ter uma solução e um responsável, não podemos ficar só chorando - infelizmente herdamos esse problema.

Eu não sei como é, precisaria de uma prestação mais apurada da Saúde, da Educação, porque embora ultrapassando os limites constitucionais a gente sente que ela não está atendendo as expectativas da população. E isso é preocupante, porque me parece que o problema não é só de recurso, o problema é de gerenciamento de qualidade nos serviços. Então, é outro sinal de alerta para o governo.

Acho que essas prestações de contas quadrimestrais servem para a gente alertar e ver quais os sinais que estão sendo sinalizados. E entendo que esses são alguns sinais que se precisa ter uma análise melhor. O governo precisa prestar atenção sobre essas questões, e acho que a Assembléia pode colaborar nisso. Queremos discutir aqui como vamos qualificar a saúde, como vamos melhorar a educação, como vamos melhorar a questão da dívida para que com o mesmo dinheiro a gente consiga mais objetivo. Acho que a Assembléia está aberta, e queremos ajudar o governo neste debate, nas questões de pessoal, como vamos equacionar esses sinais de alerta que foram dados aqui. Colocamo-nos à disposição para ajudar o governo a resolver essas questões.

Obrigado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Obrigado, deputado. Apenas quero fazer algumas considerações ao que o senhor comentou e que acho extremamente oportuno, principalmente com relação à parte da saúde e da educação. De fato se tem essa sensação de que por mais que se invista não se resolve o problema, e a demanda é bem maior do que os recursos que a gente tem.

Eu não entraria no mérito da gestão dessas Secretarias, mas tenho certeza de que elas estão sendo muito bem geridas, e considero o secretário extremamente competente para as suas funções. Agora, de fato, é um problema conjuntural. Existe um *site* disponível com esses dados que o senhor solicitou. Depois posso passar-lhe isso, talvez não da forma como foi apresentada hoje, mas a exemplo até do que foi feito na publicação do Diário Oficial nesse *site* existem essas informações.

Sei que muitas vezes se tem essa sensação de que o governo, não vou dizer que esteja parado ou não realizando da forma como deveria realizar alguns investimentos, mas posso lhe garantir que estamos honrando em dia os nossos compromissos, e muito está sendo feito em nosso Estado. Particularmente sou talvez até suspeito, mas acho que o nosso Estado é ímpar dentro da federação pela sua capacidade, pela sua disponibilidade de recursos naturais, turísticos e mão-de-obra que existe.

Se o senhor observar, grande parte do nosso Estado hoje está sendo contemplada com pavimentação. E todo esse projeto de descentralização, que prefiro dizer que ele é um projeto mais de "deslitoralização" do que descentralização, eu prefiro entender assim, faz com que as demandas no interior passe necessariamente pela pavimentação dos acessos. Hoje para instalar qualquer indústria fora do litoral, fora do nosso eixo, você tem que dar no mínimo as condições de acesso para ele.

A parte da dívida, como o senhor comentou, acho que está bem colocada, é um problema conjuntural do País, é uma negociação que existe. Particularmente tenho conversado com o pessoal do Tesouro e também com o ministro Guido Mantega, numa oportunidade quando ele esteve aqui. Eu o acompanhei até São Paulo e ficamos praticamente quase duas horas conversando isoladamente e trocando idéias sobre a necessidade de se rediscutir essa dívida dos Estados, porque de fato não inviabiliza qualquer investimento, os recursos estão indo tudo para lá.

Agradeço pelas suas colocações e principalmente pela importância dada também à nossa campanha da educação fiscal, que é uma campanha institucional de mudança de comportamento das pessoas.

Neste final de semana estive num Estado vizinho aqui no Rio Grande do Sul e fiquei - até vou comentar isso com o secretário da Fazenda, Aod Cunha de Moraes Junior - impressionado, ninguém dá nota! E o que é pior, deputado, nem oferecem! Pelo menos se dissessem: Ah! O senhor quer a nota? Mas nem isso! Tem certos momentos que às vezes você se sente até constrangido de pedir a nota, é um absurdo isso!

Então, essas campanhas é algo que devemos cada vez mais incentivar e fazer com que tenham seu efeito desejado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Mais alguém gostaria de fazer alguma indagação ao senhor secretário?

Deputado Mota, em seguida nós vamos entrar na segunda parte da audiência pública e vamos continuar com a presença do secretário aqui. Secretário, o senhor continua conosco?

O SR. SECRETÁRIO SÉRGIO RODRIGUES ALVES - Continuo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Então o senhor continua conosco e parte da sua equipe pode permanecer também.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Se o senhor me permite, eu gostaria de pedir a presença do Pedro Mendes, que é o nosso diretor-geral e também está na função de secretário-adjunto, para me ajudar nas explicações que sejam necessárias nessa segunda parte.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Com muito prazer.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Senhor presidente, rapidamente eu gostaria de fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Pois não, deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Desculpem senhores deputados, eu vou ser bem objetivo.

Primeiro, quero cumprimentar o nosso secretário Sérgio Rodrigues Alves e parabenizá-lo pela sua exposição e pelos gráficos apresentados aqui, mostra que Santa Catarina está conduzido por homens de bem; e também cumprimentar toda a sua equipe de trabalho, que é extraordinária.

Nós vimos os projetos que foram aprovados aqui nesta Casa pela grande maioria ou por todos os deputados no ano passado e que acabou comprometendo um pouco a folha de pagamento - e todos sabem disso, os deputados de Oposição também que votaram nesses projetos importantes. Esse crescimento vegetativo é uma coisa que ninguém percebe, mas é um momento real da folha e que vai elevando a questão do comprometimento.

Eu estava aqui atento para dizer o seguinte: o governo está investindo mais do que os 25% da Educação para recuperar tudo aquilo que é preciso ser investido, e ainda é pouco, ainda tem muitos problemas nas escolas com todo o investimento do governo. Então, nós queremos aqui reconhecer e cumprimentar por esse investimento, além do compromisso que é do governo e que é constitucional.

Também na Saúde são 12% e o governo investe 14%. É uma soma significativa. Esse também é um investimento a se reconhecer, assim como o projeto do governo, o Pró-Emprego que já tem uma soma significativa de emprego real em Santa Catarina. Por isso o rendimento e a qualidade de vida do nosso povo são melhores, e as empresas que estão se instalando trazem uma perspectiva extraordinária.

Agora, eu só queria fazer uma consideração final do trabalho que está sendo feito no Estado em relação às notas fiscais, um trabalho estuendo, extraordinária. Isso tem contribuído muito, por isso está havendo esse crescimento. Mas todos sabem, e vendo esse gráfico de crescimento, que isso é dividido com os Poderes e que para o Estado sobra muito pouco, apesar do crescimento. E quero dizer que é muito fácil tecer alguns comentários.

Onde estão os problemas, no Estado ou nos municípios? Na União ele é muito pequeno, pois a União fica com 65% da arrecadação, o Estado com 22% e o município com 13%. É muito fácil dizer que tem pouco dinheiro para investimento. Nós temos que saber onde se encontra toda essa arrecadação - está no governo federal!

Eu acho que esse Pacto Federativo é fundamental para começar a delegar poderes a quem de direito, e a gente sabe perfeitamente que é isso. Por isso, queremos cumprimentá-lo, em nome da bancada, pelo extraordinário trabalho prestado ao povo catarinense através da Secretaria da Fazenda - e continue com essa equipe extraordinária. O governo está no caminho certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Quero registrar a presença do deputado Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça; e de todos os membros que já se integraram para entrarmos no próximo assunto.

Passo a palavra ao senhor Roque Pelizzaro Júnior, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL).

O SR. ROQUE PELIZZARO JÚNIOR - Bom-dia ao secretário Sérgio, nosso amigo; a todos os presentes.

Secretário, nós não poderíamos nos furtar de fazer uma solicitação, na intenção de uma crítica construtiva, que houvesse um realinhamento na condução e na forma como a campanha está sendo trabalhada.

Sem dúvida nenhuma, ninguém é mais lesado pela sonegação do que aquele empresário que trabalha de forma correta, porque ele enfrenta uma concorrência desleal. Então, até antes do governo, o empresariado, na sua imensa maioria, sofre com a sonegação fiscal.

Partindo desse pressuposto, eu gostaria de colocar que a campanha utiliza, de forma equivocada, duas palavras de forma associada: comerciante e sonegador. Na sua imensa maioria são contribuintes sérios, fazem seu trabalho, contribuem, geram emprego e geram receita para o Estado, que é convertida, sem dúvida nenhuma, em obras e em tudo isso que nós bem conhecemos. Eu pediria que o governo sentasse com a agência que fez esse trabalho e realinhasse isso, para que não houvesse essa associação e essa forma equivocada de colocar todo comerciante como sonegador, porque isso não é verdadeiro. Na sua imensa maioria são empresários sérios que estão fazendo o seu trabalho.

Quanto à exigência da nota fiscal e à exigência do recolhimento do tributo, nós somos favoráveis. Coloco a nossa entidade à disposição do Estado para fortalecer inclusive essa campanha, que antes até do próprio governo, como eu disse, interessa ao empresário sério que sofre uma concorrência desleal com aquele que não paga o tributo. Por quê? Porque ele tem um diferencial competitivo que traz prejuízo.

Então, eu pediria ao secretário que realinhasse isso, que conversasse com a agência e retirasse ainda hoje do ar toda a parte da campanha que associa essas duas palavras: comerciante e sonegador. Quanto ao resto, parabéns pela campanha, ela deve ser feita, inclusive deve contar com a nossa instituição para o fortalecimento desse trabalho.

Seria isso, secretário. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Doutor Glauco, o senhor quer se manifestar sobre esse assunto também?

Então, passo a palavra ao doutor Glauco José Corte, 1º vice-presidente da Fiesc.

O SR. GLAUCO JOSÉ CORTE - Mas a Fiesc se associa ao pleito apresentado pelo presidente Roque Pelizzaro, e posso dizer que o próprio Cofem - nós podemos falar em nome do Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina. Quando se pontua, sempre se corre um risco muito grande de se cometer injustiça. Por isso nós pedimos ao senhor secretário que retire essa expressão dessa campanha, em relação à qual nós estamos de acordo - exceto essa referência injusta com relação aos comerciantes que pagam em dia seus tributos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito bem.

Com a palavra o senhor Sérgio Rodrigues Alves, secretário de Estado da Fazenda.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Obrigado.

Quero agradecer o Roque e também o doutor Glauco pelas observações - vou pedir à equipe responsável por isso para que providencie essas mudanças. Também quero agradecer o apoio das entidades, que acho fundamental para o sucesso da campanha. Então, muito obrigado pelas observações.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito bem.

Secretário, eu agradeço a sua participação neste primeiro instante. Mais nenhum dos senhores deputados quer fazer alguma colocação sobre o cumprimento da legalidade da sua vinda aqui, por convite da Comissão de Finanças?

Neste momento, então, nós encerramos essa etapa e, com a presença já do nosso presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Romildo Titon, iniciamos a segunda parte da nossa audiência pública. Inclusive peço ao deputado Romildo Titon que nos ajude a conduzir os trabalhos.

Registramos a presença do senhor Roque Pelizzaro Júnior, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina; do doutor Glauco José Corte, que representa aqui a nossa Fiesc; do senhor Otmar Josef Muller, presidente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas de Criciúma (Sindiceram); do senhor Nelson Madalena, assessor do sistema Fiesc; além das pessoas já nominadas aqui.

Passo a palavra ao deputado Romildo Titon, para a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Bom-dia. Queremos agradecer a presença de todos, também do nosso secretário e de todos os membros das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Damos por abertos os trabalhos desta reunião conjunta para ouvirmos o secretário e seus assessores sobre o projeto 405.7/2007, e posteriormente vamos deliberar em conjunto, as duas comissões, como assim foi acordado com o deputado Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças.

A sugestão do nosso presidente da Comissão de Finanças é que ouçamos primeiro os relatores do projeto de ambas as comissões.

Então, com a palavra o deputado Marcos Vieira, relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Senhor presidente Romildo Titon; senhores membros da Comissão de Constituição e Justiça; senhor deputado Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças e Tributação; senhores deputados que também fazem parte da comissão; autoridades presentes; e representantes de entidades de classe.

Deu entrada nesta Casa o projeto de lei, o PL 405.7/2007, de origem do governo do Estado, que altera as Leis 3.938, de 1966; 5.983, de 1981; 7.541, de 1988; e 10.297, de 1996; e adota outras providências.

Senhor presidente, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça da semana retrasada eu apresentei o meu relatório e voto ao presente projeto de lei, fazendo um substitutivo global, tendo em vista emendas que foram apresentadas por parlamentares, emendas essas que faço menção no meu relatório e eu as acolhi integralmente. Tendo em vista também que em reunião na Secretaria da Fazenda com o senhor secretário Sérgio Alves, o diretor-geral e técnicos daquele órgão, entendeu-se serem pertinentes as emendas apresentadas pelos deputados Renato Hinnig, Gelson Merísio, João Henrique Blasi e por este relator.

Após a leitura do relatório com o substitutivo global, o deputado Romildo Titon colocou em discussão e houve dois pedidos de vista, um do deputado Joares Ponticelli e outro do deputado Gelson Merísio. Na reunião da semana passada o deputado Merísio apresentou um substitutivo global e também foi acolhida a sugestão do deputado Joares Ponticelli, para que hoje pudéssemos aqui conjuntamente deliberar sobre o presente projeto de lei.

Senhor presidente, eu me vi na obrigação de examinar o substitutivo apresentado pelo deputado Merísio, e apresento no dia de hoje um novo substitutivo global, acolhendo parte do que fora apresentado pelo deputado Merísio. Apresento uma nova emenda fazendo uma correção na legislação quanto ao segmento da produção cerâmica, tendo em vista que o *caput* do artigo 22 da Lei 13.992 insere como beneficiário o segmento da produção cerâmica. Mas no inciso II, em que efetivamente a Secretaria da Fazenda tem que conceder o benefício, na reformulação da Lei 14.075, de 2007, houve uma omissão quanto à inclusão da expressão "produção cerâmica". Então, a emenda é meramente corretiva no sentido de fazer com que passe a constar não só no *caput* do artigo 22 da Lei 13.992, como também no seu inciso II.

Quanto ao substitutivo global do deputado Merísio, não foi acolhida a redação dada pelo eminente deputado no que diz respeito ao parágrafo 4º, do artigo 8º do substitutivo global, pois este relator optou pela redação sugerida pela Secretaria da Fazenda conforme e-mail recebido pela minha assessoria técnica. Então, eu recepcionei os outros itens de emenda do deputado Merísio e rejeitei a redação dada ao parágrafo 4º e seus incisos do artigo 8º, tendo em vista eu ter optado pela redação sugerida pelos técnicos da Secretaria da Fazenda.

Então, senhor presidente, eu peço que seja anexado ao presente projeto de lei o novo substitutivo global, fazendo constar o que havia sido lido na reunião anterior, bem como a emenda corretiva do segmento de produção de cerâmica, fazendo constar no inciso II, do artigo 22 da Lei n. 13.992, bem como a emenda do deputado Merísio.

Senhor presidente, esse era o meu relatório, fazendo anexar um novo substitutivo global.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Obrigado, deputado Marcos.

Eu queria apenas comunicar aos demais pares que dada a ausência do deputado Darci de Matos e do Narciso Parizotto, ambos estão aqui sendo representados respectivamente pelo deputado Onofre Santo Agostini e pelo deputado Moacir Sopelsa, que a partir de agora são membros desta Comissão.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Senhor presidente, apenas para que nós possamos utilizar este tema, até como parâmetro para outros entendimentos nesta Comissão e também em outras comissões.

Quando um parlamentar é designado relator de determinada matéria, como é o caso do deputado Marcos Vieira nesta matéria, ele tem a prerrogativa e o tempo maior para fazer o seu relatório e o seu parecer. Feitos o relatório e o parecer e retornando à Comissão ele tem a sua posição explicitada na Comissão. A partir daí, através de voto-vista ou através de uma apresentação paralela de um relatório diverso, não há outra prerrogativa do relator a não ser a de ter a preferência na hora da votação do seu relatório.

Então, com todo o respeito ao deputado Marcos Vieira, vamos precisar fazer um novo substitutivo global acatando ou não acatando emenda nenhuma. Se ele tem que fazer uma nova emenda, tem que ser no seu substitutivo global ou no projeto original, não cabendo, no meu entender... Até porque ele não é mais o relator da matéria, o relato já está feito, a matéria agora está com voto-vista, que vai apresentar um relatório.

Só para deixar claro o meu entendimento, até para que não pareça que o voto-vista tenha que ser submetido ao prévio entendimento do relator. Não é essa a prática legislativa e não é esse o entendimento ao menos que eu tenho desta Comissão.

Digo isso apenas para deixar ratificado que vou fazer a defesa do substitutivo global que apresentei. Em função disso, tendo a prerrogativa do relator em ter a votação preliminar, que haja a rejeição, não pelo conteúdo, até porque a divergência é muito pequena entre o conteúdo do meu substitutivo global e do deputado Marcos, são questões pequenas.

E também tínhamos cometido um erro, tanto eu quanto o deputado Renato, quando fizemos algumas emendas, mas vamos procurar corrigir agora também anexando ao substitutivo global uma emenda que autoriza o governo, por decreto, a fazer as compensações de crédito para atender àquelas cinco mil empresas que foram prejudicadas.

Na minha concepção, e também do deputado Renato, isso já estava contemplado quando do substitutivo. Suscitada a dúvida pelo deputado Décio, nós, de fato, cometemos um equívoco e vamos apresentar a emenda para que possa ser deliberada e aprovada junto com o substitutivo global, que, na minha concepção, deve ser votado. Se o deputado Marcos optar pelo segundo substitutivo, aí não tem mais a prerrogativa de ser o seu voto primeiro; vamos votar o substitutivo global do deputado Marcos apresentado na reunião passada. Se não for aprovado, vamos votar o segundo, que é o que foi apresentado na reunião passada, no voto de vista. Se não for rejeitado, vamos para um novo substitutivo apresentado pelo deputado Marcos. Acho que é esse o encaminhamento da Comissão.

Esse é o meu entendimento, porque a prerrogativa do relator é tempo de aprofundar a questão, apresentar o seu relatório e poder fazer a sua defesa; feito isso, encerra a sua relatoria. A partir daí, o voto-vista tem o mesmo valor que o voto do relator no que diz respeito à tramitação, a não ser da prerrogativa de ser votado antes o voto do relator.

Se eu estiver equivocado, ao menos o meu entendimento é nessa ordem, senhor presidente.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Deputado Marcos Vieira, gostaria que V.Exa. fosse breve.

Em seguida, vamos ouvir o deputado Joares Ponticelli, que fez o pedido de vista; depois, vamos pedir aos deputados que façam a discussão; e, posteriormente, ouviremos os convidados.

Inclusive, deputado Marcos Vieira, quanto ao questionamento do deputado Merísio, no rito da votação, passar, posteriormente, um pouco antes de votarmos.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Senhor presidente, só para esclarecer: na reunião da semana passada, estava em discussão o relatório e o voto do relator; em discussão o substitutivo global do deputado Merísio; e o voto-vista do deputado Joares Ponticelli, que também solicitava reunião conjunta das Comissões com a presença das autoridades.

Regimentalmente é consultado o relator se concorda ou não com o voto-vista dos deputados. Se concordar, vai à votação o voto-vista e fica prejudicado o voto do relator.

Ora, senhor presidente, não foi uma reunião terminativa, e cabe ao relator... O relator tem a prerrogativa também de mudar o seu voto. E é o que este relator está fazendo: está mudando o voto, acolhendo a sugestão contida no substitutivo global do deputado Merísio.

Essa era a argumentação e a minha justificativa.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Voltamos a afirmar: depois vamos ao ritual da votação, conforme o Regimento esclarece.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados e senhor secretário, meus cumprimentos.

Brevemente, senhor presidente, quero aproveitar a presença do secretário para solicitar que nos seja disponibilizado todo esse material que foi apresentado, porque identifiquei nele notícias reveladoras.

Não vou fazer nenhum comentário agora, mas solicito, senhor secretário, que nos seja fornecido todo esse material para depois debatermos um pouco mais sobre os números que V.Exa. traz a esta Casa.

Outro pleito que quero formular a V.Exa.: eu não assisti à propaganda que está sendo veiculada parece-me desde ontem, mas já pedi a clípage, que nos forneçam uma cópia.

Recebi reclamações, secretário, de alguns contribuintes no sentido de que a propaganda, parece-me, está praticando injustiça aos contribuintes, qualificando-os como sonegadores. Eu não vi, solicitei clípage, mas peço a V.Exa., que verifique essa campanha publicitária, porque, por alguns que a assistiram, foi entendida como se o governo estivesse tratando o contribuinte como sonegador.

Como lhe disse, não assisti, só peço a V.Exa. que, por gentileza, verifique a campanha, porque não deve ser intenção do governo, tenho certeza disso, mas talvez ela passe essa mensagem, e é importante que o governo faça uma avaliação.

Especificamente sobre a matéria objeto desta reunião conjunta, nós fizemos um acordo aqui na semana passada de que seria deliberada hoje.

Eu estou há nove anos nesta Casa, já estive do lado de dentro do balcão, como digo sempre, quando fui líder do governo, e agora estou há quase cinco anos, como diz o deputado Mota, quase rasgando a calça na oposição, mas, se Deus quiser, daqui a três anos isso muda e espero mudar de lado novamente. Pelo voto! Não vou de outro jeito!

(O senhor deputado Onofre Santo Agostini manifesta-se fora do microfone: "Será que o Colombo vai convidá-lo?")

Olha, o Colombo pode ser uma alternativa, desde que não esteja com o atual, porque atualmente está tudo junto. Nós somos o outro lado, o lado da mudança. Se o Colombo vier para o lado da mudança, será bem-vindo, deputado Onofre!

Mas acerca da matéria, nós fizemos um acordo para deliberar hoje, e acordo bem ou mal feito tem que ser cumprido. Eu tenho essa marca aqui na Casa, tanto quando estava no governo quanto na oposição, nunca deixei de cumprir nenhum acordo que fiz nem como líder do governo nem como líder de um partido de oposição. Portanto, a matéria vai ser deliberada.

Quero reiterar ao deputado Marcos e a esta Comissão que nós deveríamos ter um pouco mais de tempo. Fomos prejudicados no tempo para fazer o debate. Disse isso ao deputado Marcos e ao deputado Merísio, mas conversei com ambos durante esta semana, depois que apresentei meu voto-vista sobre as emendas que eles apresentaram, e fui convencido de que essas emendas devem ser acolhidas e devem ser aprovadas.

Ora, se temos a oportunidade de contemplar nessa matéria os interesses do governo com os interesses do contribuinte, quem sou eu para me posicionar contra isso?! Diferentemente do que alguns dizem, de que a oposição só está aqui só para atrapalhar, a oposição ajuda também, quer ajudar a construir! É com esse objetivo que estamos aqui: para votar.

O deputado Marcos e o deputado Merísio me convenceram das emendas que apresentaram, especialmente a dos ceramistas, sobre a qual o deputado Marcos conversou também com lideranças, isso interessa muito ao Estado todo, mas especialmente ao sul de Santa Catarina, região que represento nesta Casa.

Conversei também com o deputado Décio acerca dessa matéria, portanto, a minha manifestação é pelo encaminhamento, pelo cumprimento do acordo, pela deliberação da matéria, mas, claro, o governo deve nos dizer o que pensa dessas emendas. Se concorda, nós estamos aqui para cumprir o acordo que firmamos na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado.

Dizia aqui o deputado Jorginho que ainda não tem relator na Comissão de Finanças porque nós não deliberamos na Comissão de Justiça.

Concedo a palavra ao deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Para uma questão de ordem e para um esclarecimento, senhor presidente.

Há pouco fui consultado pelo presidente da Comissão de Finanças se eu relataria o projeto. E pela leitura que fiz agora do substitutivo global, teria três emendas para apresentar.

A minha pergunta é a seguinte: eu incluindo essas três emendas no relatório, teremos condições de deliberar conjuntamente para aprovação do projeto nas Comissões e depois estar concluído para ir a Plenário?

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Passo a palavra ao deputado Jorginho Mello para responder, porque V.Exa. faz parte da Comissão que ele preside.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Deputado Renato, V.Exa. poderá encaminhar as emendas para a Comissão de Justiça. Sendo esse o entendimento, sendo ela incorporada ao relatório... Faz parte do relatório da Comissão de Justiça, sem necessidade de quando chegar... E vou delegar V.Exa. para relatar na Comissão de Finanças sem ter a necessidade... Se V.Exa. fizer as emendas na Comissão de Finanças, aí terá que voltar para a Comissão de Justiça. Então, se o entendimento... E a reunião é conjunta, pode ser incorporado lá e depois V.Exa. assumir, adotar o relatório da Comissão de Justiça na Comissão de Finanças e a gente fazer a deliberação.

Gostaria de registrar a presença do senhor Clodomir Ribeiro Alves, vice-presidente da Fetranesc.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Só para encaminhamento, posso dar uma sugestão: parece-me que a fórmula mais regimentalmente correta e mais prática é aprovarmos a matéria com as emendas, os substitutivos que temos na Comissão de Justiça.

O deputado Renato apresenta as emendas na Comissão de Finanças e se for aprovada lá, com uma reunião conjunta, nós deliberamos novamente na Comissão da Justiça pelas emendas. O processo fica concluído dentro da questão regimental, porque não tem como apresentar as emendas... Temos que deliberar separadamente. A reunião é conjunta, mas a deliberação é em separado. Ao menos para que não haja nenhum...

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Claro que é separado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pela ordem, senhor presidente, para uma sugestão.

Pergunto a V.Exa. e aos demais deputados se não existe a possibilidade regimental de o deputado Renato apresentar agora, separadamente, as suas emendas para dar o encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Não, não!

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Senhores deputados, só gostaria de fazer uma ponderação: as Comissões estão deliberando conjuntamente. Então, não podemos também aqui querer muito preciosismo, formalismo de uma emenda. Se for entendimento, ele pode fazer o relato das emendas, o relator vai ouvir o da Justiça... Se for aprovado lá, vem para a Comissão de Finanças, ele apresenta as emendas e aí vai ter que voltar. Então, vamos ganhar tempo. Só estou querendo ganhar tempo, porque estão presentes aqui as duas Comissões. Só isso!

Sem querer atropelar alguma possibilidade de uma emenda, só para que a gente ganhe tempo, deputada Odete, vamos deliberar juntos.

Quer apresentar uma emenda, duas ou três, então apresente neste momento para ver se há possibilidade de incluir no relatório na Justiça. Quando vier para a Comissão de Finanças não vai fazer mais emenda nenhuma, porque já apresentou, só vai adotar o mesmo relatório.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Presidente, só para fazer uma comunicação, com a permissão do deputado Onofre.

Senhor presidente Titon, preciso me ausentar rapidamente, mas nesse período o deputado Reno vai me substituir na Comissão de Justiça, da qual sou titular. Na condição de líder em exercício, também o indico para substituir o deputado Bellini na Comissão de Finanças.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pela ordem, senhor presidente, para dar a minha opinião sobre o impasse surgido.

Veja bem, primeiro precisa votar na Comissão de Justiça, porque vão ver o que vai ser aprovado lá... É o substitutivo global... A emenda do deputado Renato é no substitutivo global ou no projeto original?

Então, primeiro, na minha opinião, tem que votar na Comissão de Justiça, aprovar o substitutivo global. Feito isso, na Comissão de Finanças, apresentada a emenda, volta para a Comissão de Justiça, que pode ser em conjunto, para aprovar as emendas ao substitutivo global, porque não sabemos o que vai ser aprovado. Há uma discordância do meu líder quanto a uma emenda apresentada ao substitutivo global pelo deputado Marcos Vieira.

Então, na minha avaliação, para a carroça entrar no trilho, como diz o caboclo, teremos que votar primeiro na Comissão de Justiça o substitutivo global. Aprovado, aí, sim, na Comissão de Finanças poderá apresentar emenda e voltar na reunião conjunta, senão não vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Deputado Renato Hinnig, consulto V.Exa. se deseja dar entrada na Comissão de Justiça ou esperar pela Comissão de Finanças.

A Sra. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Só um minutinho, deputada, quero consultar o eminente autor das emendas.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pelo raciocínio lógico, concluo que eu deva apresentar o relatório na Comissão de Finanças e Tributação, retornando para apreciação da Comissão de Constituição de Justiça e depois deliberar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Matado esse assunto, não vamos mais discutir, senão vamos ficar perdendo tempo aqui.

Com a palavra a deputada Odete.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Já estou contente, porque o deputado Renato Hinnig fará a sua apresentação na Comissão de Finanças e Tributação, porque também tenho direito depois de pedir vista.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Não tem mais direito de pedir vista, deputada. Já encerrou o prazo, foi um acordo que fizemos aqui.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Senhor presidente, não fiz acordo nenhum, eu não estava presente. Eu acho que também tenho o direito de conhecer a matéria.

Eu falo com o presidente Jorginho, da Comissão da qual faço parte: gostaria que V.Exa. pudesse depois me dar a resposta.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Deputada, o prazo já está estourado desde o dia 19. Se não votarmos hoje, vai para o Plenário.

Com a palavra o senhor deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Faço parte da Comissão de Finanças e também teria duas emendas para apresentar, mas entendo que o encaminhamento aqui acordado está correto e vou apresentar junto com o deputado Renato.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Na Comissão de Finanças.

Neste momento, vamos ceder a palavra aos nossos convidados, senão não haverá tempo para ouvi-los.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pela ordem, senhor presidente.

Gostaria que o meu presidente deputado Jorginho Mello pudesse me dar a resposta. Eu não fiz acordo nenhum, não participei de acordo nenhum, e nunca falto à reunião da Comissão de Finanças. É um direito que me cabe conhecer a matéria e discuti-la. Se V.Exa. puder me responder.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Deputada, com todo o respeito que V.Exa. merece, é uma matéria que está com o prazo esgotado. Foi feito um acordo de lideranças, e o acordo está superior...

A matéria irá ao Plenário com parecer ou sem parecer, deputada. Por isso estamos fazendo esta audiência pública com a presença das duas Comissões e de algumas pessoas para discutir...

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Acordo de lideranças? Dos senhores líderes?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Foi um acordo da Comissão de Justiça.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Ah, muito bem!

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Na Comissão de Justiça, na qual seria deliberada a matéria hoje.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito bem, mas nesta Casa as coisas passam a jato, muito rápido! Já aconteceu em outros projetos...

Acho que para podermos fazer uma boa digestão, temos que digerir com calma, sem atropelo, porque comer cru ou quente faz mal!

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Sérgio Rodrigues Alves, secretário de Estado da Fazenda, ou o senhor Pedro Mendes, não sei como vão dividir o tempo.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Senhor presidente, antes de passar a palavra ao doutor Pedro Mendes, gostaria de confirmar que está sendo alterada aquela parte da campanha, essas modificações, e deixar bem registrado que em momento algum foi intenção nossa criar alguma polêmica com algum setor da nossa economia.

Com relação a essas matérias, peço ao doutor Pedro Mendes para fazer os seus comentários.

O SR. PEDRO MENDES - Deputado Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças, deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e demais senhores deputados, o projeto de lei objeto de discussão das duas Comissões aqui reunidas teve origem no Poder Executivo e visa primeiramente introduzir na legislação estadual o Simples Nacional. Já está em vigor, mas nós gostaríamos de ter todo o amparo legal adequado na medida em que Santa Catarina ampliou o benefício para empresas não só de faturamento de até R\$ 1.800 milhões, para R\$ 2.400 milhões.

O projeto também traz a automatização dos nossos serviços tão bem requeridos pelos nobres parlamentares, principalmente, para os contribuintes e usuários do nosso sistema, na medida em que permite registrar automaticamente a dívida ativa sem a necessidade de assinatura formal do dirigente do órgão. Ou seja, o Sistema de Administração Tributária da Fazenda estadual, que é um dos mais dinâmicos, eficientes, eficazes e elogiados do País, está totalmente amarrado, eu diria, usando um termo mais chulo, de sorte que dá garantia de que o crédito tributário inscrito em dívida ativa representa toda a legalidade e toda a verdade da dívida do contribuinte. Então, se automatiza esse serviço, economia de papel, tempo, dinheiro e segurança na informação.

O projeto também permite o parcelamento da denúncia espontânea daquelas empresas que vão ao Fisco se apresentar para pagar o seu débito. Hoje a legislação permite só até doze meses, mas nós estamos ampliando para até 36 meses para aquelas empresas que querem acertar as contas com o Fisco e ofertar alguma garantia, uma segurança para o crédito. Não é desconto, é parcelamento. Igualmente para os contribuintes notificados, em que a multa é muito mais pesada, também se dá a possibilidade de parcelar em até 90 meses, também ofertando uma garantia.

Traz também um benefício para o contribuinte. Hoje, os juros cobrados pela Fazenda, pelo atraso e pelo parcelamento dos créditos tributários... Hoje é a taxa Selic, mas tem um limite mínimo de 1%. Então, é 1% ou taxa Selic, conforme o primeiro mês.

Nós estamos adequando a legislação, e aí precisamos de autorização parlamentar para que possa ser menor do que 1%, porque a taxa Selic hoje está 11.25%, está estagnada este mês, mas com tendência de baixa. Então, favorece o contribuinte.

Outra medida, e essa tem causado algum tipo de polêmica que já explico, já retiramos esse tipo de dúvida, introduz a possibilidade de o Poder Executivo, por meio de decreto do governador, colocar mais alguns produtos na (*ininteligível*) tributária do ICMS. Ou seja, cobrar de uma forma antecipada, de acordo com os valores da operação, o tributo. Isso permite ao Estado combater melhor a sonegação e permite uma concorrência mais leal entre os contribuintes.

A Federação das Indústrias tem demonstrado alguma preocupação, procedente, mas no nosso entendimento, pelo excelente relacionamento que estamos tendo, mais reforçado pelo secretário Sérgio Alves, até por (*ininteligível*) das hostes das associações, das federações, pois foi presidente da Associação Comercial de Joinville... Isto é, esse estreitamento Fisco/contribuinte, Fazenda com as instituições, tem sido extremamente produtivo. Ou seja, é um decreto autorizativo que jamais sairá da Fazenda sem estar articulado com os setores econômicos envolvidos.

Vou repetir: a medida visa buscar a arrecadação, mas aquela arrecadação que já é devida pelos contribuintes, de uma forma mais simplificada. E permite, sim, e a Fiesc tem buscado isso... Vejo aqui o Afonso, da FCDL, que está sempre nos ajudando. Ele faz parte da Câmara de Ética Tributária que tem hoje, decorrente do Código de Defesa do Contribuinte... Permite uma concorrência mais leal entre as empresas, e quero crer que a Fiesc não se opõe, assim como a FCDL.

O projeto também ganhou algumas emendas que corrigem algumas distorções já havidas no passado de alguns setores econômicos. A exemplo do que ocorreu em matéria tributária em 1988, quando veio a primeira lei de desconto do ICMS, e lembro bem que o deputado Reno Caramori apresentou algumas emendas; assim como o deputado (*sic*) Glauco Corte, que trouxe naquela... Deputado... Já estou fazendo previsão.

O SR. GLAUCO CORTE - Futuro, futuro!

O SR. PEDRO MENDES - Futuro. (*Risos*.)

O vice-presidente da Fiesc, Glauco Corte, na oportunidade trouxe algumas emendas que aumentaram o prazo de pagamento dos contribuintes... Ou seja, quando algum setor econômico, alguma atividade precisa de um tratamento ou de uma correção, que não está em projeto dessa natureza, ou eles vêm aqui na Casa do Povo, que é a ressonância - e acho que estão absolutamente corretos - ou vão à Fazenda. Quando vão à Fazenda e o projeto já está na Assembléia, nós encaminhamos para o relator ou, digamos assim, para o deputado mais conhecedor do assunto - se fosse alguma coisa na área de agricultura, com certeza encaminharíamos para o deputado Sopelsa, para os deputados da área de agricultura; assim como os da área financeira, da área de cartórios, enfim, a gente tem esse cenário das principais habilidades de cada deputado.

E aí vieram as emendas para cá, o deputado Marcos Vieira teve também um procedimento elogiável, ele nos procurou na Secretaria da Fazenda articulando todas as emendas; algumas delas nós pedimos para não acatar, por sua dimensão e por dificuldade no cálculo da sua repercussão. Então, as emendas apresentadas pelo parlamentares... E eu vi até o relatório do deputado Joares Ponticelli, que estava carregado de violenta emoção, mas já vi aqui, pelo seu discurso, que está apaziguado, tanto que foi até ao dentista agora - ele falou que iria ao dentista arrumar o sorriso, porque aqui estava tranqüilo (*risos*), e que o deputado Caramori o substituiria tranqüilamente.

De sorte que, por parte da Secretaria da Fazenda, as emendas até então conhecidas estão sob controle. E tem trazido (*sic*) aqui mais três, que o deputado Renato Hinnig capitaneia, e que acredito esteja articulado - o deputado Renato, que é das hostes fazendárias, é um profundo conhecedor do assunto, conhece mais do que nós todos lá da Fazenda. E essas três emendas aqui, a rigor, sem querer atropelar o Regimento desta Casa, se for do acordo parlamentar não há óbice por parte do governo do Estado, por parte da Fazenda.

Temos mais uma emenda, essa da bancada do PT, que está sendo construída, e eu só gostaria de ter a certeza que ela está em consonância com a legislação federal que rege a matéria. É um pleito já buscado o da criação do Comitê Gestor da Microempresa no âmbito do Estado - e esse é um caminho natural -, mas só precisaríamos ter a certeza, deputado Pedro Uczai, se ela guarda uma afinada consonância com a lei federal, porque não temos como fazer diferente da lei federal.

Só gostaria ainda de fazer um comentário aos deputados Dresch, Pedro Uczai, Décio Góes, Gelson Merísio, Peninha, ao próprio deputado Renato, sobre essa possibilidade de amenizar os efeitos negativos do Simples para algumas microempresas. Tem uma emenda autorizando o Poder Executivo a adotar medidas que diminuam esse impacto negativo. Obviamente que precisamos também estar articulados com a legislação federal, com a autorização do Confaz, mas a emenda autorizativa já nos dá a segurança de implementar algo nesse sentido.

O secretário Sérgio Alves tem sempre acompanhado e na época da discussão do Simples ele pediu três meses de implantação para decidirmos melhor. E cumprindo isso, no dia 31 estará recebendo as instituições que representam o segmento da micro e pequena empresa e aí, possivelmente, já deveremos ter uma autorização, um cenário mais favorável, tanto de números como de amparo legal.

Gostaria de pedir que a matéria fosse apreciada, até porque nós temos prazo, o Executivo, e pelo regime de urgência, digamos, já está no seu limite. Esse pleito é nosso, da Fazenda, porque nós temos até o final do ano para implantar algumas medidas decorrentes dessas que favorecem o contribuinte.

Ao encerrar, quero registrar que a emenda apresentada pela bancada do PT está "redondinha" e por parte da Fazenda não há qualquer óbice, ou seja, sendo observado o Regimento Interno, o Regimento da Casa, para nós está *o.k.*, sem problema algum. Aliás, o governador Luiz Henrique tem tido sempre a conduta de sancionar o que for acordado nas emendas aqui. Então, está sob controle.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, Pedro Mendes.

Com a palavra o senhor Glauco José Corte, 1º vice-presidente da Fiesc.

O SR. GLAUCO JOSÉ CORTE - Cumprimento o senhor presidente Titon; o senhor presidente Jorginho Mello; os senhores deputados; o senhor secretário Sérgio Alves; o Pedro Mendes; os colegas de Federação; e o Afonso.

Em relação ao Projeto de Lei 405/2007, a Fiesc, ao apreciá-lo, encaminhou apenas duas sugestões, inicialmente ao relator, o deputado Marcos Vieira, e posteriormente aos deputados que pediram vista em gabinete, os deputados Ponticelli, Merísio e Baldissera: a primeira em relação à alteração da legislação, que delega ao Poder Executivo a possibilidade de estender o regime de substituição tributária a outros produtos que não aqueles expressamente elencados em lei.

Em que pese o registro feito de excelente relacionamento que temos tido com o senhor secretário Sérgio Alves e com a equipe técnica da Secretaria da Fazenda - nós temos nos reunido mensalmente tentando avaliar o quadro tributário e fiscal de Santa Catarina e temos conseguido alguns avanços -, a Fiesc mantém a sua posição. Aliás, essa é uma tradição: o ICMS já vigora há quarenta anos e sempre a substituição tributária tem sido objeto de lei, ou seja, passa pela Assembleia Legislativa a discussão da inclusão de novos produtos no regime de substituição tributária. E nós achamos que, realmente, este é o fórum para a discussão desses assuntos.

Não me parece que o fato de submeter qualquer assunto à Assembleia Legislativa possa ampliar algum esquema de sonegação, pelo contrário, a discussão democrática, que permite, como nós estamos tendo hoje, esta discussão, este debate justamente aqui na Assembleia Legislativa... Nós estamos discutindo uma questão de princípios, não estamos discutindo questões pontuais. Parece-nos que essa é uma prerrogativa que a Assembleia Legislativa não deveria delegar ao Poder Executivo, deveria manter como sua, da forma original.

Portanto, a nossa sugestão é que seja excluída a possibilidade de inclusão de novos produtos ou mercadorias no regime de substituição tributária sem prévia audiência da Assembleia Legislativa.

O segundo ponto trata... Este é um artigo que dá nova redação ao artigo 37 e nós mencionamos também uma alteração pretendida pelo artigo 4º, que dá nova redação ao artigo 57 da Lei 10.297. A situação é a seguinte: hoje, um contribuinte que por uma ou outra razão recolhe o seu tributo fora do prazo, está sujeito a uma multa máxima de 25%, o que já é uma multa altíssima num regime de plena estabilidade econômica. Temos que concordar que 25% é um peso excessivo para quem, eventualmente, por um esquecimento, por uma questão conjuntural, atrasou por um ou dois dias o pagamento. E essa multa já foi maior, mas a Assembleia, examinando a proposição do governo, reduziu para 25%.

Nós queremos igualdade de tratamento para aquele contribuinte que, tendo um crédito legítimo, por uma ou outra razão, antecipou o reconhecimento desse crédito, fez a compensação, e pode ser por um dia também. Neste caso se está atribuindo uma multa de 75% para um contribuinte que usa um crédito que é legítimo, só que usou antecipadamente. Então, a nossa proposição é que o tratamento seja isonômico: o máximo da multa será de 25%, tanto para quem antecipa o seu crédito como para aquele que recolhe o seu tributo fora de prazo. Trata-se apenas de uma situação de isonomia.

O segundo caso, nós queremos fazer referência à emenda que está sendo apresentada pelo deputado Marcos Vieira com relação ao setor cerâmico. De fato, nós estamos absolutamente convencidos que ocorreu um equívoco na aprovação desta lei, porque a medida provisória encaminhada pelo governo do Estado já previa a possibilidade do programa de revigoramento de empresas dedicadas à extração de carvão mineral e indústria cerâmica. E no texto da lei, é nosso convencimento que por um lapso, por um equívoco, deixou-se de fora o setor de revestimento cerâmico, que é um setor, como o secretário sabe, que passa por grandes dificuldades em Santa Catarina.

Vou apenas mencionar um dado: o setor cerâmico sempre foi um dos principais exportadores do Estado de Santa Catarina e neste ano de 2007 já teve uma redução de quase 12% nas exportações de revestimento cerâmico para o exterior, em função das conhecidas questões cambiais. De modo que o acolhimento a essa emenda apresentada pelo deputado Marcos Vieira parece-nos que também corrige, primeiro, uma distorção, um lapso ocorrido anteriormente, assim como também dá novas condições de competitividade ao setor cerâmico. Este pleito, aliás, foi encaminhado ao senhor secretário da Fazenda pela Fiesc no dia 21 de agosto de 2007 e depois disso tivemos a oportunidade de discuti-lo pessoalmente, tanto com o secretário como com o secretário adjunto.

Por isso a Fiesc apóia o pleito do setor cerâmico, aqui representado pelo presidente Muller, pois nos parece que se trata de uma questão de correção.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Nós é que agradecemos pela sua participação nesta audiência pública.

Com a palavra o senhor Roque Pellizzaro Júnior, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Ele já viajou.

O SR. AFONSO DOS SANTOS - Senhor presidente, eu gostaria de justificar que o nosso presidente Roque Pellizzaro Júnior precisou se ausentar em função de um voo marcado, pois a audiência se estendeu um pouco. Mas ele me pediu que fizesse uma observação, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Por gentileza, peço somente que se identifique para que o setor de taquigrafia das Comissões possa fazer o registro corretamente.

O SR. AFONSO DOS SANTOS - Meu nome completo é Afonso dos Santos e sou vice-presidente da FCDL.

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar os presidentes das Comissões, os deputados presentes, o secretário, o Pedro Mendes e as pessoas que tão exemplarmente conduzem o destino das finanças do Estado.

Gostaria de hipotecar apoio às colocações do vice-presidente da Fiesc, o senhor Glauco Corte, e fazer um pedido do comércio de Santa Catarina, que já foi colocado ao deputado Marcos Vieira, mas que gostaria de reforçar: o parcelamento do recolhimento de ICMS relativo às vendas do comércio no mês de dezembro. Sabem os senhores que dezembro é um mês de vendas bastante expressivo, só que na sua maioria são vendas a prazo, e o recolhimento do ICMS relativo a essas vendas é feito nos primeiros dias de janeiro, quando o dinheiro ainda não entrou no caixa.

Então eu gostaria de deixar esse pedido aos senhores - eu tenho a impressão que ele está incluído nesse projeto de lei, não é, deputado - do parcelamento no recolhimento desses impostos. Deixo essa observação para que seja feito um estudo, feita uma análise mais profunda por parte da Secretaria da Fazenda.

Era isso, senhor presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Nós que agradecemos.

Concedemos a palavra ao presidente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas de Criciúma, senhor Otmar Josef Muller.

O SR. OTMAR JOSEF MULLER - Eu cumprimento todos os presentes e gostaria apenas de dizer que o assunto foi bem exposto pelo deputado Marcos Vieira, pelo próprio deputado Joares Ponticelli, bem como pelo doutor Glauco, que fez uma exposição clara. Por isso eu não teria nada a acrescentar em função da boa exposição que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Nós agradecemos pela presença de todos os convidados. Se os deputados não desejam fazer mais nenhuma pergunta ao secretário, passaremos à deliberação.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Senhor presidente, por favor, só um minutinho. Nós recebemos diariamente uma forte reclamação do microempresário, e como a gente não conhece... No projeto fica contemplado o micro e o pequeno empresário?...

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Tem uma emenda do deputado Renato Hinnig e da bancada do PT que vai corrigir o processo, deputado Sopesla.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Era só isso, presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Nós vamos encerrar para liberar os nossos convidados e depois faremos a discussão.

Passamos a palavra ao secretário Sérgio para o encerramento, assim como ao Pedro Mendes.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Senhor presidente, antes de fazer o encerramento, gostaria de passar a palavra ao doutor Pedro para que ele faça alguns comentários com relação à exposição do doutor Glauco, pois que está sendo atendida aqui nas nossas emendas.

O SR. PEDRO MENDES - Só fazendo um esclarecimento ao deputado Sopesla: os senhores deputados estão aprovando, fruto da emenda articulada recentemente pela bancada do PT, pelo deputado Renato Hinnig, pelo deputado Gelson Merísio e outros deputados - até o próprio deputado Sopesla levou a preocupação à Secretaria da Fazenda -, a questão das microempresas. Ou seja, está sendo autorizado, estão sendo dadas as condições legais para o Poder Executivo compensar as micro e pequenas empresas que foram prejudicadas pela Lei do Simples, na medida em que Santa Catarina tinha para o ICMS uma legislação melhor. A Lei do Simples é boa, realmente dá uma dinâmica, no entanto para algumas empresas, em face da nossa característica, ela prejudicava.

Então está-se dando autorização para a Fazenda, que precisará verificar os números, a repercussão financeira e também estar em consonância com a legislação federal, que rege a matéria, o Super Simples. Por isso os deputados, hoje, estão dando essa condição de se atender as micro e pequenas empresas.

Vice-presidente Glauco Corte, gostaria de me manifestar sobre os dois pontos levantados pela Fiesc. Na questão da substituição tributária, o Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo a colocar mais algumas mercadorias na substituição tributária, ou seja, cobrar de uma forma antecipada. Ele autoriza, mas a Fazenda jamais fará sem uma articulação com o setor econômico envolvido. E lembro, doutor Glauco, que isso visa dar um dinamismo para a administração pública se adequar às mudanças do mercado. Está aqui o presidente da indústria cerâmica, que está sofrendo enormemente um ataque de São Paulo e de Goiás; Santa Catarina é o maior produtor de cerâmica, mas está vindo cerâmica de São Paulo para cá. Tem algum truque aí.

Então, de quem vem de fora nós vamos cobrar, da empresa de fora nós vamos cobrar antecipadamente; já para as empresas de dentro, nós podemos ver medidas alternativas. Essa é uma medida de proteção da economia catarinense e para dar dinamismo. Não é um cheque em branco dado pelo Poder Legislativo, porque tem toda uma limitação, mesmo porque o Poder Legislativo está sempre nos fiscalizando, tamanha a quantidade de recomendações e de pedidos de informação que recebemos, os quais temos buscado responder.

Relativamente à multa que está no projeto de lei, de 75%, ela visa corrigir uma situação a favor do contribuinte. Nós temos uma situação hoje na qual o ativo imobilizado... Quando uma empresa compra uma máquina, do ICMS que ela pagou nessa máquina, ela pode compensar do Estado em 48 vezes. Isso é lei federal. Nós não temos diferença na lei federal, salvo algumas situações de incentivo, como no Pró-Emprego, que permite um tempo antes. Então o contribuinte pode usar isso em 48 vezes. E o que têm feito alguns contribuintes? Eles usam tudo de uma vez só.

A legislação que rege a matéria diz o seguinte: 10% de multa por parcela antecipada. Então, se ele antecipou 47 parcelas, ele tem 470% de multa. É impraticável! Nós estamos colocando que se ele usou 6 meses antes, 1 mês antes, 10 meses, 47 meses, são 75%! É um valor alto? É, mas é para não incentivar. Se nós colocarmos para 2%, para 10%, acaba incentivando a empresa a se antecipar e a dizer: na hora em que o Fisco aparecer, eu cobro. Então, doutor Glauco, é naquele limite que não incentive a prática de antecipação, mas que se eventualmente algum antecipar, tem uma multa pagável de 75%.

Por isso eu pediria ao doutor Glauco Corte, à Fiesc, ao Afonso, esse voto de confiança e a anuência... E aqui o secretário Sérgio também vai fazer aquele apelo, porque ele é das hostes das indústrias e sabe que em algum momento o empresário faz conta. Se o custo do Fisco está mais barato, natural e normal esse comportamento, só que nós não podemos incentivar esse tipo de comportamento, porque há as crianças, há as escolas, na Escola Antonieta de Barros, que a deputada Odete bem levantou, para os quais precisamos pagar a conta.

Doutor Sérgio, obrigado pelo espaço.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO SÉRGIO RODRIGUES ALVES (SC) - Obrigado, Pedro, pelas explicações.

Eu apenas gostaria de dizer que é uma satisfação novamente estar aqui com os senhores. Toda a nossa equipe da Secretaria está à disposição para qualquer esclarecimento, para qualquer necessidade de informação com relação aos pleitos que se discute. Sinto-me muito lisonjeado pelas palavras de reconhecimento ao trabalho de toda a equipe da Secretaria, mas eu acho que não fazemos mais do que a nossa obrigação tratar com muita seriedade, com muito respeito todos os assuntos que envolvem a nossa sociedade.

Dessa forma, encerro dizendo que desejo a todos o mesmo espírito de trabalho e luta que a gente vem tendo dentro da Secretaria. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Nós agradecemos ao secretário Sérgio, ao diretor Pedro e a todos os convidados que nos honraram com a presença.

Muito obrigado a todos.

(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADO JORGINHO MELO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2290/2007, comunica que na licitação modalidade Pregão n.º 042/2007, referente a prestação de serviços para instalação de manta de lã de rocha sobre o forro do plenário Osni Régis do prédio da ALESC (Palácio Barriga-Verde), com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, resultou fracassada.

Florianópolis, 27 de novembro de 2007.

Valter Euclides Damasco

Pregoeiro

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 116/2007

REFERENTE: Contrato CL nº 061/2007, de 21/11/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Ticket Serviços S/A.

OBJETO: Prestação de serviços de empresa especializada no fornecimento e administração em vouchers (papel) representativos de refeição-convênio, cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada, representativos de refeição ou alimentação-convênio, que permitam a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais no Estado de Santa Catarina e no território nacional, de acordo com as demais especificações constantes no Edital, seus anexos e, com as condições proposta pela CONTRATADA.

VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 1.680.000,00 (hum milhão seiscentos e oitenta mil reais).

REAJUSTAMENTO: O preço é fixo e irrevogável. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93, desde que atendidas as condições preconizadas neste Edital.

PRAZO: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entra a data de 01/12/2007 e 31/12/2007.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da ação 8788 (Manutenção e Serviços Administrativos), e do item orçamentário 3.3.90.46.01 (Auxílio-alimentação em pecúnia), do orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Processo Licitatório modalidade PREGÃO CL Nº 036/2007 e; Autorização para Processo Licitatório nº 0534/2007 parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 27 de novembro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Ricardo Barbosa Ferreira Dias - Procurador

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2348, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR a servidora **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, para exercer a função de Pregoeira, e o servidor **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 049/2007 e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775, **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332 e **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, nos termos do Edital de Pregão nº 049/2007.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2349, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR a servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, para exercer a função de Pregoeira, e o servidor **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, na função de Pregoeiro substituto, no Pregão nº 050/2007, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775 e **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, nos termos do Edital de Pregão nº 050/2007.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2350, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1970/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir a **INES AMORIM DA MOTA**, matrícula nº 0726, Adicional de Pós-Graduação, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeito a contar de 10/10/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2351, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Daniela Cristina Pereira	4470	3%	3%	03/08/07	1894/07
Piery Santos Gonçalves	4499	3%	3%	01/11/07	2222/07
André Wessler	4498	3%	3%	31/10/07	2223/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2352, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PRÊMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1412	Silvia Ferreira	04/10/02	03/10/07	2061/2007
1383	Ivon Monteiro de Souza	03/07/02	02/07/07	2078/2007
1500	Ciro Silveira	03/08/02	02/08/07	2095/2007
1421	Jorge Clenio da Silva	03/08/02	02/08/07	2098/2007
1572	Maria Luiza da Silva Dalbosco	03/08/02	02/08/07	2110/2007
1566	José Alberto Braunsperger	03/08/02	02/08/07	2112/2007
1381	Ilka Maria Fretta Lacerda	03/07/02	02/07/07	2113/2007
2001	Laurici Silva do Herval	10/07/02	09/07/07	2115/2007
2112	Edenilso José Acorsi	16/05/01	15/05/06	2118/2007
1093	Maria Thereza Franzoni de Araújo	03/04/02	02/04/07	2119/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2353, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PRÊMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1574	Mansur Melquiades Elias Junior	03/08/02	02/08/07	2122/2007
1581	Roberto Pereira Rodrigues	03/08/02	02/08/07	2131/2007
1287	Leia Mendes Cook	03/07/97	02/07/02	2133/2007
1287	Leia Mendes Cook	03/07/02	02/07/07	2133/2007
1395	José Carlos Bresciani	03/07/02	02/07/07	2134/2007
1376	Angelino Savio Quartiero	02/07/02	01/07/07	2135/2007
1416	Rosani Graça Bento	17/07/02	16/07/07	2139/2007
0950	Scheyla Gonçalves da Silva	03/03/01	02/03/06	2145/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2354, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PRÊMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1457	Edson José de Souza	02/08/02	01/08/07	2179/2007
2130	Maria Aparecida Leitão Pacheco	02/06/01	01/06/06	2199/2007
1928	Euclides Bagatoli	18/12/01	17/12/06	2202/2007
0766	João Oscar Krieger Merico	29/06/98	28/06/03	2211/2007
0891	João José Candido da Silva	26/03/00	25/03/05	2214/2007
0895	Derlei Catarina de Luca	22/07/02	21/07/07	2216/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2355, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 2212/2007,

RESOLVE: *nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,*

CONCEDER a **MARCIO ANTONIO CHEDID ROSSI**, matrícula nº 0866, *Licença-Prêmio* referente aos quinquênios compreendidos entre 03/07/1988 a 02/07/1993, 03/07/1993 a 02/07/1998 e de 03/07/1998 a 02/07/2003..

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2356, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, para exercer a função de Pregoeiro, e a servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, na função de Pregoeira substituta, no Pregão nº 051/2007, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775 e **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, nos termos do Edital de Pregão nº 051/2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2357, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

EXONERAR, os servidores abaixo relacionados, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 30 de novembro de 2007.

MATR	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO
4561	Aguinaldo Rodrigues	PL/GAB-26
3571	Artur Marques	PL/GAB-70
5078	Caroline Vieira Steiner	PL/GAB-25
5518	Edio dos Santos	PL/GAB-09
4560	Elaine Cristina Pereira	PL/GAB-50
5179	Elizabeth Serafim Martins	PL/GAB-70
3481	Jane Lucia Duarte Ramos	PL/GAB-29
4389	Leocadia Lichfett Bonanomi	PL/GAB-70
3514	Magno Fernando Pamplona	PL/GAB-43
3616	Marlete Schmitt Stahelin	PL/GAB-70
4745	Moacir Montibeler	PL/GAB-70
3014	Orlaci Janet Cadorin Darella	PL/GAB-29
3841	Paulo Renato Farias	PL/GAB-22
4225	Paulo Roberto Andriani	PL/GAB-35

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2358, de 27/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PREMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
0878	Rita de Cassia Viegas de Cerqueira Cintra	04/09/99	03/09/04	2215/2007
0906	Tereza Paulina Back	04/12/00	03/12/05	2217/2007
1293	Claudiane B. R. Borghazan	03/07/02	02/07/07	2178/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2359, de 27/11/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARIA LUIZA BRASIL**, matrícula nº 1134, por 40 (quarenta) dias, a partir de 13/11/07.

PORTARIA Nº 2360, de 27/11/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ALCENI DUARTE**, matrícula nº 0380, por 15 (quinze) dias, a partir de 14/11/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 589/07

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, município de Canoinhas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, com sede no município de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 27/11/07

JUSTIFICATIVA

A Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, com sede e foro no município de Canoinhas, fundada em 10 de outubro de 1997, é uma entidade civil de objetivos culturais, artísticos e assistenciais, sem fins econômicos que tem por objetivo principais:

* Promover à instituição, a cultura, as diversões lícitas e os esportes sadios;

* Promover encontros de formação, cursos de capacitação profissional e integração social e moral de jovens, crianças e adultos;

* Promover, integrar e dar assistência à toda a comunidade;

* Prestar serviços de radiodifusão comunitária;

* Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação local, regional e nacional, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural, artístico e desportivo.

Anexo ao presente, segue a documentação exigida pela Lei nº 10.436, de 1º de 7 de julho de 1997.

Assim, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 590/07

Dispõe sobre a proibição da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados e similares.

Art. 1º Fica proibida a entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados e similares.

Parágrafo único. Somente cães guias serão excluídos dos efeitos desta Lei.

Art. 2º É obrigatória a fixação, nos estabelecimentos de que trata o art.1º, de cartaz em local visível e de fácil leitura, contendo referência a esta Lei e os seguintes dizeres: "Proibida à entrada de animais neste estabelecimento".

Art. 3º O Poder Executivo, por intermédio da Vigilância Sanitária, fiscalizará o cumprimento da presente Lei, conforme atribuição contidas na Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983 e o Decreto Estadual 31.455, de 20 de fevereiro de 1987.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de 30 dias de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Onofre Agostini

Lido no Expediente

Sessão de 27/11/07

JUSTIFICATIVA

Os animais domésticos fazem bem à saúde física e emocional dos seres humanos, mas é muito importante de que alguns cuidados sejam tomados, principalmente, quando passeamos com eles em lugares que se deve evitar.

O pêlo, a saliva, as patas, as fezes e a urina de gatos e cachorros abrigam diversos microorganismos capazes de provocar doenças, razão pela qual apresentamos esta medida, visando à proibição de circulação de animais domésticos, em áreas possíveis de contágio.

Existem várias doenças que são comuns os animais transmitirem - principalmente esses animais que não são tratados - e uma delas é a leptospirose, que é uma coisa que acontece bastante. Existe a giardíase, que é um protozoário que causa a diarreia e também pode ser transmitido através de verduras e frutas mal lavadas, mas é uma zoonose. Existe o problema da leishmaniose, que é uma doença que não é muito comum na nossa região e é transmitida por um mosquito que tem o contato com um animal infectado. É uma doença bem grave também. Existe o problema das verminoses, por exemplo, a larva migranscutânea, que a gente chama e que é bem comum pegar na praia e é contraída através de um verme chamado ancilóstoma e se o animal tem algum problema, ele deposita as fezes na areia da praia com o verme e a pessoa que entrar em contato com a areia pode se contaminar. Existem os problemas de sarna como a escapulariose e as micoses que também podem ser passadas.

A proposição apresentada condiz com a Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983 e o Decreto nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987 que dispõe sobre normas gerais de saúde no Estado de Santa Catarina.

Cabe salientar que a idéia não é punir os donos de animais domésticos, muito menos proprietários de bares, lanchonetes, restaurantes e supermercados, mas evitar abusos que todo ano, com a chegada do verão, são cometidos por turistas "mal educados". De acordo com a proposição, os cães guias seriam a única exceção a proposta apresentada, já que eles prestam serviços relevantes à sociedade.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 591/07

Isenta motocicletas e similares do pagamento de pedágio, na forma que menciona.

Art. 1º Ficam isentas de pagamento de pedágio nas estradas e rodovias localizadas no âmbito territorial do Estado de Santa Catarina as motocicletas e similares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 27/11/07

JUSTIFICATIVA

A presente proposição objetiva contemplar uma parcela de veículos que, pelas suas características, não causam danos às estradas e rodovias, muito menos ao meio ambiente.

Tendo em vista que a motocicleta é notoriamente um veículo de baixo consumo de combustível e considerando que o uso desse tipo de veículo, além de representar economia de gasolina, não causa, em razão do seu peso, danos à pavimentação das vias públicas e considerando, ainda que seja tipo de veículo que menos congestionam o trânsito, parece justo que mereçam uma atenção especial pelo que representam: diminuição do volume de tráfego, diminuição dos elevados índices de poluição e até mesmo diminuição do estresse ocasionado pelos engarrafamentos. Além de:

a) A relação custo/benefício não justifica a cobrança de pedágio das motos e das bicicletas motorizadas.

b) O tempo despendido pelos motociclistas é consideravelmente maior para pagar. O motociclista tem de retirar as luvas, pegar dinheiro que, na moto, deve estar guardado numa pochete, por exemplo. Caso esteja chovendo, o acesso aos documentos e ao dinheiro se tornará mais complicado porque o motorista terá de abrir a capa, depois tirar as luvas.

c) Qualquer comunicação com o operador da cabina implicará na retirada do capacete, porque não é possível ouvir voz humana de dentro de uma cabina, com o barulho dos motores em volta. Os sons de buzina, apitos de guarda, etc.

d) Quanto ao posicionamento da moto no pedágio, a situação também é especial. Se a moto avançar ao lado de carros, haverá reclamações, e, devido à violência atual no trânsito, talvez, agressões. Se a moto se posicionar na fila, ocupando o lugar de um carro, o motorista deste carro avançará e se colocará ao lado da moto, com o geralmente ocorre no trânsito.

e) A maioria das motos não têm ventoinha de refrigeração. Não podem ficar paradas por muito tempo com o motor ligado. O motociclista tem de desligá-la e empurrá-la, ao longo da fila, até a cabina.

f) O resultado imediato disso tudo será a demora no atendimento à motocicleta e conseqüentes reclamações dos demais usuários que ficarão impacientes.

g) Peso das motos é insignificante. As de 450cc de cilindrada, que são as maiores das estradas, pesam cerca de 156 kg. As menores de 125 cilindradas, cerca de 75 kg. Sua área de contato com o solo é de cerca de 10 cm apenas.

h) Finalmente, qualquer incentivo que se dê a moto concorrerá para melhorar o trânsito e para demonstrar à sociedade a preocupação que se tem com a qualidade de vida e, conseqüentemente, a geração de mais empregos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 592/07

Denomina João Paulo o Ginásio de Esportes da EEB Gertrudes Müller, do município de Canoinhas.

Art. 1º Fica denominado João Paulo o Ginásio de Esportes da EEB Gertrudes Müller, do município de Canoinhas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 27/11/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que denomina "João Paulo" o Ginásio de Esportes da EEB Gertrudes Müller, do município de Canoinhas.

A proposição busca homenagear o agricultor que teve suas origens e de sua família intimamente ligadas ao bairro Piedade, participando ativamente de atividades em sua comunidade e por inúmeras vezes foi presidente da APP da então escola isolada estadual de piedade, hoje escola de Educação Básica "Gertrudes Muller". Dessa forma, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso homem ex-suplente de vereador, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Canoinhas.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 593/07

Dispõe sobre desconto de - IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores aos proprietários que efetivarem pagamento em parcela única.

Art. 1º O proprietário de veículo automotor que efetuar o pagamento de IPVA- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores em parcela única, até o vencimento, terá desconto de dez por cento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente

Sessão de 27/11/07

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

O estado de Santa Catarina é um dos poucos que ainda não concede descontos no pagamento a vista do IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

A concessão do desconto diminui a inadimplência segundo o Inspetor-Geral da Receita Estadual do Paraná, Francisco Inocêncio, que já possui o desconto. Em 2006, ela ficou em 8% (oito por cento), mas era de 13% (treze por cento) em 2002. "Outro fator que contribui é o refinamento do cadastro de controle", explica, além do adiantamento da receita.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, quem paga à vista com antecipação economiza mais de 20%. Em São Paulo, o desconto é menor: fica em apenas 3,5%.

Diante do exposto solicito apoio dos nobres Pares para apreciação ao presente Projeto de Lei, que pretende implantar um desconto que já existe em muitos estados, variando de 20% (vinte por cento) a 3,5% (três e meio por cento).

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 594/07

Dispõe sobre aplicação de multa aos proprietários de cães que causarem lesões as pessoas nas vias públicas.

Art. 1º Fica aplicada multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), reajustadas de dois em dois anos de acordo com o índice oficial de inflação, ao proprietário e/ou condutor de cão que, em via pública, causar lesão física a pessoa, comprovado por boletim de ocorrência.

Art. 2º A presente Lei não isenta as penalidades da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente

Sessão de 27/11/07

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

O presente Projeto de Lei visa amenizar o que ouvimos todos os dias nos meios de comunicação notícias de ataques de cães resultando lesões corporais nas vítimas e muitas vezes até morte. O homem vem domesticando várias espécies de animais para as mais diversas utilidades, desde fonte alimentar até recreação. Entre estes animais encontra-se o cão que desde épocas imemoriais vem praticamente fazendo parte da família humana, tão estreito tem sido o seu relacionamento conosco. São centenas de raças, cada qual com uma finalidade mais acentuada, como por exemplo: os pequineses e os poodles servem para companhia, os pastores alemães para guarda ou acompanhamento de deficientes visuais, já os dobermanns, rottweillers, pitbulls, labradores, e Filas são cães de guarda.

Já em vista do aumento da criminalidade, principalmente nas grandes cidades, a utilização dos cães de guarda aumentou muito. São eles fortíssimos animais, muitas vezes treinados para ataque a estranhos que adentrem à propriedade. Porém, tais precauções exigem um custo, qual seja, impõe ao proprietário redobrar a atenção e vigilância sobre os animais, já que são potencial e reconhecidamente perigosos, expondo seu dono ao risco de ter que responder civil e penalmente por eventuais danos causados por eles.

O artigo 31 da Lei de Contravenções Penais prevê pena de prisão simples de 10 dias a dois meses ou multa para aquele que deixar em liberdade, confiar à guarda de pessoa inexperiente ou não guardar com a devida cautela animal perigoso. Ainda incorre na mesma pena quem conduz animal na via pública pondo em perigo a segurança alheia.

No estado de Santa Catarina a Lei nº 11.096, de 17 de maio de 1999, estabelece no Artigo 1º que os animais da raça canina, reconhecidamente como cães de guarda, somente poderão transitar em vias públicas devidamente revestidos com focinheira. o Artigo 936 do Novo Código Civil prevê: O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior, já o Artigo 402: Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidos ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar. O Artigo 927: Aquele que, por ato ilícito (artigos. 186 e 187), causar dano outrem, fica obrigado a repará-lo.

O cão não pode ser considerado uma arma, mas sim uma "ofendícula" (Instrumento utilizado para lesionar). O único animal que mata por dolo, motivo torpe, vingança ou prazer é o homem.

Medidas de segurança os proprietários devem sempre ter em mente que os animais possuem um território, que pode ser muitas vezes maior do que a propriedade de seu dono, tanto é que muitos animais atacam pessoas na rua fora dos limites da propriedade, o que dificulta o seu controle. Desse modo, o proprietário deve redobrar a atenção no sistema de guarda de seu cão.

Em que pese a legislação existente, o Poder Público deve elaborar normas preventivas eficazes na tentativa de diminuir a exposição das pessoas ao perigo que os cães de guarda representam.

Importante é que possamos encontrar uma solução que garanta o direito das pessoas defenderem seu patrimônio, bem como preserve o direito das pessoas poderem circular livremente nas cidades sem o perigo de serem atacadas pelos perigosos cães de guarda.

*** X X X ***